

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JAQUELINE DE ANDRADE CALIXTO

**ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PRESENTES NO MANUAL DE
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA
MODERNA (1942) DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS.**

**UBERLÂNDIA
2016**

JAQUELINE DE ANDRADE CALIXTO

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PRESENTES NO MANUAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO MODERNA (1942) DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de mestre.
Orientador: Prof. Dr. Márcio Danelon.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

UBERLÂNDIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C154a
2016 Calixto, Jaqueline de Andrade, 1971-
Análise dos pressupostos teóricos presentes no manual de filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna (1942) de Theobaldo Miranda Santos / Jaqueline de Andrade Calixto. - 2016.
141 f. : il.

Orientador: Márcio Danelon.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Discussões e debates - Teses. 3. Educação - Filosofia - Teses. 4. Santos, Theobaldo Miranda - 1904-1971 - Teses. I. Danelon, Márcio. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

AGRADECIMENTOS

A Deus que me concedeu grandes oportunidades e graças como a conclusão desta dissertação de Mestrado. Muitas vezes não fui compreendida por querer tanto estudar, mas eu sempre soube que estava no caminho certo (e ainda estou) por isso agradeço ao Senhor.

Aos meus pais, José Mauro Caetano de Andrade e Berenice Rios de Andrade; à minha sogra, Maria Ferreira de Souza, pelo apoio nesta trajetória acadêmica.

Ao meu marido, Paulo Calixto de Souza, e aos meus filhos, Josué e Jessé, que mesmo não entendendo muitas vezes minha ausência durante a realização desse trabalho, se esforçaram e acreditaram em mim.

Ao professor, Márcio Danelon, meu orientador, por sua tolerância diante das minhas dificuldades, por toda atenção durante esse percurso de trabalho e pela liberdade intelectual oportunizada na concretização desta pesquisa.

Aos professores Dr. Carlos Henrique de Carvalho e Dr. Armindo Quillici Neto, pela participação na banca de qualificação, por suas contribuições relevantes nesta pesquisa.

Aos professores Dr. Armindo Quillici Neto e profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, por serem exemplos de pesquisadores, pelos ensinamentos e por me ajudarem a trilhar o caminho desde a licenciatura até a pós-graduação. Agradeço pela preciosa amizade de vocês, jamais os esquecerei. Mais uma vez, ao professor Dr. Armindo Quillici Neto, por ter me apresentado o *Manual de Filosofia da Educação*, de Theobaldo Miranda Santos, na graduação, e pelo incentivo e investimento na pesquisa da Filosofia da Educação.

Aos professores que integraram a banca examinadora, Dra. Sônia Aparecida Siquelli e professor Dr. Armindo Quillici Neto, pelo carinho e atenção na aceitação do convite em participar comigo deste momento, pelas contribuições que serão valiosas neste singelo trabalho monográfico.

Ao Programa de Pós Graduação PPGED /UFU por tantas oportunidades oferecidas, ao Secretário da Pós Graduação James Madson, por tamanha atenção nas minhas muitas demandas acadêmicas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo da bolsa de estudo como apoio ao nosso trabalho.

Aos professores do curso de Pedagogia da FACIP UFU, Campus Ituiutaba – MG, aos técnicos administrativos Lara Franco e Adriano La Fluente, meu carinho e agradecimento por tanto aprendizado.

Ao professor Dr. Cairo Mohamed Katrib, que também contribui nas leituras deste trabalho, por sua amizade e atenção.

Ao professor Dr. Eduardo Giavara, pelas indicações de leituras, foram muito valiosas para mim e aos professores Dr. Orlando José de Almeida Filho da UFSJ, e Antônio Donizetti Sgarbi (IFES – ES), mesmo sem me conhecer, responderam minhas solicitações por e mail com muita prontidão.

A professora Dra. Maria Célia Borges, pelo carinho e amizade, a professora Dra. Camila Coimbra pelo seu incentivo.

À professora Dra. Lúcia de Oliveira, Lucinha, pela confiança no empréstimo tão valioso de seu arquivo e fontes que muito contribuíram para o entendimento de questões relativas ao movimento dos católicos no Brasil.

Aos amigos da caminhada, Isaura Melo, Isabel Cristina, Rafaela Nogueira, Patrícia Aparecida, Rosa Amélia, Fernanda, Marilza Alberto, Thais, Wilney Fernando, Zilma Parreira, Gilca Ribeiro, Marivânia, Genis Pereira, Talita Alves, Flavia Fonseca, Carlos Eduardo e tantos outros amigos inesquecíveis, pelo apoio nos momentos mais difíceis e por seus estímulos nesta conquista. Pelas orações agradeço a Elbia Parreira e Eslania/UFU .

A grande amiga e companheira de leituras também de trocas de livros, Sandra Maria de Oliveira, muito obrigada por tudo que fez por mim. Você é uma amiga muito querida.

Aos meus familiares, primas, primos, aos cunhados Oliveiros Calixto de Souza e Carinne Moura e a linda Carolinne, pelo acolhimento durante nossa trajetória no Pontal do Triângulo (Ituiutaba).

Enfim, nestes dois anos de trabalho, foram tantas as ajudas que tive, seria injusto nomeá-las. Aprendi que nada se constrói sozinho, por isso agradeço a todos que se propuseram a me ajudar neste projeto, os meus agradecimentos com muito carinho.

O pedagogo deve aprender com o filósofo, mas este pode igualmente aprender com o primeiro. A pedagogia deve permanecer em contacto com a filosofia de que brotou, mas a filosofia deve igualmente permanecer em contacto com sua filha que é a pedagogia.
(FR. DE HOVRE, 1969)

Este pequeno livro não tem a pretensão de originalidade. Nada mais representa do que um sumário, simples e modesto, dos principais problemas filosóficos da educação, analisados à luz do realismo cristão. Sua elaboração resultou de resumos de aulas de filosofia da educação, ministradas às alunas do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, durante o ano letivo de 1941 (SANTOS, 1942, ADVERTENCIA), no *Manual de Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia*.

Este compêndio nada possui de novo e original. Constitui apenas uma pequena introdução ao estudo da filosofia. Sua finalidade é puramente didática. Visa iniciar nossos estudantes aos problemas fundamentais do pensamento filosófico. Para isso, procuramos realizar uma síntese da filosofia tomista com os ensinamentos da ciência moderna e a contribuição das correntes filosóficas contemporâneas (SANTOS, 1951, PREFÁCIO) no *Manual de Filosofia Coleção Iniciação Científica*.

DEDICATÓRIA

A memória do professor Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) quem tanto me inspirou e me inspira nos dias de hoje.

RESUMO

Este estudo aborda uma análise do Manual de Filosofia da Educação: os grandes problemas da Pedagogia moderna de Theobaldo Miranda Santos (1904-1971), publicado em 1942 pelas Edições Bonffoni com o objetivo de compreender alguns de seus pressupostos filosóficos do pensamento educacional deste intelectual católico presente nesta obra junto á pedagogia moderna. Sob a perspectiva teórica metodológica este estudo se ancora na pesquisa bibliográfica e documental. Também se aproxima da História das ideias pedagógicas e da História dos Intelectuais inspirados nos estudos de Saviani, Vieira, Daros, Almeida Filho e Souza. O recorte estabelecido para este trabalho de pesquisa aborda as décadas de 1920 a 1940 a fim de compreender o movimento dos intelectuais católicos na defesa da pedagogia cristã e o disputa por eles estabelecidos em oposição aos defensores da pedagogia da Escola Nova. O debate educacional no início da década de 1920 é acalorado pela tentativa da Igreja católica em se apropriar novamente do espaço escolar. Uma das estratégias da instituição foi às publicações de manuais escolares para a formação de professores na intenção de divulgar a doutrina católico-cristã. Para além destas apreensões procurou se considerar a atuação desses intelectuais junto a Associação Brasileira de Educação - A.B. E, o contexto de atuação docente de Theobaldo Miranda Santos no serviço da educação brasileira. O entendimento sobre a trajetória do intelectual possibilitou nos avançar na investigação conhecendo o momento histórico da inserção do manual de Filosofia da Educação ora analisado neste trabalho. O intelectual publicou um total de 150 títulos abrangendo os níveis de ensino primário, secundário e superior. Convertido ao catolicismo no final da década de 1920 alcançou lugar de destaque como publicista na produção de manuais escolares e prestígio no campo intelectual brasileiro. Defensor da Filosofia Tomista, afirmava que as especulações filosóficas postulados por Sto Tomás de Aquino não fora ultrapassadas pela Pedagogia moderna como advogava John Dewey e os pragmatistas. Atuou nos serviços administrativos no período do Governo de Getúlio Vargas ao lado de Alceu Amoroso Lima. Algumas missivas trocadas entre Tristão de Athayde e Theobaldo M. Santos colaboram para a fundamentação do objeto desta pesquisa. Partimos para a descrição do manual em si analisando algumas categorias estabelecidas pelo autor ao descrever as bases filosóficas da educação e os problemas filosóficos da educação. Concluimos na direção de uma análise da pedagogia moderna e seu desmembramento na Escola Nova, ponderou-se também uma síntese da Filosofia Tomista discutida no manual por nosso autor.

Palavras-chaves: Educação, Debate educacional, Filosofia da Educação, Theobaldo Miranda Santos, Intelectuais.

ABSTRACT

This study addresses an analysis of the great problems of modern pedagogy (*Manual de filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna*) from Theobaldo Miranda Santos (1904-1971), published in 1942 by the Bonffoni Editions with the objective of understand the educational thinking of this intellectual presente in this work with the modern pedagogy. Under the methodological theoretical perspective this study approaches from the history of pedagogical ideas and the History of Intellectuals inspired by studies Saviani Vieira, Daros, Almeida Filho e Souza. The clipping established for this research addresses the decades of 1920 to 1940 with the objective of understand the catholic intellectual's movement in defense of christian pedagogy and the competition for them against the established pedagogy advocates of the New School. The educational debate in the begin of 1920 is heated by the catholic attempt to appropriate again the school space. One of the strategy of the institution was to publicate school's manuals to teacher's formations with the intention of disclose the catholic-christian doctrine. In addition to these arrests sought to consider the role of these intellectuals with the Braziliam association of education - A.B.E. The context from the education performance of Theobaldo Miranda Santos in the servise of braziliam education. The understanding of the trajectory of our intellectual enabled us to move forward in the investigation to know the historical time of insertion of the "manual de Filosofia da Educação" now analyzed in this work. The intelectual published a total of 150 titles covering the levels of primary, secondary and higher education. Converted to catholicism in the late of 1920 achieved a prominent place as publicist for the production of textbooks and prestige in the Brazilian intellectual field. Defender of thomistic philosophy. It stated that the philosophical speculations postulated by St. Thomas Aquino was not overtaken by modern pedagogy as advocated John Dewey and the pragmatists. He worked in the administrative offices at the Getulio Vargas government period alongside Alceu Amoroso Lima. Some missives exchanged between Tristão de Athayde and Theobaldo M. Santos collaborate for the reasoning of the object of this research. We left for the manual description itself analyzing some categories established by the author to describe the philosophical basis of education and the philosophical problems of education. We conclude toward an analysis of modern pedagogy and its dismemberment at the New School, also considered whether a synthesis of Thomistic philosophy discussed in the manual by our author.

Key words: Education, Educational debate, philosophy of education, Theobaldo Miranda Santos, Intellectuals

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Admissão Theobaldo M. Santos no Lyceu de Campos	51
Figura 02: Demissão Theobaldo M. Santos no Lyceu de Campos	51
Figura 03: Posse Theobaldo M. Santos na Secretaria Gerald de Ed. E Cultura	52
Figura 04: Nomeação Theobaldo M. Santos na Direção do Dept. Ed. Primária	53
Figura 05: Nomeação Theobado M. Santos Instrutor Técnico Dept. Educação	53
Figura 06: Anúncio do Manual de Filosofia da Educação (1942)	54
Figura 07: Anuncio de venda da Livraria Bonffoni	54
Figura 08: Demonstração da contracapa da coleção Iniciação Cientifica: (1946) ...	72
Figura 09: Capa Manual de Filosofia da Educação: (1942)	73
Figura 10: Inscrição do nome Prof. Theobaldo no manual de Filosofia (1942).....	74
Figura 11: Advertência: Manual de Filosofia da Educação (1942)	75
Figura 12: Taboa de Matéria – Manual de Filosofia da Educação (1942)	79
Figura 13: Índice da Segunda parte: Problemas Filosóficos da Educação	80
Figura 14: Continuação do Índice da segunda parte: Problemas Filosóficos da Educação.....	81
Figura 15: Demonstração da capa do Manual de Franz de Hovre 1969 – CEN	92

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Investimentos na educação segundo Império.....	65
---	----

LISTAS DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
APCs	Associação dos professores Católicos
AUC	Associação dos Universitários católicos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBE	Confederação católica Brasileira de Educação
CFE	Conselho federal de Educação
CPDOC	Centro de Pesquisa e documentação de pesquisa contemporânea do Brasil
ICES	Instituto Católico de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LEC	Liga Eleitoral Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
HISTEDBR	Grupo de Estudo de História da Educação Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I. DIÁLOGO ENTRE OS ESCOLANOVISTAS E OS CATÓLICOS: O CONTEXTO DO SÉCULO XX.....	20
1.1 As considerações da década de 1920 e 1940.....	20
1.2 Os intelectuais no contexto da educação brasileira.....	27
1.2.1 A geração dos anos 1920-1940.....	27
1.3 O Contexto de atuação de Theobaldo Miranda Santos na educação brasileira nas décadas de 1920-40.....	32
1.3.1 Um esboço do movimento da reação católica.....	32
1.3.2 A trajetória do intelectual Theobaldo Miranda Santos.....	48
II. O MANUAL DE FILOSOFIA MODERNA: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA.....	58
2. 1 O contexto histórico de inserção do manual.....	58
2. 2 Descrições do manual de Filosofia da Educação: Organização estrutural.....	73
2. 3 As bases filosóficas da educação do Manual de Filosofia da Educação de Theobaldo Miranda Santos.....	84
2.3.1 A Filosofia.....	85
2.3.2 A Educação e a Filosofia.....	90
2.3.3 A Filosofia da Educação.....	96
2. 4 Os problemas Filosóficos da educação no manual de Filosofia de Teobaldo Miranda Santos.....	
2. 4.1 Os fins da educação.....	101
2. 4.2 O Educador.....	105
2. 4.3 A Disciplina.....	109
III. MANUAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA, DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS (1942): ANÁLISE.....	114
3. 1 A pedagogia moderna.....	121
3. 2 A Filosofia Tomista expressa no Manual de Theobaldo Miranda Santos.....	125
REFERÊNCIAS.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
FONTES.....	136

INTRODUÇÃO

Ao propor o estudo que apresentamos neste trabalho, retornamos ao desafio do trabalho de conclusão no curso (TCC), de licenciatura em Pedagogia, apresentado no ano de 2013, em que pesquisamos os meandros da instituição católica brasileira na perspectiva de um intelectual. Na graduação, foi-nos proposto estudar a persona do intelectual católico Theobaldo Miranda Santos, e o seu *Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da Pedagogia Moderna*, editado em 1942 (1º edição), pelas Edições Bonffoni. O autor divulgou, durante aproximadamente três décadas, a doutrina católica por meio dos seus manuais.

No TCC, apresentamos uma biografia do autor, na tentativa de conhecer sua trajetória acadêmica e administrativa, também a filiação filosófica que, para muitos estudiosos, transitava ora nos moldes da educação católica, ora buscando apropriação do método da pedagogia da Escola Nova. Também descrevemos o *Manual de Filosofia da Educação* em relação às suas particularidades, definidas na taboa de matérias.

Este Manual está dividido em duas partes: na primeira, o autor discorre sobre o que considera as “Bases filosóficas da Educação”, descrevendo a Filosofia, a Educação, A Educação e a Filosofia, e finaliza ponderando a Filosofia da Educação. Na segunda, ele se refere aos “Problemas filosóficos da Educação”, e expõe, conforme seu pensamento, os seguintes problemas: Os Fins da Educação, O Educando, Os Métodos da Educação, O Educador, A Aprendizagem, concluindo com a definição acerca do conceito de Disciplina.

Também tratamos, no TCC, do contexto histórico em que se esta obra foi produzida, ou seja, o ano de 1942. Além disso, destacamos que o intelectual foi sujeito ativo nas instituições católicas em Campos dos Goytacases (RJ) e no Distrito Federal, locais de sua atuação docente.

O que deu origem a presente dissertação de mestrado talvez seja resultado do trabalho da graduação, onde a problemática se insere na seguinte indagação: Entre a Educação Tradicional e o escolanovismo: qual o lugar que ocupa Theobaldo M. Santos? Nosso problema começava justamente nesta formulação, ou seja, para entender a trajetória deste intelectual era necessário conhecer a concepção educacional, filosófica e religiosa que envolvia o autor em estudo.

O estudo supracitado será parte do nosso trabalho, onde discutiremos o posicionamento do nosso autor e seus desdobramentos no *Manual de Filosofia da Educação* faz frente à Pedagogia Moderna.

Diante da problemática anunciada nesse estudo confirmamos a nossa hipótese de trabalho que de fato o lugar que Theobaldo M. Santos ocupa é se contrapondo a Escola Nova em defesa da pedagogia católico-cristã, inspirados nos conceitos normativos com vista à formação do ideário da perfeição humana. Neste prisma interessou-nos refletir que a concepção educacional do nosso autor intercalou entre as duas concepções ora no sentido de crítica, ora no sentido de apropriação das ideias da Escola Nova.

No conjunto desse trabalho podemos encontrar por diversas vezes a posição crítica do autor ao mencionar que o pensamento moderno, aqui representado pela pedagogia da Escola Nova ou nos Fundamentos em Dewey, era nada menos que uma adaptação do que Sto Tomás de Aquino havia proposto há sete séculos passado.

O procedimento metodológico ancorou-se em pesquisa bibliográfica e análise documental por onde tentamos averiguar no *Manual de Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna de 1942*, a síntese que o intelectual Theobaldo M. Santos apresenta sobre a pedagogia moderna em contraposição a pedagogia católico-cristã. Ocupando o espaço como um adversário intelectual se afirma na defesa dos ideários católicos.

Na apreciação abaixo a análise documental sintetiza em:

Podemos defini lá como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e a sua referenciarão [...] O objetivo é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem [...] (BALDIN, 1977, p. 45).

Como já dito, o olhar sobre a fonte utilizada no TCC precisou ser expandido, necessitando de uma pesquisa que a analisasse com mais aprofundamento. Diante disso, nos empenhamos ainda em explorar documentos oficiais como as Encíclicas Papais, e parte de uma coletânea de correspondência num arquivo carioca que envolve o autor. Uma parte importante nesse trabalho foi à descoberta desse conjunto de cartas organizadas pelo Centro Alceu Amoroso Lima, na cidade de Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro (RJ), trocadas entre Theobaldo e Dr. Alceu Amoroso Lima, pseudônimo de Tristão de Athayde.

As missivas entre os autores revelaram particularidades localizadas no *Manual de Filosofia da Educação* que analisamos. O acervo compõe-se de 45 cartas escritas entre 1935

e 1956. O conteúdo dessas mesmas abordaram os mais diferentes temas, entre eles a Filosofia da Educação como disciplina pedagógica. O acervo do Centro Alceu Amoroso Lima – CAAL - para a liberdade abriga a coletânea sendo de fácil acesso e manuseio, devido à boa conservação dos documentos.

Segundo pesquisas de Ângela Castro Gomes, o estudo de cartas, diários, trajetória individual e as memórias dos autores, não são ainda numerosos os estudos destes temas, apesar de nas últimas décadas receberam maior investimentos do mercado editorial e da academia. Mais utilizados no campo da literatura e da História da Educação recentemente, vislumbrando o estudo das práticas escolares, currículos, questões de gênero entre outros.

Um aspecto entre tantos, a ser observado nessas missivas foi a influencia do católico Alceu Amoroso Lima na formação espiritual de Theobaldo M. Santos aproximadamente no final dos anos de 1920. O entrecruzamento dessas fontes interessou-nos verificar o que os autores discutiam sobre a pedagogia moderna, e as questões que envolveram a Filosofia da Educação no período que antecede a publicação do manual. A década de 1920 consagra-se a participação de intelectuais, como nosso autor, nos movimentos católicos na perspectiva do humanismo cristão.

Foi esta uma investigação não menos exaustiva, porém entendemos que alcançamos os objetivos pretendidos. Enfim, essa correspondência nos auxiliou na tessitura desta análise do manual. Entendemos que essa pesquisa nos possibilitou a compreensão de uma perspectiva de alguns dos pressupostos do pensamento educacional do intelectual católico e da pedagogia moderna encontrados nessa obra em análise, no período delimitado por nós neste estudo.

Entendemos que a ação desses intelectuais se fez marcante na arena política da educação até mesmo anteriormente aos meados da década de 1920, quando se assumem como partícipes dos espaços políticos, sociais e culturais da sociedade brasileira. Porém, estabelecemos essa década como um marco referencial para este trabalho, em vista de que, nela, o Laicato católico, com seu posicionamento conservador, articulou estratégias contrapondo ao movimento que defendia a pedagogia liberal. Com esse posicionamento, os movimentos em prol da doutrina católica se expandiram por meio do Centro Dom Vital e da Revista *A Ordem*.

Esse embate, nos dizeres de Saviani (2008), reforça nossa justificativa sobre a década de 1920: em suas palavras, este período foi o momento da resistência ativa por parte dos católicos. As estratégias da Igreja também serão por nós discutidas no decorrer deste trabalho.

Assim, ao Capítulo 1, destinamos o esboço do diálogo entre os Escolanovistas e os Católicos, apresentando uma parte do cenário histórico do século XX. Analisamos uma

perspectiva sintética de algumas questões sociais, políticas, educacionais frente à configuração de sociedade na década de 1920. Constatamos que este marco representa uma transição em diversos setores do país. Discutimos também a participação dos intelectuais brasileiros nas décadas de 1930 e 40 na conjuntura da Associação Brasileira de Educação – ABE.

Ainda neste capítulo, apresentamos o contexto de atuação da chamada reação católica, na qual situamos a participação de Theobaldo M. Santos como coadjutor na esfera cristã dos movimentos dos intelectuais. Para tanto, explicitamos o autor e sua trajetória de vida, resumindo suas contribuições para o serviço da educação brasileira.

No capítulo 2, nos dispusemos a compreender o *Manual de Filosofia: Os grandes problemas da Pedagogia Moderna*, de 1942 e suas nuances, tais como: a conjunção histórica em que foi escrito, a divisão em que o autor caracterizou de: As “Bases filosóficas da Educação” caracterizadas como a primeira parte do manual, e a segunda parte, “Os Problemas filosóficos da Educação”. Esta síntese se deu por uma tentativa de categorizar os principais pressupostos elencados pelo autor na construção do manual.

Avançando um pouco mais, delineamos, no último capítulo, uma breve análise do manual, onde pontuamos o posicionamento do nosso autor em relação à Pedagogia moderna, aqui entendida como a concepção Pragmatista de educação defendida por John Dewey, Kilprattick, Decroly, entre outros. No manual esse conceito é amplamente discutido como sendo um dos grandes problemas dessa pedagogia.

Um esboço da Filosofia do Naturalismo pedagógico segundo nosso autor deriva a concepção Pragmatista é apresentado resumidamente imiscuindo ao Movimento do Escolanovismo brasileiro. O assunto foi discutido no capítulo anterior quando tratamos das questões das reformas educacionais implantadas ainda na década de 1920. Apesar de nos concentrarmos em questões já sinalizadas neste trabalho do manual escrito por Theobaldo M. Santos, abordaremos a concepção Filosófica Tomista, visto que a mesma influenciou uma grande parte de sua concepção religiosa presente no pensamento do autor em estudo.

Ao propor a análise deste manual entendemos como esta sendo a principal fonte da nossa pesquisa. As publicações de Theobaldo M. Santos perpassam a casa de 150 títulos produzidos em quase quatro décadas de trabalho. O autor publicou manuais de Sociologia, Pedagogia, Filosofia, Metodologia, Psicologia, entre outros. Sua atuação abrangeu os níveis do ensino primário, secundário e superior.

Nossa opção aqui foi tratar o objeto como manual e não do compêndio. Nossa justificativa para isso concorda o que Souza (2011) propôs em seu estudo sobre a perspectiva intelectual de Alfredo Miguel Aguayo. O autor aponta que os manuais tem uma conotação diferente dos compêndios. A diferença está em que o último “demonstra uma destinação mais para a prática profissional, principalmente entre as ciências biológicas e médicas (p. 119)”.

Os manuais por sua vez na opinião de Bastos (2005, p. 335) “são reveladores daquilo que constitui o duplo movimento contraditório da disseminação de conhecimentos elaborados no interior de uma disciplina”. Souza (2011) ao citar Saviani (2001, p. 25) comenta que os manuais “são uma herança do pensamento da Igreja católica e da tradição tomista e neotomista na educação”. Ainda segundo esse autor muitos textos e manuais escolares da disciplina Filosofia da educação seguem esta mesma direção.

Para este estudo, muitos foram os autores que contribuíram para o entendimento da história da Igreja Católica como: Araújo, Aziz, Bruenau, Carvalho, Casali, Cury, Dias, Fausto, Iglesias (no campo a Sociologia e História), Lustosa, Montenegro, Mainwaring, Hooanert, Saviani, Zagheni. A presente dissertação também utilizou de trabalhos de doutorado como de Almeida Filho (2008) e Souza (2015). As teses desses estudiosos foram fundamentais nas descobertas que fizemos sobre nosso autor.

Almeida Filho em sua tese de doutoramento denominada: A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo M. Santos: (1945-1971), iniciou uma discussão sobre as coleções da Companhia Editora Nacional – CEN – e a estratégia da Igreja católica nas publicações de seus manuais escolares em oposição a Escola Nova. Em estudo mais recente Souza (2015) aprofundou seu trabalho dedicando-se ao estudo geral do Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da pedagogia moderna (1942), com a tese intitulada: Postulados da pedagogia perennis: a concepção de filosofia da educação no manual de Theobaldo M. Santos (1942).

A pluralidade de referências dos autores escolhidos para este trabalho de pesquisa não expressa toda a nossa trajetória de leituras realizadas para a efetivação do mesmo. Para efeito do nosso estudo, foi o ensaio de um diálogo com diversas hipóteses teóricas a fim de compreender e identificar alguns dos pressupostos do pensamento pedagógico-filosófico de Theobaldo M. Santos no seu *Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da pedagogia moderna de 1942*.

O estudo da intelectualidade católica é relevante para a linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, pois permite ampliar o estudo da arte e ou o conhecimento na temática proposta. Acreditamos que o nosso trabalho se aproxima do campo da História das ideias filosóficas pedagógicas conforme aponta (SAVIANI, 2008) e também está bem próximo da História dos intelectuais tais como é estudada por Vieira (2008), Daros (2013) entre outros.

Esboçamos, de maneira descritiva, os acontecimentos que envolveram a educação no período de 1920 a 1940. Entendemos que esse estudo histórico filosófico, ainda que apresentado de forma geral, com limites, precisa ser mais bem aprofundado em estudos mais detalhados. Este assunto é relevante para o ensino da História da Educação, pois demarca um período onde intensos conflitos ocorreram, bem como as estratégias dos grupos envolvidos para manter sua influência no campo educacional brasileiro.

I. DIÁLOGO ENTRE OS ESCOLANOVISTAS E OS CATÓLICOS: O CONTEXTO DO SÉCULO XX

A finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida. [...] Educação é o processo de assegurar a continuidade do lado bom da vida e de enriquece-lo, alarga-lo e amplia-lo cada vez mais.
(ANÍSIO TEIXEIRA, 1975).

1.1 Considerações acerca da década de 1920 e 1940

Nas primeiras décadas do século XX, a configuração da sociedade brasileira sofre inúmeras transformações análogas em todas as dimensões. Na dimensão econômica, observa-se a questão da instalação do capitalismo, o aceleração do processo de urbanização e o início da industrialização. O café, como produto de comercialização e exportação, alavancava as condições para que o desenvolvimento da economia nacional fosse amplamente cultivado, principalmente na região sudeste, sendo os estados de Minas Gerais e São Paulo destaque da produção.

Nagle (2001, p.26) aponta que a economia cafeeira se torna a principal mercadoria para o comércio exterior. Juntamente com este intento de produção para a exportação, a industrialização começa a galgar, a passos lentos, nessa fase do desenvolvimento da economia brasileira. Com as intempéries do mercado internacional, não só o café, mas uma diversidade de atividades econômicas desponta no cultivo da terra, como o algodão, arroz, feijão, milho, fumo etc. Nesse ritmo, a mão de obra é praticamente consolidada pelos imigrantes, trazendo uma nova configuração para a sociedade, como consequência alterando a cultura do país. As regiões Centro-Sul, Sul e Leste tem o maior número de imigrantes fixados.

Essa perspectiva de imigração desde o século XIX continua se expandido na década de 1920, como força de trabalho para a lavoura de café. Somente com a crise de 1929, o fluxo da imigração diminui em todo o país. Diferentes etnias como italianos, portugueses, espanhóis regressam ao seu país de origem. Uma exceção foram os japoneses, que se instalaram como pequenos proprietários de atividades agrícolas a partir de 1925. Alguns grupos minoritários, como os sírio-libaneses e judeus são classificados como mão de obra para um país que, até a década de 1930, se qualificava como predominantemente agrícola.

O interessante dessas novas configurações, que representam o setor social como parte do processo da urbanização do Brasil, se dá no êxodo da população do campo para a cidade. A grande arrancada foi no início do século XX, com o desenvolvimento da industrialização abrangendo várias regiões, como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, cada uma com suas peculiaridades. As variações perpassavam pelas indústrias têxteis, alimentação, bebidas e vestuário. No período da primeira Grande Guerra (1914-1918), o incentivo às indústrias despontou, devido às interrupções da concorrência das importações. A partir dos anos 1920, há uma tentativa de superar os limites desta expansão industrial.

Convém observar que, desde a Proclamação da Independência, sucedeu um apelo para investimentos no capital estrangeiro por meio de empréstimos realizados por países como a Grã-Bretanha e Estados Unidos, e, a partir desse período, o país recebeu diversos investimentos internacionais. Este fato, de certo modo, contribuiu para o início ainda precoce da modernização do Estado brasileiro:

O moderno se efetivou com a industrialização da produção econômica, a constituição do mercado capitalista, a criação de novos ambientes humanos e a destruição dos antigos; acelerou-se o ritmo da vida; modificou-se o perfil demográfico, com uma acelerada urbanização, que atraiu vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades, além do contingente imigrante; instituiu-se um dinâmico sistema de comunicação e transporte; expandiu-se a burocracia e com ela o poder do Estado; os movimentos sociais se organizaram, desafiando a ordem política e, enfim, remodelaram-se os espaços físico e social (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p.221).

Concomitante a esse crescimento, os movimentos sociais urbanos se expandiram e o das classes trabalhadoras seguiu o mesmo destino. Greves e manifestações operárias se fortaleceram especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas diversas ações, por parte do Estado, foram realizadas em relação aos trabalhadores, nos governos posteriores:

Recorde-se finalmente, que é nessa sociedade que, até o início da grande guerra, o investimento industrial atingia níveis espetaculares, trazendo para a cena um novo personagem, o trabalhador industrial, chamado mesmo a trabalhar em turnos nas fábricas têxteis durante a guerra (GRANZIERA, 1997, p.138).

Consequências do ajuntamento da vida urbana, ainda de uma sociedade de base econômica agrária, a pressão sobre as classes dominadas ocasiona o surgimento de partidos políticos como o PC do B – Partido Comunista Brasileiro -, cujos fundadores promoviam o

anarquismo.¹ A base dos partidos políticos da década de 1920-30 era constituída por operários; nos anos seguintes, a repreensão por parte de uma política autoritária tentou impedir o crescimento dessas manifestações, e teve como característica adaptar os trabalhadores em prol de um ideal comum.

Podemos mencionar que, nessa década, a política de massas embrenhou-se no Brasil como consequência de uma oposição ao chamado liberalismo decadente,² que (re) significou o papel do Estado e sua relação com a sociedade. Nessa política, temos a figura central de Getúlio Vargas e sua perspectiva paternalista do trabalhismo brasileiro (DRUMOND; OLIVEIRA, 2015, p.202).

O processo político dos anos 20, após a crise, culminou na cisão entre a elite cafeeira e o governo do presidente Washington Luiz.³ A crise de 1929⁴ afetou o mundo todo, não sendo diferente no Brasil; a queda da Bolsa de Nova York refletiu na política brasileira em relação às importações. Mescladas a essa crise, as mudanças ocorridas pós-primeira guerra (1914-1918) e Revolução Russa de 1917 contribuíram para que a década de 20 fosse abarrotada de intensas reviravoltas (IVASHITA; VIEIRA, 2014, p.235), gerando pressão sobre o preço do café e incidindo no encerramento da política do café com leite.

Essa divergência trouxe novas configurações para a política brasileira. Na opinião de Alceu Amoroso Lima:

É o caso da grande guerra de 1914, como desgraçadamente volta a ser o da luta de morte que de novo se ateou no coração da Europa. A pavorosa tragédia, que começa apenas a desenrolar-se, desperta tão numerosas questões, que fora estulto sequer enumera-las (ATHAYDE, 1939, p. 3).

A população trabalhadora foi alçada a uma nova identidade, com base na disciplina de um projeto nacionalista construído sob o signo da ordem e da moralização da sociedade. Getúlio Dornelas Vargas foi o candidato opositor ao governo e seu concorrente foi o ex-governador do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, com a alavancada da Aliança Liberal

1 Essa corrente política teve seu apogeu na Europa e nos Estados Unidos da América.

2 CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

3 15.11.1926 – 24.10.1930 – o presidente Washington Luiz foi deposto e Júlio Prestes foi impedido de assumir.

4 Uma das principais consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no campo econômico, foi a grande crise de 1929. Esta crise foi causada, sobretudo, pela insistência norte-americana em manter depois da guerra o mesmo ritmo de produção alcançado durante ela, quando abastecia os países envolvidos no conflito, fornecendo desde produtos alimentícios até manufaturas e combustíveis. A crise refletia na bolsa de valores de Nova York, onde eram negociadas as ações das grandes companhias americanas. Esta crise refletiu no mundo todo. Para mais, ver: ARRUDA, José Jobson. *História Moderna Contemporânea*. 3 ed. Cidade: Rio de Janeiro, RJ: Editora Ática, 1988.

que desencadeou a Revolução de 1930 e com o golpe militar, assume Getúlio Vargas, subordinando ao governo todas as ações dos estados.

Um conjunto de ações marca esse momento, como a dissolução do Congresso Nacional (nomeando interventores para os estados, resguardando Minas Gerais, onde permaneceu somente o governador Arthur Bernardes), suspensão do pagamento da dívida externa e censurados partidos políticos, inclusive do PC do B. Com sua política trabalhista, criou o Ministério do Trabalho e controlou os sindicatos, pelo Decreto nº 19770. Seu governo foi marcado por uma postura autoritária e centralizadora baseados em valores hierárquicos no conservadorismo.

Os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Nesse período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional (GOMES, 199, p.53).

Destarte, no campo religioso, o Presidente recebeu apoio da Igreja Católica que tinha a intenção de inserir-se na política, o que já vinha acontecendo desde os anos 20, durante o governo de Arthur Bernardes. A ideologia católica, presente na maioria da população brasileira, era o motivo de a instituição pressionar o governo em suas colocações.

Nas palavras de Alceu Amoroso Lima (1930) ao assumir o controle da Revista A Ordem e do Centro Dom Vital, pondera sobre suas intenções quanto a Constituição de 1934:

Pouco, importam, porém, esses tremores. Precisamos é trabalhar para que eles sejam infundados e para que os princípios básicos da ordem social cristã venham de novo informar a nossa Constituição política. Pedimos pouco, pois bem sabemos que não são as Constituições que formam os homens, e sim os homens as Constituições [...] E na melhor, das hipóteses, o nosso trabalho post-Constitucional terá de ser muito maior do que o trabalho pré-constitucional, pois o difícil não é incorporar os princípios na lei básica e sim applica-los mais tarde a nossa complexíssima realidade (ATHAYDE, 1930, p. 196).

Os clérigos souberam aproveitar dessa influência, fazendo com que o Estado ficasse refém de suas intenções políticas.

A manutenção de relações próximas com o poder eclesiástico poderia favorecer o projeto varguista, pois as religiões universais históricas como o catolicismo “trazem no sangue, por assim dizer, uma sensibilidade para as insídias da massa (ALMEIDA FILHO, 2015, p. 114)”.

Na educação, o governo Provisório optou pela formação de uma elite intelectualmente mais preparada (FAUSTO, 2013, p.288). Criou o Ministério da Educação e Saúde no final dos anos 1930; seu ministro, entre 1930 e 1932, foi o mineiro Francisco Campos e, em seguida, seu conterrâneo Gustavo Capanema, que permaneceu até 1945. A educação tinha uma base conservadora, com preocupação no ensino superior e secundário.

Com investimentos na construção das universidades e no ensino secundário, a Reforma de Francisco Campos preocupou-se com um currículo seriado, frequência obrigatória, e a exigência da conclusão do nível secundário para o ingresso no superior.

Nas áreas fundamentais de educação e trabalho, a responsabilidade, durante a República Velha, era de competência quase exclusiva dos Estados. Imediatamente depois da revolução de 30, a situação começou a mudar. Há muitos anos, críticos da velha ordem vinham argumentando que as enormes necessidades sociais do Brasil exigiam um esforço nacional, de parte de um governo federal forte. Mesmo antes que a Constituição de 1934 codificasse esse novo papel, o governo de Vargas, em sua fase provisória, obteve, por decreto de 11 de novembro de 1930, poderes mais amplo do que jamais havia gozado governo anterior. Dois novos ministérios foram criados em novembro de 1930 – o do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde [...] (SKIDMORE, 1975, p. 55).

Como será inferido neste trabalho, no contexto da era Vargas, se destaca, no campo educacional, o embate entre católicos e pioneiros da educação. Tal debate girava em torno da contrariedade de alguns intelectuais que resistiam às proposições da ideologia religiosa vigente desde a chegada dos Jesuítas no Brasil.

Nesse diapasão, aponta a dubiedade da Igreja católica, um dos principais atores do processo, frente às propostas dos pioneiros, tentando equilibrar-se entre dois princípios. De um lado, como instituição conservadora se colocava a contraposição na liberalização do ensino com relação aos valores e normas tradicionais. De outro, como devindo progressivamente de empresa de ensino, adotava o discurso e o ponto de vista do proprietário privado, defendendo a liberdade de ensino. Liberdade essa que se constituía em vetar ao Estado a interferência em seus negócios (SILVA, 2010, p. 223).

Nesse embate se situa nosso autor, Theobaldo M. Santos. Convertido ao catolicismo na década de 30, o intelectual se destaca com seus impressos nas diversas publicações cristãs. Entre estas, podemos citar a Revista *A Ordem* e uma intensa produção de manuais didáticos. Os impressos foram estratégias das organizações católicas, ou não católicas, que transitavam

entre a população na tentativa da construção de um ideário educativo. Na próxima década, o *Manual de filosofia da Educação da Educação: Os grandes problemas da pedagogia moderna* (1942) será editado nessa perspectiva católica.

Não será aqui o lugar de reconstruir esta história; sem a pretensão de ir além de um breve comentário, o que nos interessa, por ora, em particular na década de 1930, será o campo da educação onde se torna um local de disputa entre a elite dirigente do país. Com um jogo político, Vargas privilegia o pedido dos católicos na Carta Constituinte de 1934, atendendo a reivindicação do grupo sobre o retorno do Ensino religioso, no currículo escolar para as escolas públicas.

A característica mais saliente das reformas educacionais empreendidas por campos e Capanema traz a marca do pacto da Igreja católica costurado por Francisco campos no início da década de 1930. Por esse pacto Vargas, apesar de sua origem castilhistas, se dispôs a apoiar a inclusão das teses católicas na Constituição de 1934, recebendo em troca o apoio político da Igreja (SAVIANI, 2008, p. 270).

Para Athayde (1931, p. IV) “o decreto restabeleceu de modo ainda imperfeito a liberdade do ensino religioso nas escolas públicas” de matrícula facultativas, porém estava agradecido ao ministro Francisco Campos por ter concedido o benefício.

Na próxima Constituição do ano de 1937 em pleno Estado Novo, o ensino profissional passa a ser importante na preparação para a classe menos favorecida e se torna a principal obrigação do Estado para com a educação.

A reforma do ensino secundário foi outro ponto de honra do ministério, e suas linhas mestras ilustram a matriz que vencia na definição do que e como ensinar à juventude em um momento crucial de sua formação como futuros profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada. Confrontavam-se nesse momento posições distintas a respeito do teor que se deveria imprimir à formação dos jovens cidadãos. Educação humanista versus educação técnica; ensino generalizante e clássico versus ensino profissionalizante são pares de oposição (falsa oposição?)[..]. O Estado Novo resolveria o problema com uma solução engenhosa. Ao lado da reforma do ensino secundário, onde acabou prevalecendo a matriz clássica humanista, montou-se todo um sistema de ensino profissional, de ensino industrial que deu origem ao que conhecemos hoje como “Sistema S”, ou seja, os Senai, Senac, Sesi etc. Coroando todo esse empreendimento, o ministério reestruturaria o ensino superior, criando e dando corpo ao grande projeto universitário (BOMENY, 1999, p. 138).

Além de Bomeny (1999) ampla leitura do período se destaca em Fausto (2013) onde o mesmo apresenta os feitos getulísticos durante o Governo provisório e o estado Novo. Também Skdimore (1975) destaca a Era Vargas como um período de radicalização nos vários setores inclusive da educação. Nossa intenção aqui foi de apresentar um breve resumo das décadas que antecederam a produção escrita do Manual de Filosofia de Theobaldo M. Santos no ano de 1942. Sem o intuito de esgotar o assunto aprestaremos a seguir nuances do contexto em que os intelectuais se reuniam para discutir as questões educacionais brasileiras.

1.2 Os intelectuais da educação brasileira no contexto dos anos 1920-1940

Oração dos intelectuais:

Nós temos fé, Senhor, mas aumentai a nossa fé! Aumentai a nossa fé, pedimo-lo não somente para nós, mas para todos os homens, e, de modo especial para todos os brasileiros, nascidos como nós, nesta pátria que fizestes tão bela e tão grande. Lançai um olhar de clemência e misericórdia sobre os nossos intelectuais, publicistas, escritores, homens de estudo, em geral, e sobre todos, enfim, os que labutam no campo das ciências e das letras (SANTO ROSARIO, 1962).

1.2.1 A geração dos anos 20-40

A educação se tornou instrumento de participação política (SAVIANI, 2008, p.177) nos debates do início dos primeiros anos da década de 20. Os intelectuais dedicaram-se a discutir a pauta sobre a educação no país; em sua maioria, militavam no serviço público, enquanto outra parcela estava aglutinada em organizações independentes. Eram classificados como a “elite dirigente” (PECAUT, 1990, p.72) a serviço do Estado, no caso dos funcionários estadistas. Para este autor, os intelectuais colocavam seus serviços em prol do regime político vigente na época.

Dependendo do engajamento político de cada grupo, suas ideologias partidárias ou religiosas defendiam a educação como forma de impulsionar o Brasil ao desenvolvimento. Mas afinal quem era essa geração numerosa de militantes que apresentavam ao povo suas posições, sejam partidárias ou não?

Para definir o que significa o termo intelectual, parafraseamos Sartre (1994): o “intelectual é aquele que se mete naquilo que não lhe diz respeito”; neste caso específico, o filósofo faz distinção entre o cientista e o intelectual. O cientista seria aquele do saber prático, aquele que faz as leis, e o intelectual seria aquele que verifica a alienação dos homens, faz uso da contradição, é revolucionário em relação ao seu tempo, participa da defesa dos desfavorecidos.

Outra característica desse intelectual, segundo Sartre, seria a daquele que não se posiciona a favor ou contra a religião, pois é um ser de contestação. Contrariamente a esse conceito estabelecido por Sartre o posicionamento dos intelectuais brasileiros, incluindo Theobaldo M. Santos, na década analisada, assumem posições políticas e uma defesa expressional da causa religiosa.

Os intelectuais eram em sua maioria, engenheiros, advogados, médicos, educadores, artífices de uma concepção de que o povo brasileiro não possuía uma constituição política, carecendo, assim, de representação pela elite pensante. Nesse trabalho, apontamos uma associação que muito contribuiu com a história dos intelectuais brasileiros no cenário da educação. Nossa intenção é esclarecer melhor o reduto em que os letrados se ajuntam para seus debates teóricos. Um desses locais, talvez o mais importante deles, era a Associação Brasileira de Educação – ABE; sua criação deu-se em outubro de 1924, por um grupo de 13 intelectuais cariocas, em uma sala da escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua história ficou conhecida por ser um respeitável espaço de discussões sobre a educação brasileira.

A iniciativa da criação partiu de Heitor Lyra (1879-1926) que ao se reunir com Everardo Backeuser, Edgar Sussekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho, pretendia viabilizar uma Federação de associações de Ensino. Malograda a questão, romperam para a criação de um partido político que se denominou Acção Nacional. O engajamento político veio a findar-se com a Revolução Paulista, surgindo, de imediato, a ABE, com os seguintes objetivos pedagógicos: promover, no Brasil, a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas que tendam, direta ou indiretamente, a esse objetivo.

O professor Lyra era o encarregado de conduzir a associação, juntamente com outros intelectuais. A associação tomou fôlego sobre os parâmetros científicos, absorvendo os métodos fundamentados na psicologia e na biologia, na intenção não só de alfabetizar, mas de politizar o povo:

O que caracteriza o grupo, a princípio, era a visão da educação como fator de reforma social, o fato de autoproclamar sua competência para proceder à educação do povo e a proposição de uma ação pedagógica integradora e homogeneizadora de alcance nacional. Os debates enfatizavam a formação do trabalhador sob os princípios tayloristas de organização racional do trabalho (VEIGA, 2007, p.254).

A ABE seria uma associação que conectasse diversos projetos pedagógicos na qual se superasse a questão: “a educação era o grande problema da sociedade brasileira”. Com uma

visão despolitizada (CARVALHO, 1998), em consonância com o governo de Arthur Bernardes, no sentido de não desagradá-lo, aderiu à campanha de educação que se pregava.

A esse respeito Carvalho menciona que:

Inicialmente, ao que tudo indica a produção de uma imagem despolitizada da ABE explica-se como recurso para escapar à repressão política do governo Bernardes, responsável pela prisão, em 1924 e 1925, de três dos signatários da ata de fundação da ABE: Everardo Backeuser, Mário de Brito e Fernando Labouriau (CARVALHO, 1998, p.56).

Os intelectuais Backeuser, Brito e Laboriau foram condenados pelo crime de conspirar contra o governo, situação mais tarde controlada no governo de Washington Luís. Beckeseuser era um dos católicos dedicados às causas educacionais e congregava, na ABE, com outros intelectuais contrários à sua concepção religiosa.

Passado este episódio, o espaço da ABE permanecia como um *locus* de discussões a respeito da causa educacional, do qual participam intelectuais católicos e não católicos. A associação, por algum tempo, permaneceu tratando de temas como sua organização interna, seus eventos, remetendo sempre, ao discurso do debate educacional.

Embora associação leiga, era a Associação Brasileira de educação (ABE) um espaço de atuação de católicos militantes desde sua fundação. Entre os diretores de 1925, encontramos figuras católicas eminentes como Fernando Magalhaes e Carlos Américo Barbosa de Oliveira (SGARBI, 1997, p. 4).

Após 1927, a associação viabilizou grandes conferências regionais em todo o país, discutindo a questão da formação de uma elite pensante capaz de representar os anseios da população em relação à educação. Também pregava o discurso cívico baseado nas virtudes, na ordem, no trabalho etc. Gozava de prestígios, considerada uma associação de prestígio no meio intelectual.

Com a Revolução de 30, o cenário da ABE tem algumas alterações, no que diz respeito à chegada de novos membros. Com isso, em 1932, durante a IV Conferência de Educação, realizada em Belo Horizonte, o grupo de intelectuais católicos rompe com a Associação, e apresenta uma carta de demissão para a presidente em exercício, Armanda Álvaro. Suas considerações giravam em torno da contrariedade dos ideólogos religiosos em relação ao lançamento do Manifesto dos Pioneiros, defendido por uma nova parcela da associação. Os católicos fundam, assim, a Confederação Católica Brasileira de Educação.

No final desse ano (1932), dia 12 de dezembro, 28 pessoas enviam um ofício ao presidente da instituição, manifestando descontentamento com as novas posições da Associação e pedindo afastamento da entidade. O documento – divulgado pela imprensa no auge da V Conferência nacional de Educação, realizada em Niterói (RJ) em que se consumou a cisão – revela-nos as mudanças que foram introduzidas na ABE em 1932, o que desagradou as pessoas que primeiro se retiraram da agremiação (SGARBI, 1997, p. 5).

Os Pioneiros da educação, como eram chamados, defendiam uma proposta de educação pública, laica e obrigatória. A concepção filosófica deste grupo se relacionava (in) diretamente com o pensamento do filósofo norte americano John Dewey. Representantes deste movimento das novas ideias pedagógicas disputaram, a partir do rompimento, o espaço educacional com os representantes do grupo dos católicos.

Na Historiografia brasileira, o assunto é amplamente discutido por autores como Carvalho (1998), Saviani (2008), Cury (1978) Fausto (2013) dentre outros. Saviani (2008) afirma que, no embate travado, por reformadores liberais e pensadores católicos, na arena do campo educacional, o primeiro grupo buscava a modernização das estruturas políticas e sociais brasileiras (ALMEIDA FILHO, 2015), e, o segundo, disputava a hegemonia da educação, defendendo a escola particular e o Ensino Religioso nas esferas públicas e privadas.

Fausto (2013) revelou que essa disputa, durante o governo provisório de Vargas (1935-1946), mostrou uma inclinação, mesmo que implícita, para o grupo que representava a Igreja Católica. Os ministros Capanema e Francisco Campos eram aliados ao catolicismo, defendendo (veladamente) uma postura religiosa. Os intelectuais católicos estavam presentes no governo Vargas numa estratégia de articular interesses católicos junto à política governamental (ALMEIDA FILHO, 2015).

O *locus* nesse momento já não está na ABE, suplantaria o campo do debate político, em que as duas correntes se organizavam por meio de seus representantes que lutavam pela imposição de seus ideários na educação.

Em suma, no período analisado, compreendido entre 1932 e 1947, as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada predominantemente pelos católicos, e a pedagogia nova. Um equilíbrio tenso, em algumas circunstâncias, quando eram assacadas virulentas acusações de modo especial por parte dos católicos contra os escolanovistas; ou quando se tramavam nos bastidores políticos indicações e vetos de nomes para compor os quadros de pessoal docente e administrativo. Em outras circunstâncias, um equilíbrio harmonioso quando do avanço dos métodos renovados penetrava nas próprias fileiras das organizações tradicionais revestindo de roupagem progressista a doutrina da

educação católica, como ocorreu com Everardo Backheuser[...] (SAVIANI, 2008, p. 271).

Trataremos a seguir do contexto da atuação do movimento católico na década de 1920 onde os intelectuais leigos, são convidados a se vincularem ao laicato católico dando início assim a organização do movimento. Nosso intelectual, Theobaldo M. Santos se insere na doutrina católica ao final da década de 1920 participando intensamente como colaborador em sua cidade natal, Campos dos Goytacazes. Para alcançar o objetivo aqui anunciado, é necessário trazer a baila alguns elementos que nortearam a trajetória do nosso autor.

Desejaríamos que das ideias que vamos expondo, intensa propaganda fizessem os jornalistas e publicistas catholicos que, porventura, nos lerem. Ousamos até esperar que os espíritos liberais, no bom sentido da palavra, estarão conosco, embora levados por outros que não os princípios religiosos. Trata-se de assumpto em que entra em jogo o pensamento moderno. O século XX não vê com bons olhos o monopólio escolar por parte dos governos. Contra a oficialização do ensino façam anáthemias os expoentes da contemporânea pedagogia. [...] Antes de mais nada, convém firmar que, enquanto se não realizam as nossas aspirações com respeito ao ensino religioso, não haveremos de cruzar os braços, extenuando-nos em lamentações estereis de repouso prolongados. Em vez de cômico plangente, formemos uma legião que combate: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve, que divulgue escriptos de outros. O que é necessário é que não fiquemos imóveis a chorar um passado que se foi ou acenar com festas para um futuro que nos sorri. [...] A escola apliquemos essa doutrina. Nós queremos escolas francamente religiosas (Cardeal D. Leme, 1916).

1.3.1 Um esboço do movimento da Reação católica.

A trajetória do movimento católico pós-proclamada a República, especialmente nas três primeiras décadas do século XX, fez reacender, na Igreja, o desejo de se restabelecer como agente das ordens divinas. Os mentores são os prelados da Igreja juntamente com a elite dos intelectuais convertidos ao catolicismo e dispostos ao trabalho da causa da reação católica. Nosso autor está incluso no rol dos intelectuais recém convertido à religião católica.

Esta (re) ação fora definida na Encíclica *Ubi Arcano Dei*⁵ que propunha a participação dos leigos no apostolado da Igreja. A escassez do clero era um dos motivos pelos quais se abriram as portas para o laicato católico, sendo atitude necessária para o estabelecimento do reino de Deus. A cúpula eclesiástica tinha como desígnio se adaptar às mudanças sociais que ocorriam em todo o mundo, especialmente no Brasil. Esse projeto foi o que Mainwaring

5 Promulgada em 23.12.1922. Primeira Encíclica de Pio XI, trata da participação dos leigos na Igreja.

(1989) chamou de neocristandade, cujo ápice se deu nas duas décadas posteriores à de 20. A Igreja mantém-se como conservadora, se opondo às outras religiões, cultivando-se como uma instituição presente na sociedade brasileira, defendendo a ordem e a disciplina como construtos de seu projeto prelatícios.

Dom Sebastião Leme se tornou coadjutor do Episcopado do Rio de Janeiro, na década de 1920, dando início à organização do movimento leigo na Igreja. Organização que, conforme Bruneau (1974) seguiu dois caminhos. O primeiro foi restaurar os grupos criados por padres europeus que estavam dispersos; o segundo foi investir no Centro Dom Vital,⁶ com o propósito de atrair os intelectuais ao serviço cristão. Desta mobilização resultou a criação definitiva da Ação Católica, no ano de 1935.

Ainda na década de 20, D. Leme e seu discípulo Jackson de Figueiredo fundam a Revista *A Ordem*, ponto inicial de divulgação dos anseios do grupo católico. Seus primeiros números traziam insistentemente a Carta Pastoral, citando a importância de uma ação católica no Brasil. Assim, surge a ideia da criação de um centro onde os intelectuais pudessem gerir algumas estratégias para estas ações:

Na Carta Pastoral de 1916, Dom Leme via a solução para muitos dos problemas de influência da Igreja na mobilização e organização de movimentos leigos. Antes de Dom Leme, o laicato tinha sido inteiramente ignorado, a não ser na parte que lhe tocava na devoção ritual e como membros dos tipos europeus de associação religiosa. Leme sentia que um laicato mobilizado podia exercer pressão de modo a melhorar a posição pública da Igreja, e mais ainda, a influência podia ser aumentada através da ação desses leigos – especialmente os intelectuais – sobre outros leigos (BRUNEAU, 1974, p.86).

Alceu Amoroso Lima,⁷ um recém-convertido, assume o comando do Centro Dom Vital, após o falecimento de Jackson Figueiredo, elegendo, como seu assistente eclesiástico, o jesuíta Leonel Franca. Tocado pelas ideias do tomista Jacques Maritain, assumiu o pseudônimo de Tristão de Athayde,⁸ influenciando várias pessoas com sua conversão religiosa. O fenômeno da conversão de intelectuais ao catolicismo é um fato marcante no século XX, pois, segundo Souza (2015), era uma tentativa da Igreja em conter o modernismo.

6 Centro Dom Vital

7 Sua conversão se dá 15.08.1928

8 O pseudônimo Tristão de Athayde, segundo Skalinski Junior (2015, p.17) foi adotado quando Alceu Amoroso Lima assumiu a carreira de crítico literário, em 1919, tornando-se um dos mais importantes intelectuais católicos brasileiros. Ainda segundo este autor, Tristão de Athayde escreveu, entre 1922 e 1984, o total de 112 livros, sendo 11 traduções, atinentes aos campos de literatura, da economia, do direito, da política, da educação, da psicologia, da filosofia, da sociologia e da religião.

O lema de Alceu era servir e se tornou, no final dos anos 20, o maior líder espiritual católico convertido da América. Divulgou as obras de Maritain nas décadas posteriores de 1930 e 40:

A obra e o pensamento de Alceu Amoroso Lima foram apresentados nos jornais, nas revistas, nos livros e nas tribunas. Nesses espaços defendeu e articulou suas posições que, notadamente, modificaram-se ao longo do tempo no embate com seus opositores e na composição com outros intelectuais católicos (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p.17).

Na opinião de Soares (2014, p.71), o Centro Vital foi um lugar de irradiação dos ideários da cultura católica, contra os ideais positivistas e materialistas. O autor ainda completa que a sua história pode ser dividida em dois momentos distintos: antes de Jackson de Figueiredo e sob a direção de Alceu Amoroso Lima. Ainda sobre a importância do Centro Dom Vital podemos complementar:

O Centro Dom Vital foi importante por ter iniciado algo como o “Reflorescimento católico” do Brasil: um reflorescimento que culminou num sucesso político. O Centro foi fundado em 1922 pelo leigo Jackson de Figueiredo, sob o estímulo e a inspiração de D.Leme. Jackson tinha sido um ateu, um livre pensador, inimigo da Igreja. Ao ler a carta pastoral de 1916, de D. Leme, sentiu uma espécie de “apelo” e desde 1921 até a sua morte prematura, em 1928, foi o promotor do centro, o cabeça do movimento intelectual católico e a mão direita de D. Leme (BRUNEAU, 1974, p.87).

Além de ser o continuador do movimento católico após a morte de Jackson, Amoroso Lima também assumiu o cargo de editor da Revista *A Ordem* e do *Centro Dom Vital*. Por esta revista, percebe-se o interesse da Igreja, nesse período, pela imprensa, o que faz parte da estratégia que será expressa em várias outras publicações: manuais, livros didáticos, artigos de jornais, revistas etc.

A Igreja Católica, a partir da República, por meio do uso da imprensa, tentou afirmar sua importância como organismo de interesse para a sociedade brasileira. Na opinião do padre Lustosa (1977), em todos os quadrantes do país surgiu um periódico, o que sinaliza seu sucesso. E as revistas católicas levavam a mensagem da Igreja:

A igreja católica mantinha nacionalmente a revista *A Ordem* e estimulava a publicação de impressos regionais com o objetivo de orientar os católicos e simpatizantes. É interessante observar que as publicações católicas se consolidavam atendendo às indicações nacionais e contemplando as particularidades locais. Em alguns casos, o impresso católico é muito parecido com outros impressos, principalmente com os jornais diários.

Considerando que a imprensa era o meio de comunicação de maior circulação no período, pode-se inferir uma disputa pelo público entre os jornais católicos e os outros (LEON, 2014, p.125).

A Revista era o órgão que contribuía para divulgação da doutrina católica, uma espécie de porta-voz da instituição religiosa, e tinha o apoio da arquidiocese do Rio de Janeiro. Souza (2015) assinala que, nas páginas da Revista, a “conversão” dos intelectuais era estimulada por meio de um livro muito difundido entre os católicos, do padre Leonel Franca, denominado de *Psicologia da Fé*.

Ela possuía autonomia, e combatia de início, a ideologia positivista e a maçonaria. Também era seu objetivo propagar a fé para aqueles católicos a que se referira Dom Leme, chamando-os de mornos,⁹ dados à acomodação espiritual. Tanto a publicação da Revista *A Ordem*, quanto a inauguração do Centro Dom Vital são o início da mobilização da intelectualidade, sob a orientação de D. Leme, para levar avante a obra de fortalecimento da fé no país:

A revista *A Ordem* evidencia, ao longo de sua publicação, um permanente esforço em circunscrever o seu ideário em termos de doutrina, e reproduz com clareza todos os movimentos políticos do grupo católico, em seu indisfarçável esforço de alcançar sua influência no campo da Sociedade civil e recuperar prestígio e poder diretamente junto ao governo, sobretudo nos anos mais próximos antecedentes à constituinte de 1934 (CASALI, 1995, p.120).

Com a liderança de Alceu Amoroso Lima, a Revista *A Ordem* se deixa influenciar pela filosofia neotomista, advogando um diálogo com a modernidade (DIAS, 1996, p.95). Ao instruir os católicos pelas publicações, a palavra de ordem era para que assumissem sua missão no mundo moderno, sem se corromperem dos males do século, ou seja, pelo individualismo, liberalismo etc:

Uma palavra frequente nas críticas da Igreja naquele momento era laicização. As denúncias sistemáticas de “laicização do ensino”, “laicização da cultura”, “laicização do estado”, “laicização dos sindicatos”, revelam um sentimento de exclusão. A revista *A Ordem* reserva espaços cada vez maiores para a análise do papel da Igreja na educação dos povos. Ressalta que esse papel é um fato reconhecido historicamente (SCHWARTZMAN, 1984, p.58).

Esta revista, nos anos posteriores, muda seu enfoque conservador para advogar a defesa da liberdade, da democracia, empenhando-se na vertente filosófica com inspiração do

⁹ Citação da fala na carta pastoral em 1916.

francês religioso Jaques Maritain. Theobaldo M. Santos inicia sua inserção como autor de artigos para a revista aproximadamente em 1935, a convite de Alceu Amoroso Lima, conforme correspondência entre eles deste ano:

[...] quando me manda o artigo? Já se passaram 4 dias e o espaço reservado na “Ordem” de setembro precisa urgentemente da matéria. Resposta [...] infelizmente – hélas -, não me foi possível cumprir aquilo que lhe prometi. Somente no fim desta semana poderei remeter meu modesto trabalhinho de vulgarização sobre as tendências atuais da psicologia. [...] Por minha culpa, é possível que meu trabalhinho não chegue a tempo de sair no número de setembro da Ordem. Não tem importância. Sairá depois, quando houver espaço (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, P.56).

Um dos papéis da frente católica na questão educacional, liderada por Alceu Amoroso Lima, era, naquele momento, discutir as emendas católicas propostas por eles por ocasião da revisão constitucional (HORTA, 2012), especialmente na revista *Ordem*. A volta da religião católica como oficial do povo brasileiro e a introdução do ensino religioso nos currículos eram outras reivindicações que o laicato representava. A questão do divórcio era, ainda, outro ponto de importância para os religiosos na ação social:

O papel que desempenharam intelectuais eminentes, como Jackson de Figueiredo que desencadeou o movimento espiritual, católico, e Alceu Amoroso Lima que recolheu sua herança e lhe sucedeu na direção: o apelo à mocidade acadêmica e às classes operárias que se organizavam em associações de caráter religioso; a participação efetiva dos católicos ilustres nas campanhas em que se empenhou a igreja contra o divórcio e a favor do ensino religioso, nas escolas (AZEVEDO, 1971, p.274).

Cury, ao discorrer sobre a participação dos intelectuais no debate do laicato católico, pontua sobre Alceu Amoroso Lima:

Aliada aos interesses políticos-ideológicos do governo brasileiro, a Igreja católica assume um lugar no cenário dos debates sociais e educacionais através de personalidades intelectuais da elite brasileira, tendo à frente Alceu Amoroso Lima como figura leiga central dessa “resistência ativa” e difusora da posição católica. Alceu torna-se o braço direito do Cardeal Leme, principal chefe eclesiástico da Igreja no Brasil junto com o padre Leonel Franca (CURY, 2010, p.15).

É um truísmo afirmar que o contexto da década de 1920¹⁰ foi marcado por novas configurações em vários setores da sociedade civil. No âmbito da cultura, destaca-se a Semana da Arte Moderna;¹¹ no religioso, a renovação católica se dava com várias associações¹² em favor da educação, como ABE, a LEC, AUC, ICES (na década de 30); no cenário político, a criação do Partido Comunista Brasileiro, somando-se às várias revoltas que desembocaram na revolução de 1930. No contexto educacional, nesse período se declarou o entusiasmo pedagógico.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, com o avanço que Saviani (2008, p.193) alcunha de “ventos modernizantes” do processo de industrialização e urbanização, a intenção da Igreja era validar a luta da batalha pedagógica, ou seja, contra o Estado Laico. Como já foi dito, a agitação desta década perpassou pela educação fortemente, ora pelas mãos dos professores católicos ou por outros educadores dos grupos que também vinham na educação à solução dos problemas brasileiros:

Estas mesmas foram repetidas pelos anos seguintes proporcionando vários debates políticos educacionais em todo país. No ano de 1928, como parte da estratégia educacional católica, fundam as Associações de Professores católicos (APCs) que posteriormente se aglutinou na Confederação Católica Brasileira de Educação em 1931 (SAVIANI 2008, p. 176).

A Associação dos professores católicos-APCs contribuiu com a Renovação Católica no sentido de divulgar a ideologia religiosa, combatendo, tenazmente, a escola nova, da qual Anísio Teixeira tornou-se o representante. Com a “separação” de Igreja e Estado, as congregações religiosas vieram ao Brasil contribuir com a Igreja e suas associações. No caso da APCs, os membros de congregações religiosas masculinas e femininas, que já se achavam

10Oliveira (2011, p.16), em sua dissertação de Mestrado intitulada: *Ações Modernizadoras em Minas Gerais: A Reforma Educacional Francisco Campos (1926-30)*, relata que o modernismo brasileiro foi desencadeado na época de 20, tardiamente se comparado com outros movimentos modernistas.

11 Semana de Arte Moderna, também chamada de Semana de 22, ocorreu em São Paulo no ano de 1922, entre os dias 11 a 18 de fevereiro, no Teatro Municipal da cidade. O governador do estado de São Paulo da época, Washington Luís, apoiou o movimento, especialmente por meio de René Thiollier, que solicitou patrocínio para trazer os artistas do Rio de Janeiro: Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, membros de seu partido, o Partido Republicano Paulista. Cada dia da semana trabalhou um aspecto cultural: pintura, escultura, poesia, literatura e música. O evento marcou o início do modernismo no Brasil e tornou-se referência cultural do século XX. A Semana de Arte Moderna representou uma verdadeira renovação de linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora da ruptura com o passado e até corporal, pois a arte passou então da vanguarda, para o modernismo. Segundo Habermas (2002, p. 13) o adjetivo Moderno foi substanciado só mais tarde, aproximadamente nos meados do século XIX e, pela primeira vez, ainda no domínio das belas artes.

12 Serão detalhadas no decorrer deste trabalho. ABE – Associação Brasileira de Educação – LEC – Liga Eleitoral Católica – AUC – Associação Universitários Católicos – ICES – Instituto Católico de Estudos Superiores -

em terras brasileiras, trabalharam a seu favor, divulgando a doutrina católica e lutando contra o espírito antiliberal (AZZI, 1983).

No final da década de 20, é fundada a Associação dos Universitários Católicos, ou Associação Universitária Católica-AUC (que foi transformada em JUC, em 1938). Seu objetivo inicial era oferecer educação religiosa e estimular a juventude em prol da ação católica militante. Seus participantes estavam em constante estudo, visando, no futuro, serem inseridos no Centro Dom Vital. Publicavam, no seu próprio jornal, os assuntos diversos que estudavam, e discutiam temas variados a fim de educar cristianizando o povo. Seu fundador foi o próprio Alceu Amoroso Lima:

Os objetivos da AUC seriam alcançados por meio da piedade, do estudo e da ação. A piedade seria desenvolvida com a vida eucarística, [...] os estudos deveriam complementar a vida de piedade, com os debates sobre doutrina, cursos de religião e estudo individual de problemas religiosos. A ação externa [...] visava formar o senso de solidariedade e fraternidade entre os universitários, amparar os universitários necessitados, colaborar nos atos de piedade e nos estudos. [...] no campo religioso dando ênfase ao caráter público da manifestação da fé, no intelectual, pelo empenho em propagar a doutrina católica (DIAS, 1996, p.100).

Outro objetivo da AUC, conforme Azzi:

A AUC tinha uma conotação política bem definida. Essa mobilização da mocidade visava afirmar a importância da fé católica entre os intelectuais, tornando-se assim um instrumento de contestação do Estado leigo, conforme ditava a cartilha do episcopado (AZZI, 2008, p. 244).

Este movimento universitário (AUC) foi absorvido pela Ação católica brasileira, fundada em 1935. Em 1931, o grupo dos católicos, ao findar a IV Conferência Nacional¹³ de Educação, ocorrida entre 13 a 20 de dezembro de 1932, discordou do grupo dos renovadores que propunham o Manifesto dos Pioneiros da escola Nova; os primeiros, contrariados, preferem romper com associação. Há que se destacar que, de 1929-1932, os católicos formaram a maioria, na ABE:

Foi, pois, a questão do ensino religioso, reposta pelos reformadores, que desencadeou ou tornou mais áspera à luta que, se não teve por fim, teve certamente, como uma das suas consequências, criar uma incompatibilidade

13Sobre a IV Conferência de Educação, ver em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2015.

quase irredutível entre a ideia religiosa e a ideia renovadora da educação (AZEVEDO, 1971, p.673).

Por esta ruptura, o grupo dos católicos funda, em 11.05.1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação, dirigida por Everardo Backheuser. Permanecia disposto a continuar reivindicando os princípios fundamentais relativos ao ensino religioso nas escolas públicas, a questão do casamento civil e do religioso, o reconhecimento da Igreja católica como instituição oficial do Brasil. Lutas que almejavam o texto constitucional de 1934.

O interesse era sobretudo claro, visto que Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, um “quase” católico, intercederia para que o Presidente do Governo Provisório, Getúlio Vargas, abraçasse a causa. Assim, os católicos conseguiram a inserção do ensino religioso nas escolas públicas por meio da interseção de Campos; o Padre Leonel Franca redigiu um projeto e o ministro o adequou aos moldes do governo provisório, sancionando-o em 30.04.1931:

O governo provisório acaba de dar o primeiro passo no caminho da única revolução que pode salvar a nacionalidade brasileira: a renovação espiritual. O decreto que faculta o ensino religioso nas escolas publica não é certamente aquilo a que tem direito a consciência catholica brasileira. [...] seja como for o, porém, o decreto que ali está representa, sem dúvida, um primeiro passo no sentido de reparar não só o erro laicista de 1891, mas sobretudo a falsa interpretação que se vinha dando no postulado da neutralidade pública em matéria religiosa (LIMA, 1931, p.68).

O empenho da Igreja se remeteria, naquele momento, para o ensino primário. A inserção do ensino religioso nas escolas facilitaria o seu trabalho: a questão de abraçar o ensino primário era uma tática para alcançar a outra parte da sociedade, ou seja, o povo. Significaria o que o Dias (1986) chamou de controle das classes populares ou das massas. Anteriormente, o foco da instituição se concretizava no ensino secundário e era destinada à elite intelectual.

Os renovadores também se sentiram privilegiados com a Carta de 1934,¹⁴ pois ocupavam os principais postos da burocracia educacional (SAVIANI, 2008). Para Saviani, o grupo dos católicos e dos renovadores, neste momento, já se encontrava em equilíbrio de forças na disputa do setor educacional. O trabalho incessante do grupo dos católicos continuaria no movimento da recristianização do povo brasileiro, por meio da educação.

14 Carta de 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 31 ago. 2015.

Assim, houve a inserção, na escola primária, do ensino religioso e, na política, dos ideários do laicato católico.

A criação da Liga Eleitoral Católica-LEC foi pensada pelo movimento que defendia os religiosos, e objetivava instruir as massas nos rumos da política governamental. Os membros do Centro Dom Vital se faziam presentes, com Alceu Amoroso Lima como secretário e o Cardeal Dom Leme na direção geral do movimento. Sua criação se deu no ano de 1932, em âmbito nacional, estadual e regional. Não tinha características de um partido político, porém, instruía o eleitorado católico para que apoiasse os candidatos empenhados com a causa cristã nas eleições de 1933:

Em 1932, o cardeal do Rio de Janeiro apresentava oficialmente os Estatutos da Liga Eleitoral Católica. Segundo o primeiro artigo, a LEC tinha como finalidade “a arregimentação eleitoral de todos aqueles que aceitarem o seu programa, no que se refere ao exercício do direito de voto, pugnando pelos ideais católicos na vida pública brasileira”. A LEC tinha como meta, portanto, despertar o interesse dos católicos pela política, a fim de que apoiassem as propostas eclesiais (AZZI, 2008, p.253).

A LEC defendia as causas católicas que tratavam do fortalecimento das relações entre Estado e Igreja. Pleiteava, também, a isenção do serviço militar para o clero, concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões e aos hospitais, a questão do divórcio, da inserção, nos níveis primários e secundários, do ensino religioso, entre outros. Em suma, eram seus objetivos principais: alistar, organizar e instruir o eleitorado católico, assegurando, assim, o voto para os candidatos que se coligassem com o programa estabelecido pela Igreja.

Conforme o Centro de Pesquisas e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil-CPDOC,¹⁵ vários deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles, Luís Sucupira, Plínio Correia de Oliveira, Anes Dias e Moraes Andrade, Furtado de Menezes, Adroaldo Mesquita. Esses eleitos beneficiaram a Igreja como partícipes da bancada católica. Na visão de Luiz Antônio Cunha (2007), a LEC foi uma estratégia política bem articulada e sucedida.

Neste mesmo ano, também foi fundado, por Alceu Amoroso Lima, o ICES-Instituto Católico de Estudos Superiores, em 24 de maio de 1932. Este empreendimento ocorreu pelo mesmo interesse das outras agremiações católicas instauradas nas décadas de 1920 e 30: divulgação da doutrina católica, junto com a incumbência da criação da primeira universidade

15 Centro de Pesquisas e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil é a escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.

católica no Brasil. Este instituto visava se fortalecer para a fundação da futura Universidade Católica do Rio de Janeiro, criada em 1941.

O Centro Dom Vital estava presente também na Cidade de Campos¹⁶ – terra natal de Theobaldo M. Santos. Presidente do Centro Dom Vital, articulava a organização do Instituto Católico de Ensino Superior (ICEs) e da Ação Católica, nesta cidade, juntamente com o arcebispo Dom Otaviano [Pereira de Albuquerque]. Os católicos se dividiam entre o movimento integralista e o próprio catolicismo vitalista:

Quanto ao Instituto Católico já se acha completamente organizado e pronto para iniciar suas aulas, sendo já bastante apreciável o número de alunos matriculados, todo ele constituído de alunos das nossas escolas superiores, professores primários e secundários, advogados, médicos, engenheiros, etc. Reina aqui um grande interesse pelo nosso Instituto que veio preencher, aliás, uma lacuna do nosso sistema de educação que era a inexistência de uma instituição superior de cultura filosófica e de ciência pura (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, P. 51).

Muitas ações foram empreendidas no Centro Dom Vital pelos intelectuais envolvidos na causa cristã. As atividades giravam em torno de publicações de um jornal-revista e da promoção de cursos, como já mencionado. Se o interesse do grupo era fortalecer a base católica em cada região em que se instalara, em Campos não era diferente.

A partir da década de 30, o movimento se expande geograficamente com a criação de filiais do Centro D. Vital em várias outras cidades brasileiras. Mas o núcleo do Rio de Janeiro permanece como a principal célula de irradiação da doutrina católica e é ele que sofre o crescimento mais acelerado. Com propósitos apostólicos e ainda sustentando que a solução dos impasses nacionais dependia de uma regeneração moral das elites, a nova liderança procura ampliar o debate cultural, investindo mais intensamente na cooptação de intelectuais. O número de sócios que em 1928 era de 50 se expande para 500 em 1935. Congruente com a nova orientação, as reuniões informais se transformam em cursos e conferências sobre filosofia, sociologia ou assuntos relacionados com religião, atraindo um público cada vez mais numeroso. Destinados, a princípio, apenas aos sócios do centro, esses encontros acabam sendo frequentados por professores, intelectuais, políticos e empresários mesmo que não formalmente vinculados à organização. Dentre os conferencistas convidados destacam-se personalidades como Osvaldo Aranha, Pedro Calmon, Américo Lacombe, Tasso da Silveira, Afrânio Peixoto, Maritain e Bernanos. Ademais, deve-se também a Alceu a iniciativa de convidar para trabalharem no Centro D. Vital intelectuais não católicos como, por exemplo, os poetas Murillo Mendes e Jorge de Lima (SALEM, 1982, p.2).

¹⁶ Inaugurado em Campos em 03.09.1935.

Em Campos, a ação externa do Centro se dividia em:

Ser objetiva por intermédio de duas instituições: o “serviço de Difusão popular da Cultura Católica” destinado à propaganda das nossas ideias e o “Instituto Católico de Estudos Superiores” destinados aos professores, estudantes, intelectuais etc. e constituído de cursos regulares e sistemáticos de Teologia, Filosofia, Sociologia, Biologia, História da Igreja e Pedagogia (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, p.49).

Outras atividades do Centro eram organizar palestras nas rádios, artigos de imprensa e proferir conferências nas escolas de Campos. A imprensa era a grande aliada do Centro Dom Vital na circulação de jornais, como *A Coluna do Centro*, onde se debatiam, à luz da filosofia tomista e da doutrina católica, todos os problemas da cidade (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, p. 49). O grande alvo do Centro campista era o Instituto Católico de Estudos Superiores, compostos por alunos professores primários e secundários, advogados, médicos, engenheiros entre outros. Nas palavras de Santos:

A instituição nuclear e reatrix da pequena e modesta universidade de Campos cujo plano já recebi autorização para elaborar. É nosso pensamento transformar, breve, o nosso Instituto numa faculdade de Teologia, de Filosofia e Letras. A frequência durante o ano de 1935 era de 50 alunos, visto a carência do sistema educacional superior de uma cultura filosófica (CENTRO ALCEU MOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, p. 51).

Segundo Dom Sebastião Leme, a finalidade do Centro era a obra destinada à penetração espiritual dos intelectuais. Para ele, a ideia era belíssima e significaria a entrada oficial no mundo da ação católica, e seria uma nova geração de intelectuais católicos (SANTO ROSARIO, 1962). Como a modernidade¹⁷ estava a florescer no Brasil, a preocupação dos católicos seria intelectualizar os membros do laicato católico. Nos Centros Dom Vital, espalhados pelo Brasil, eram ofertados cursos de Teologia e Filosofia, juntamente com introdução ao Direito, Matemática e Biologia. Todo este movimento era pensado na construção futura de uma Universidade Católica no Brasil, e também na tentativa de aproximar o laicato e a hierarquia católica.

17 Concordamos com Tania Salem (1982), ao apresentar que, no final do século XIX e início do século XX, o país passava por um processo singular no campo da economia, na expansão cafeeira, no começo tímido da indústria, no processo da urbanização que caracterizava sinais de uma mobilização da sociedade civil. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZAMAN, Simon (org). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. CNPq, 1982.

No dicionário de Política, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquini (2002),¹⁸ o verbete sobre a Modernização social, de autoria de Grianfranco Pasquini, trouxe a explicação de que o resultado na esfera das transformações econômicas permite grandes modificações também na esfera social. Entendemos que as alterações sociais refletiram na posição dos educadores católicos em defender uma posição mais benéfica para seus intelectuais. Nesse caso, esse grupo religioso buscava ampliar o que, conforme Pasquini é uma aquisição de conhecimentos indispensáveis para participar das vantagens da civilização.

Ainda sobre as organizações, apresentamos, por último, uma organização não educacional da Igreja Católica que despertava grande interesse: Confederação Nacional dos Operários Católicos e as Equipes Sociais. Era um programa do Centro Dom Vital que visava reunir, em forma de sindicatos profissionais, o operariado orientado pela doutrina católica; seu caráter era anticomunista, corporativista e assistencialista.

Parece-nos ser mais uma estratégia católica de recuperar os fiéis e doutriná-los a seu comando, de modo que poderiam divulgar sua literatura contra o laicismo e ganhar terreno para o projeto da Ação Católica. O medo dos católicos seria o de que os trabalhadores se unissem em sindicatos sem a influência da Igreja, como se deu na proclamação da República. Esse movimento da Igreja, em prol do operariado, foi amplamente discutido no Congresso Eucarístico de 1922:

Com um pouco mais, sob o comando de Dom Leme, coloca-se ao lado da beneficência, e sob a inspiração do Papa Leão XIII, um tipo de ação mais realista,¹⁹ porque notadamente preventivo, instaurando um plano de convivência solidária entre patrões e operários (MONTENEGRO, 1972, p.209).

Em conformidade com o exposto, buscamos analisar o papel de algumas dessas associações católicas, no contexto do Centro Dom Vital, criado em 1922, cuja direção estava com Jackson de Figueiredo e posteriormente com Alceu Amoroso Lima. Na liderança geral do movimento estava o Cardeal Dom Sebastião Leme, como coordenador do projeto da renovação católica brasileira. Incorporando intelectuais católicos e leigos a uma ideia de recristianização da sociedade, essas instâncias propunham a politização para a população nos moldes de uma educação cristã.

18 Dicionário de Política: Disponível em: <http://www.4shared.com/office/XskicYK2/dicionario_de_politica_-_norbe.html>. Acesso em 12 set. 2015.

19 Grifo nosso: Esta ação se refere à direção estabelecida na Encíclica *RerunNovarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, em 1891. Esta encíclica trata da questão operária.

Theobaldo M. Santos fez parte deste projeto como divulgador da doutrina cristã, a partir de sua conversão, ligado aos movimentos eclesiais na cidade de Campos-RJ; a difusão da doutrina católica, nessa cidade, se fez intensa pelos movimentos do Centro Dom Vital e das publicações em livros, jornais, revistas, manuais escolares, entre outros.

Todos esses movimentos como já mencionados, obtiveram êxitos junto à elite católica e ao laicato brasileiro. Almejavam combater o laicismo instalado na República por meio de suas ações. O movimento do episcopado brasileiro articulou um processo juntamente com a elite intelectual católica no sentido de pregar a doutrina e argumentar que a crise em que a sociedade vivia estava pautada na ausência de Deus.

Além das associações aqui apresentadas, o grupo católico, representado pelo Centro Dom Vital, coordenou diversos trabalhos²⁰ em outras instituições²¹ neste período. Essas associações apresentam uma fase madura do grupo católico, tendo como seu marco de prosperidade, em nível nacional, os anos entre 1930 e 1945.

A estratégia do prelado era difundir a doutrina cristã ante as publicações, em especial no campo da educação: revistas, jornais, artigos e livros didáticos. Entendemos que a produção literária também fazia parte das estratégias da Igreja no combate às ideias escolanovistas, propostas pelos reformadores da educação, na disputa pelo sistema educacional, fazendo uma reação ao processo de difusão da Escola Nova no Brasil (CARVALHO, 2003, p. 103).

No caso de Theobaldo M. Santos, a preocupação era visível quanto às publicações frente à doutrina católica. Em correspondência com Alceu Amoroso Lima, Santos explicita a necessidade de publicar:

Uma série de livros didáticos para o curso normal (psicologia, sociologia, etc.) de orientação católica. Precisamos fazer frente à massa de livros pedagógicos de orientação naturalista que infesta as nossas escolas normais, e que cada vez ganha terreno em face da autoridade e com a sua clarividência, Dr. Alceu, bem podia organizar a nossa biblioteca pedagógica (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE, 2014, P.54).

20 Quanto às publicações, como os manuais de ensino, serão discutidos no decorrer do trabalho, em que daremos ênfase ao *Manual de Filosofia da Educação*, de Theobaldo M. Santos, publicado no ano de 1942.

21 Estamos chamando de instituições o mesmo que associações que reúnem pessoas do mesmo credo ou profissão. Podemos exemplificar como parte desses desdobramentos a Congregação Mariana, os Círculos Operários, já a Confederação da Imprensa Católica e a Associação das Livrarias Católicas se ocupavam das publicações de notícias, conforme Tânia Salém – Do Centro D. Vital à Universidade católica. In: SCHWRTZAMAN, Simom (org). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, CNPQ, 1982.

A estratégia do grupo católico tinha como proposição lançar no mercado títulos em forma de coleções. Foi o caso de Theobaldo M. Santos que publicou neste formato por alguns anos. Almeida Filho (2008) aponta que, a partir de 1930, com o apoio do Estado Novo, o mercado editorial se expandiu, permitindo um investimento em projetos editoriais especialmente voltados para a formação de professores. No caso das coleções de Santos, estavam de acordo com o programa católico em depurar os princípios da pedagogia moderna a favor de uma pedagogia cristã.

Os católicos, além das investidas no mercado editorial, sintetizavam algumas das ações como a militância católica contrária ao laicismo imposto pela República, a volta do ensino religioso nas escolas públicas, a precedência do casamento religioso frente ao civil, discussões sobre o tema do divórcio em favor da família, e a disputa com o grupo dos reformadores (vale-se dizer de orientação naturalista) no controle do aparelho escolar. Essas ações tinha como liderança o Centro Dom Vital, representado por Alceu Amoroso Lima e seus cooperadores:

A década de 30 foi um período de intensa mobilização dos grupos mais militantes do catolicismo brasileiro, que tratavam de imprimir ao país algumas características que consideravam indispensáveis para a consecução de seus ideais. O sistema educacional e a legislação referente à instituição da família eram, possivelmente, suas áreas principais de preocupação (SCHWARTZMAN, 1981, p.71).

No que diz respeito às massas, o papel da Igreja era de intensificar a doutrina católica junto ao operariado militante, e também recuperar o prestígio perdido na Proclamação da República. Apregoando a ordem e a disciplina, e articulando o projeto de renovação católica, era preocupação de a Igreja fortalecer a organização dos sindicatos no sentido de fixar o operariado na vida religiosa e também civil.

Uma ressalva merece ser apresentada ainda sobre a questão educacional na década de 1930. Um dos principais motivos da disputa do grupo dos católicos, como sabemos, foi o combate à laicização do ensino, com base na doutrina pedagógica divulgada pela Encíclica *Divinus Illus Magistri*,²² de 31.12.1929, que defendia uma hierarquia entre família, Igreja e

22 Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, de sua santidade o Papa Pio XI, aos patriarcas, primazes arcebispos, bispos e outros ordinários em paz e comunhão com a santa Sé Apostólica e a todos os fiéis do Orbe Católico, acerca da educação cristã da juventude. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html>. Acesso em: 16. Set. de 2015.

Estado. Para a instituição, para a concepção de sociedade que ela sustenta a única educação possível é a cristã:

Precisamente por isso a educação cristã abraça toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social, não para diminuir-la de qualquer maneira, mas para elevá-la, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e doutrina de Cristo. Por isso o verdadeiro Cristão, fruto da verdadeira educação cristã, é o homem sobrenatural que pensa, julga e opera constantemente e coerentemente, segundo a sã razão iluminada pela luz sobrenatural dos exemplos e doutrina de Cristo; ou antes, servindo-nos da expressão, agora em uso, o verdadeiro e completo homem de caráter (Divini Illus Magistri, 1929).

Com esse documento, a Igreja formulava suas opiniões sobre a educação da juventude cristã; considerava que a escola era a instituição subsidiária e complementar da família e do Estado: se, na família, a educação é como a fonte natural da humanidade, no Estado ela perpassa pela responsabilidade do bem comum dos cidadãos, por isso à própria instituição católica caberia o papel principal da educação:

O objeto da atividade educacional é o ser humano, com sua natureza debilitada pelo pecado original; assim sendo, a encíclica condena o chamado naturalismo pedagógico, afastando também a possibilidade da educação sexual e dos colégios mistos; o único instrumento apto para realizar a tarefa educativa é a escola católica, sendo vetadas aos fiéis, as escolas protestantes e as escolas leigas (AZZI; GRIJP, 2008, p.308).

Por meio da encíclica, a Igreja se manifestava como detentora do direito de promover a instrução (letras), além de ser responsável por vigiar toda a educação em qualquer instituição, seja pública ou privada em sua missão educativa. Para os católicos, a educação pregada pelos representantes do Movimento da escola Nova se orientava pelo Naturalismo e este levaria a educação para uma descristianização:

É falso, portanto todo o naturalismo pedagógico que, na educação da juventude, exclui ou menospreza por todos os meios a formação sobrenatural cristã; é também errado todo o método da educação que, no todo ou em parte se funda sobre a negação ou esquecimento do pecado original e da graça, e, por conseguinte, unicamente sobre as forças da natureza humana. Tais são na sua generalidade aqueles sistemas modernos, e vários nomes, que apelam para uma pretendida autonomia e ilimitada liberdade da criança, e que diminuem ou suprimem até, a autoridade e a ação do educador, atribuindo ao educando um primado exclusivo de iniciativa e uma atividade independente de toda a lei superior natural e divina, na obra da sua educação (Divini Illius Magistri, 1929).

Nesse trecho do documento, onde debate acerca do sujeito da educação é notória a insistência contrária da Igreja em relação ao naturalismo pedagógico. Neste item, Pio XI trata a educação da criança “como causa escrava cega dessa concepção”. Para os católicos, caberia à família, à Igreja e ao Estado a organização do ensino, tendo prioridade a família, e a Igreja o direito de precedência.

Dois importantes eventos marcaram a opinião os católicos na direção do combate ao naturalismo pedagógico: O Centro Dom Vital promoveu um congresso, em outubro de 1931, onde se opuseram duramente contra o ensino laico, a coeducação e a preferência da esfera estatal na educação. O segundo evento foi em 1934, em que, no Congresso Católico de Educação, se discutiu o Manifesto dos Pioneiros. A acusação, por parte dos católicos, nesse caso, foi que se tratava de um manifesto comunista.

Nesse sentido, o grupo dos Pioneiros da Educação Nova, mesmo que heterogêneo, buscava a modernização na educação em contraposição ao ensino tradicional oferecido pela Igreja Católica. Defendia a Laicidade, atribuição do papel do Estado como responsável pela realização do trabalho educativo. O assunto já tratado por outros autores, especialmente Saviani (2008), considera o debate entre os católicos e os escolanovistas um ponto essencial na disputa da educação brasileira.

1.3.2 A trajetória do intelectual Theobaldo Miranda Santos

Eu sou uma fatalidade! Como diria Nietzsche.²³

Propomos, no cenário da investigação até aqui desenvolvida, o estudo da obra de um intelectual convertido ao catolicismo na década de 1930: *Manual de Filosofia da Educação*, publicado em 1942. Tal autor, Theobaldo M. Santos (1904-1971) – que se destacou por sua militância pela causa cristã – foi agente ligado ao campo da educação, particularmente ao laicato católico, na docência e na administração escolar ao longo de aproximadamente quatro décadas.

Suas obras foram amplamente veiculadas nas escolas primárias, secundárias e no Ensino Superior, totalizando quase 150 títulos publicados. *O Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da Pedagogia Moderna* (1942), editado pela Bonffoni, do Rio de Janeiro, faz parte do conjunto de manuais escolares escritos por autores católicos a partir da década de 1920. Theobaldo M. Santos nasceu em Campos²⁴ dos Goytacases-RJ, a 04 de junho de 1904, e faleceu em 1971, no Rio de Janeiro. Seus pais foram João Sobrinho dos Santos e Alzira Miranda dos Santos.

Concluiu seus estudos primários e secundários em sua cidade natal, no Liceu de Humanidades e na Escola Normal Oficial em 1920, e, mais tarde, diplomou-se em Odontologia e Farmácia, no Colégio Grambery,²⁵ na cidade mineira de Juiz de Fora, e casou-se com a professora Carmem Menezes Santos.

Sua trajetória profissional teve início na cidade mineira de Manhuaçu, em que atuou como professor primário. No ano de 1928, ao retornar a Campos, ocupou os cargos de diretor e professor das disciplinas de Física, Química e História Natural, do Liceu de Humanidades em que fora aluno. Também atuou na Academia de Comércio de Campos, como professor de Química.

Como catedrático, ensinou História Natural, na escola Superior de Agricultura e Veterinária e na Faculdade de Farmácia e Odontologia, sendo titular de Ortodontia e Odontopediatria. Na cidade do Rio de Janeiro, lecionou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, onde ministrava aulas de História da Civilização. Neste período, converteu-se ao

23 Trecho da Carta de Theobaldo M. Santos para o amigo Dr. Alceu Amoroso Lima, no ano de 1938, solicitando a cadeira de Filosofia da Educação no Instituto de Educação do Distrito Federal.

24 Foi elevada a categoria de Cidade em 1835. Está localizada estrategicamente entre a região de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, às margens do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes.

25 Colégio Metodista Grambery, de origem Metodista, está na classificação dos colégios protestantes que se instalaram no Brasil no século XIX. A educação metodista se firmou em terras mineiras, cariocas e paulistas, e atendeu principalmente os filhos de famílias da emergente classe média.

catolicismo por influência de Alceu Amoroso Lima. De acordo com Souza (2011), ele foi um intelectual ligado ao campo da Educação Católica.

Sua trajetória religiosa é marcada pelo discurso proferido na cidade de Campos, onde expressa sua enorme gratidão por Alceu Amoroso Lima, por conhecer, pelas “palavras do mestre”, a causa cristã; nesse momento, portanto, Theobaldo inicia o período de intenso trabalho na divulgação da doutrina católica. Tal depoimento, transcrito na Revista *A Ordem*, também relata:

Ninguém mais do que eu poderia ter a suprema felicidade de vos transmitir a expressão da nossa grande alegria e do nosso profundo desvanecimento pela vossa visita a Campos. E a razão do íntimo júbilo que me empolga ao dirigir-vos esta modesta saudação é a seguinte: sou cathólico convertido por vós. A força attrahente e persuasora da vossa inteligência superior, a irradiação da vossa cultura universal e o exemplo impressionante da vossa fé viva, pura e inabalável, foram os factores que mais contribuíram para minha conversão ao catholicismo (SANTOS 1935 p.30).

O autor ainda complementa:

Pois foi vossa obra de sabedoria e clarividência, Alceu Amoroso Lima, que me levou a estudar a síntese tomista com a sua integral e orgânica da realidade, onde encontrei afinal solução para todos os problemas que me angustiam o espírito. Foi ainda a vossa obra iluminada e forte que me integrou definitivamente ao seio da Igreja católica (SANTOS, 1935, p.31).

Theobaldo participa do movimento de embate da Igreja Católica contra aqueles que defendiam a democratização e laicização do ensino. Faz parte de um conjunto de autores católicos que se dedicaram à produção de manuais, levando a Igreja a galgar um novo espaço nos debates no país (PARDIM; SOUZA, 2012). Nesse sentido, tanto os “católicos” como os “pioneiros” atuam junto ao mercado editorial para difundir a sua compreensão acerca das teorias e preceitos tidos como “ideais” para a cultura pedagógica do professorado.

Nesta perspectiva editorial, o autor escreveu diversos artigos, na década de 1930, para jornais e revistas nas cidades de Campos e Niterói, sobre temas relacionados à educação, dando início à sua carreira como escritor. Estes jornais e revistas foram: *Monitor Campista*,²⁶ *Gazeta*, *Folha do Comércio*, *O Jornal*, *A Verdade* e a Revista *Livro Verde*.²⁷ O destaque fica para o produtivo ano de 1934, em que ele publica sete artigos.

²⁶ O Jornal *O Monitor Campista* é o terceiro jornal mais antigo do Brasil.

²⁷ *Livro Verde* é a mais antiga livraria do Brasil (A Revista fazia parte desta livraria).

Ademais, é um colaborador da Revista Católica *A Ordem*, revista que se converteu no principal veículo de difusão das posições católicas (SAVIANI, 2008). Foi por essa feita, que Theobaldo M. recebeu um impulso em sua carreira, pelas publicações a partir de 1935 para a revista. Sgarbi (s/d, p.18) sustenta que, de modo geral, os artigos produzidos para a revista traziam sempre a mesma intenção, ou seja, uma crítica à Escola Nova.

Assim, Theobaldo também se vincula ao Centro D. Vital, uma espécie de “associação” da Igreja onde havia uma grande participação de intelectuais voltados para a causa educacional cristã. Segundo Cury (1978), o Centro D. Vital e a Revista *A Ordem* veiculavam ideias católicas, apologizando as e exorcizando as contrárias.

Na cidade de Campos, seu trabalho está ligado ao Centro Dom Vital, na organização/presidência e divulgação da cultura católica, juntamente com a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores. O Centro destinava-se ao povo, em geral, e o segundo visava à formação de professores, estudantes e intelectuais, oferecendo, como ações externas, os cursos de Teologia, Filosofia, Sociologia, Biologia, História da Igreja e Pedagogia.

A finalidade católica, como já foi mencionada, perpassa por possibilitar uma adequada fundamentação intelectual e dogmática para os princípios da Igreja. Uma das estratégias era cristianizar a elite intelectual e política do país (CURY, 1978). De acordo com Nagle (2001, p.98), “as publicações exerceram papel destacado na apresentação e difusão do ideário e da corrente católica”; além disso, a Revista será o suporte para que “os intelectuais católicos se juntem para contrapor todo pensamento e ações indiferentes e hostis à Igreja”.

Segundo Almeida Filho (2008), todas as estratégias da Igreja fazem parte da intenção de construir um projeto estratégico de intervenção na cultura, pela formação do professor. O professor Theobaldo, em seu *Manual de Filosofia da Educação* (1942), explicita, a respeito da formação de professores:

Uma das características do movimento pedagógico contemporâneo é, sem dúvida, a importância cada vez maior que vem sendo emprestada, nos cursos de formação de professores, ao estudo da filosofia da educação, colimando esta não só a formulação das finalidades do processo educativo, como a crítica dos postulados da ciência e da técnica da educação. Estes objetivos da filosofia da educação pateteiam o valor incontestável que seu cultivo oferece para a preparação do educador (SANTOS, 1942, ADVERTENCIA).

No final da década de 1930, Theobaldo M. Santos foi convidado, pelo Secretário de Educação do Rio de Janeiro, para ser professor de História Natural, no Instituto de Educação,

em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro. Há registros de que também lecionou no Liceu de Humanidades, como catedrático, e na Escola Normal de Niterói. Essa transferência foi intermediada pelo prefeito do Distrito Federal junto ao interventor do Estado, com a alegação de que a presença de Theobaldo seria necessária junto à Universidade para serviços Técnicos:

Após 1938, o intelectual deixou sua cidade, teve uma rápida passagem por Niterói e fixou-se no Rio de Janeiro, onde alcançou destaque como professor, administrador da educação pública e principalmente como autor de manuais didáticos (SOUZA, 2015, p.21).

Também nesse período, lecionou, na Universidade do Distrito Federal (1935-1939), atual Rio de Janeiro, a disciplina Prática de Ensino. Em correspondência com Alceu Amoroso Lima, menciona que exonerou do cargo de direção que ocupava no Liceu de Campos e da Escola Normal por força da política do governo do Estado, assumindo somente aulas nestes estabelecimentos e um cargo de diretor na Escola de Agricultura, Veterinária e Química. O desejo do autor era, juntamente com um grupo de amigos, instalar na sua cidade natal um Ginásio particular.



Figura:01 Admissão Theobaldo M. Santos
Lyceu de Campos –
Fonte: Jornal A Noite; ed 02059 – 02.09.1933



Figura:02 Demissão Theobaldo M. Santos
Lyceu de Campos -
Fonte: Jornal A Noite; ed. 080859 – 22.11.1935

Theobaldo M. Santos, em uma missiva ao amigo Alceu Amoroso Lima, pontua suas afinidades com a política nacional brasileira ao relatar que:

Estamos perplexos com a profunda transformação política²⁸ por que acaba de passar a nação. Os seus efeitos já se estão fazendo sentir aqui em Campos com grande intensidade no domínio da política partidária. [...] Precisamos de

28 Seria o caso do Estado Novo – 1937.

um governo forte e centralizador, capaz de reagir com segurança e eficácia contra as forças dissolventes que ameaçam o país (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE, 2014, P. 34).

Na posição do grupo católico se faz notório o apreço à política ditatorial Vargas. Os ideais do Estado autoritário compactuam com a Igreja e a participação do laicato fica cada vez mais evidente nas aproximações em diversos setores do governo. Para Soares (2014, p.52), a Igreja Católica soube aproveitar da conjuntura política e social do período, apoiando a Revolução. Theobaldo M. faz parte do grupo que incentiva essa reaproximação entre as duas instâncias.



Figura:03 Posse do prof. Theobaldo M. Santos ao assumir a Secretaria geral de Educação e cultura.

Fonte: Jornal A Manhã ed. 01311 16.11.1943

Na década de 1940, sua trajetória de vida profissional foi mesclada entre a docência e os serviços administrativos: trabalhou no colégio de Serviço Social, especificamente no curso de Pedagogia, e também lecionou física no Colégio Notre-Dame de Sion, fundado em 1901.

No ano de 1941, foi nomeado Diretor Técnico Profissional e Diretor da Educação Primária. Assumiu também o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação Básica, concomitantemente atuando como professor da disciplina Filosofia e História da Educação, na

Pontifícia Universidade Católica, e Professor no curso de Pedagogia, da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula. No ano de 1944, através de um concurso, Theobaldo M. Santos, assumiu a cátedra de Filosofia da Educação do Instituto de Educação do Distrito Federal.

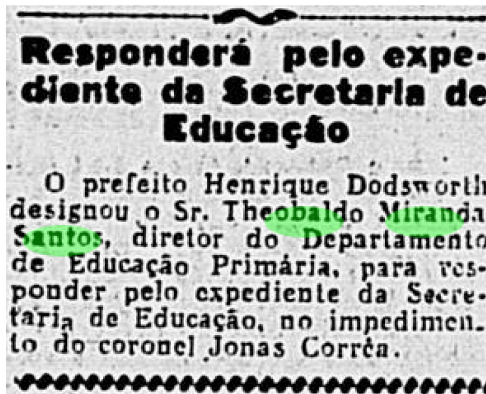


Figura:04 Nomeação de Theobaldo M. Santos
Direção do Dept. Ed. Primária –
Fonte: Jornal A noite 16.11.1944



Figura:05 Nomeação do prof. Theobaldo M. Santos
Instrutor Técnico do Dept. Educação
Fonte: Jornal A Noite ed. 10633 – 17.09.1941

Essa posição de professor do Instituto foi muito desejada por Theobaldo. Em 1937, o assunto que permeava a correspondência que Alceu Amoroso Lima lhe remetia era a informação de que constava o seu nome para a Cadeira de Filosofia da Educação. Segundo o autor, essa é a disciplina que mais o seduzia, por propiciar a melhora na transmissão das verdades totais e eternas da Igreja. A empolgação era perceptível e o futuro professor envia um pequeno esboço, por meio de outra missiva, sobre um programa de Filosofia da Educação, tal como lemos:

Tenho aproveitado esses últimos dias para arrumar nas prateleiras os meus parcos conhecimentos de filosofia da Educação. Dessa arrumação apressada resultou um esboço de sistematização dos grandes problemas da filosofia pedagógica na atualidade, que lhe remeto, juntamente, para servir de base para a elaboração do programa da minha cadeira (CENTRO ALVCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE, 2014, P. 42).

Para o autor, a importância da Filosofia da Educação consiste em permitir ao educador realizar a síntese dos fatos educacionais (SANTOS, 1942, p.82). A preparação do educador deve perpassar pelos trilhos desta disciplina, como elemento na formação do professor. A esse respeito, refere-se Souza:

A Filosofia da Educação, segundo o projeto intelectual de Theobaldo Miranda Santos (1904–1971), deveria ocupar um lugar de destaque na formação dos professores. O intelectual foi um enfático defensor da proximidade da Pedagogia com a Filosofia, como atestam seus escritos (1940a e 1942). Mesmo na década de 1930, período cujo estudo é de grande importância para a compreensão do seu pensamento, Miranda Santos já havia mostrado em seus artigos que a Filosofia da Educação consistia em uma de suas preocupações fundamentais (SOUZA, 2015, p. 9).

O Manual de Filosofia da Educação, publicado em 1942, foi reeditado, a partir de 1947, com o nome de Noções de Filosofia da Educação, pela coleção da Biblioteca Pedagógica Brasileira, na série das Atualidades Pedagógicas, cuja direção era do escolanovista Fernando de Azevedo. A partir dos primeiros anos da década de 50, Theobaldo M. dos Santos dirigiu sua própria coleção para o Curso de Psicologia e Pedagogia, pela Companhia Editora Nacional. O Manual de Filosofia ou Noções de Filosofia da Educação foi editado 12 vezes.



Figura:06 Publicação do manual Filosofia da Educação (1942) Fonte: Diário de Notícias ed. 06080/ 20.08.1942

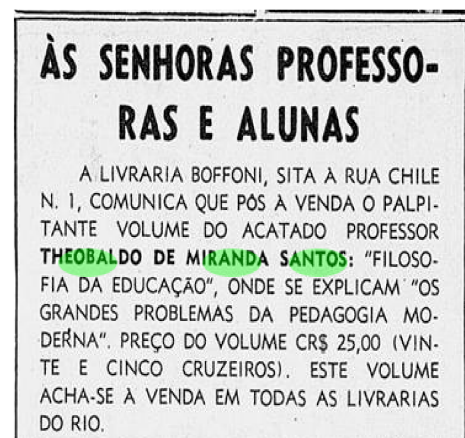


Figura:07 Anuncio da Livraria BONFFONI fonte: Diário de Notícias ed.10633/ 04.06.1943.

Em sua passagem pela Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, Theobaldo M. Santos exerceu a função de docente ao lado de seletos grupos de intelectuais católicos como: Padre Leonel Franca, Hélder Câmara, Sebastião Tauzin, Alceu Amoroso Lima, dentre outros. Esta instituição era voltada à formação cultural e atendia um público feminino, oferecendo doutrina católica e formação religiosa à juventude (LIMA, 2013). Ainda segundo Lima (2013), a Faculdade Ursulina se tornou um local onde se debatiam muitos assuntos ligados à

renovação, à contextualização filosófica e à própria organização referente à renovação litúrgica.

As discussões do grupo dos intelectuais católicos estavam em harmonia com o movimento da Renovação Católica da década de 1920, em confronto com o movimento dos educadores da Educação Nova. A Igreja, na tentativa de retornar a Crisandade, investia na adequação do projeto pedagógico da Escola Nova aos moldes da concepção cristã. Esse embate pedagógico se conteve no final dos anos 1960, após a segunda promulgação do Manifesto dos Educadores da Escola Nova.

O pensamento filosófico de Theobaldo se reveste dessa adaptação ao modernismo pedagógico com bases no movimento do neotomismo, corrente filosófica que teve grande influência nos intelectuais católicos, principalmente pelas leituras do filósofo francês Jaques Maritain. Nosso autor também partilha da fenomenologia e da Psicologia como matrizes teóricas para a elaboração de seu pensamento. O professor Theobaldo ministrava cursos por meio da Ação Católica conforme várias publicações em jornais da época.

Almeida Filho (2008, p.7) aponta que Theobaldo M. Santos foi secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, por duas vezes, em caráter interino. Também atuou como Diretor do Departamento de Difusão Cultural, membro da Comissão técnica do Estado do Rio de Janeiro e Membro oficial do Estado na Convenção Educacional Fluminense. Poliglota, e conhecedor de diversos assuntos, inspirava-se em autores de reconhecimento internacional, como: Aguayo, De Hovre, Paul Monroe, Jacques Maritain, L.Riboulet, Newmann, Spalding, Willman, Leonardo Van Acker etc. Em sua bibliografia, também há presença de intelectuais brasileiros: Alceu de Amoroso Lima, padre Leonel Franca, Everaldo Backheuser, Rui de Aires Bello, Barreto Filho, A. Ramos etc. Estes intelectuais eram, na sua maioria, filiados ao Movimento católico na década de 1920.

O que se ressalta, na vida do intelectual, como escritor, é que, a partir da década de 1930, sua carreira transita entre a esfera educacional/administrativa e a literária, sendo considerado o autor que mais publicou em quatro décadas. Segundo a Companhia Editora Nacional, Theobaldo Miranda escreveu aproximadamente 150 obras, sobre diversos títulos, transitando entre Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Filosofia, Administração escolar, Geografia, Matemática. Escreveu também Literatura para crianças²⁹ em idade escolar, uma área de atuação do autor ainda pouco explorada por pesquisadores, entre outros.

29 O autor atuou na Coleção Brasileira da Companhia da Editora Nacional, onde os livros tinham a intenção de apresentar a renovação educacional de acordo com a capacidade de compreensão das crianças (SOUZA, 2015, p.19).

Em uma das Editoras em que publicou a editora católica Agir,³⁰ cujos diretores eram Candido Guinie de Paula Machado e Alceu Amoroso Lima, o autor chegou a ultrapassar 15 milhões de exemplares, com o *Manual de História da Educação*. Foi listado entre os maiores educadores católicos nas décadas de 40 e 50, sendo que suas publicações didáticas giravam em torno das ideias de cristianização ou laicização, ou seja, no embate entre a Educação tradicional e o Escolanovismo.

Tanto a concepção pedagógica católica como os que defendiam a Educação Nova ou Escolanovismo, travaram um embate na arena pedagógica por entenderem que, por meio da educação, o projeto da reconstrução nacional seria validado: era a crença salvacionista da escola que os dois grupos defendiam. Seus projetos eram mais políticos do que pedagógicos, e eles colocavam a educação como a solução dos problemas nacionais (SALEM, 1982).

Por essa crença, no entender da elite intelectual, ou da “elite pensante”, o papel da escola se torna um instrumento de aceleração histórica (NAGLE, 2001, p.134). As discussões em torno da salvação pela escolarização polarizam as duas coligações: católicos e escolanovistas, e nosso autor se enquadra na defesa de um ensino pautado nos ânimos da educação cristã.

Theobaldo faz parte da estratégia do grupo católico, ao escrever seus manuais didáticos direcionados à formação de professores. Nesse espírito, publicou livros didáticos para o curso primário, secundário, normal e superior, com autorização do Ministério da Educação. Também escreveu e dirigiu algumas coleções da Companhia Editora Nacional, como: *Curso de Psicologia e Pedagogia* (1945), e o curso de *Filosofia e Ciências* (1946):

Para além das coleções editoriais [...], o intelectual também atuou na coleção “Brasileira Infantil”, da Companhia Editora Nacional. Como o próprio nome da coleção sugere, remetendo à prestigiosa “Brasileira”, de Fernando de Azevedo, as publicações tinham a intenção de apresentar a renovação educacional de acordo com a capacidade de compreensão das crianças (SOUZA, 2015, p.19).

Os livros relacionados à Filosofia da Educação também foram transformados em coleções, pela mesma editora, como: *Noções da Filosofia e Ciências* (1946), *Noções da Filosofia da Educação* (Coleções *Curso de Psicologia e Pedagogia, /Atualidades Pedagógicas*). O *Manual de Filosofia 1946* consta nas coleções do *Curso de Filosofia e Ciências, e Iniciação Científica*:

30 Na Editora Católica Agir, as publicações de Theobaldo M. Santos eram voltadas para o público infante-juvenil; na Editora Companhia Nacional, a maioria de suas publicações perpassou pelo tema da Formação de Professores (SOUZA, 2015, p.19).

Os volumes das coleções de Santos estavam de acordo com a estrutura curricular, tanto das Leis Orgânicas denominada Reforma Capanema (Decreto nº 8.530/1946, iniciada em 1942, como da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, para os cursos voltados para o magistério primário. E ainda no contexto curricular dos cursos de Pedagogia estruturados, a partir de 1939, pelo Decreto-Lei nº 1.190, com a organização da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e retificados pela reforma Capanema (ALMEIDA FILHO, 2008, p.5-6).

O manual em análise de estudo, resultou das aulas que Theobaldo M. Santos ministrou no curso de Filosofia da Educação, em 1941. Na seção “Advertência”, o autor expressa que se trata de um pequeno livreto sem pretensão de originalidade, sendo uma espécie de caderno de resumo das aulas de Filosofia da Educação ministradas por ele. A intenção do compêndio é focalizar a importância central dos problemas especulativos da educação à luz do realismo cristão, destacando a vitalidade da educação cristã. Aposentou-se em 1958, dedicando-se à escrita de manuais e faleceu em 1971, na cidade do Rio de Janeiro³¹.

31 Jornal do Brasil notifica o falecimento de Theobaldo Miranda Santos. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19710304&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em 02.05.16.

II. O MANUAL DE FILOSOFIA: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA

Tenho aproveitado esses últimos dias para arrumar nas prateleiras os meus poucos conhecimentos de filosofia da educação. Dessa arrumação apressada resultou um esboço de sistematização dos grandes problemas da filosofia pedagógica, na atualidade, [...] é uma espécie de “melting-pot” de teorias e doutrinas filosóficas e pedagógicas, tal o ecletismo pedagógico desconcertante hoje corrente em nossos meios educacionais. Mas não há como fugir a esse “bric-à-brac”, pois acho que para transmitir os postulados da nossa pedagogia “perennis” terei de fazer a crítica, concomitantemente, de todos os postulados da pedagogia naturalista hoje dominante nos nossos círculos escolares. É “preciso “distinguir para unir”, como diz o nosso inextinguível Maritain” (Theobaldo Miranda Santos 1938).

2.1 Contexto histórico de redação do *Manual*:

O período em que o Theobaldo M. Santos publicou o *Manual de Filosofia da Educação* está inserido na década de 1940, em pleno período do Estado Novo da ditadura varguista. Conforme Bomeny (1999, P.137), tratar desse tempo é desafiante em todos os sentidos, especialmente no que diz respeito à educação. Não é nossa proposta aqui analisar os muitos acontecimentos importantes para a história do Brasil nesse período; portanto, teremos como enfoque a questão educacional, para melhor compreensão do contexto histórico que envolveu o manual.

Para adentrarmos no assunto, não poderíamos deixar de apontar o período das reformas educacionais propostas desde os anos 20 que tiveram grandes impactos em todos os estados da federação. Precisaremos retornar àquela década para entender como se deu a origem das propostas educacionais contidas nos projetos das reformas que, a partir desta década, marcaram toda a história da educação.

Menciona-las de um modo geral³² significa apontar as transformações realizadas (ou não) pelos reformadores que culminariam no *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, de 1932, que propunha uma nova base pedagógica e uma intensa reformulação da política educacional.

As reformas implantadas levam os nomes de seus signatários e destinam-se ao plano de uma reforma da Instrução pública seja ela: primária, secundária ou superior, em suas respectivas cidades. Sinalizavam um movimento de descentralização da educação; nem sempre concretizadas na sua totalidade, são passíveis de muitos estudos na área da História da Educação.

Entre 1920 e 1940, ocorreram diversas reformas, como a de Sampaio Doria, em São Paulo, Lourenço Filho, no Ceará, Carneiro Leão, no Distrito Federal, e, na Bahia, Anísio Teixeira:

Espalhadas em diferentes estados da Federação, tais reformas denunciavam sinais de vitalidade educativa, ao mesmo tempo em que apontavam para certa inorganicidade da política educacional brasileira. Eram empíricas, esparsas, invertebradas, se pensadas para a nação; sem sistematicidade, diziam os Pioneiros da Escola Nova em sua fase de maior expressão nos anos 30. Faltavam às reformas definição mais coerente, estrutura mais sólida, permanência e unidade sistêmicas (BOMENY, 1999,p. 138).

Com a tentativa de avanço por meio das reformas educacionais, essa década foi de intenso movimento entre católicos e liberais na disputa do campo pedagógico da educação brasileira. De um lado, a defesa da escola pública, laica e gratuita; do outro, a escola confessional, com ensinamentos do catolicismo.

O reformador baiano Anísio Spínola Teixeira foi o expoente mais reconhecido por sua defesa em favor da escola pública. Estudioso da filosofia pragmatista, cujo representante era o filósofo americano John Dewey (1859-1952),³³ foi acusado de pertencer ao Partido Comunista por aqueles que defendiam o ensino privado. Autor de muitos livros foi Diretor da Instrução Pública no Distrito Federal entre 1931 a 1935, e Secretário da Educação no Estado da Bahia.

Ele iniciou sua vida pública em 1924, quando foi convidado para ocupar o posto de diretor da Instrução Pública do Estado da Bahia. Nesta condição

32 Fazemos menção às Reformas educacionais, a nível nacional, que, durante todo o período da Primeira República, manifestavam a tentativa de se forjar Reformas para a educação. Como exemplo, Benjamim Constant, Rivadavia Correa, Carlos Maximiliano e Rocha Vaz.

33 Nasceu em Burlington, no Estado de Vermont, em 1859. Chamado por muitos de o pai da educação renovada com influência universal defende a educação como socialização da criança.

viajou para algumas cidades do Brasil, pela Europa, e por duas vezes aos Estados Unidos. Em 1931 assumiu o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Nessa condição, teve oportunidade de por em prática suas ideias renovadoras de modo especial no âmbito da formação docente [...] se demitiu em 1936 (SAVIANI, 2008, p. 219).

Teixeira foi conselheiro superior da UNESCO no ano de 1946, em seguida foi Diretor da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, e, em 1952, assumiu a direção do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Durante a ditadura militar de 1964, teve seus direitos cassados permanecendo, somente como Conselheiro do CEF – Conselho Federal de Educação. Faleceu em 1971, de causa não revelada.

Anísio Teixeira, no início de sua carreira, professava a fé católica, movido pela concepção da pedagogia inaciana, contrário ao modelo da escola única.³⁴ Aspirou à carreira eclesiástica, porém seu desejo não foi aceito por seus familiares. Escolheu trilhar o caminho da docência. Como Inspetor da Instrução Pública na Bahia, no período de 1924 a 1928, acreditava no ensino ativo,³⁵ ou seja, no aprender fazendo e na formação para a vida. Esses princípios se baseavam no processo de aquisição e assimilação do conhecimento. Era o que se chamava de educação modernizante com forte apelo à educação americana.

Como proponente da reforma baiana, Anísio Teixeira defendeu a Escola Nova, amoldando-a as características do seu Estado. Estudioso das políticas educacionais vigentes trabalhou em prol do ensino primário e do ensino normal, preocupado com a formação de professores bem como com a melhoria dos prédios escolares; responsável pela implantação dos *teste de inteligência* na intenção de melhorar a promoção dos alunos, foi o organizador da seriação nas escolas baianas (ROCHA, 2011, p.80).

O próprio Anísio, ao se declarar sobre a Escola Nova, conclui:

A teoria dos educadores busca ajustar a escola às necessidades dessas transformações, procurando retificá-las e harmonizá-las mutuamente. A chamada Teoria da educação nova é a tentativa de orientar a escola no sentido do movimento, já acentuado na sociedade, de revisão dos velhos conceitos psicológicos e sociais que ainda há pouco predominavam (TEIXEIRA, 1975, p.20).

34 A concepção de Escola única era defendida por Antônio Carneiro Leão

35 Segundo Rocha (2011, p.77) esse postulado pedagógico científico fundamenta-se em que a formação da criança ocorre por meio de um trabalho interior de crescimento e que o processo de aquisição só será útil se for elaborado e assimilado por um trabalho pessoal e ativo da criança.

Ainda sobre o *Manifesto*, tomado como documento, Xavier (2002)³⁶relata que ele pode ser tomado como um veículo por meio do qual é possível reconstruirmos o contexto histórico no qual ele foi gerado. Segundo essa autora, documento não foi o único a ser publicado no período, e os *Manifestos* são sempre a formalização de um rito de transição, sua intenção é fazer uma declaração pública de doutrinas ou propósitos de interesse geral, marcar uma mudança, inaugurar um novo momento.

Esse rito de transição do movimento de renovação educacional no Brasil começa no ano de 1928, com a reforma no Distrito Federal, tendo o Decreto nº 3281 de 23.01.1928 irradiado as novas ideias e técnicas pedagógicas. É efetivamente uma nova política de educação no Brasil (AZEVEDO 1971). Como se pode ler:

[...] seja qual for, porém, o ponto de vista que se tenha de adotar, na apreciação dessa reforma, é certo que, segundo o julgamento de autoridades nacionais e estrangeiras, ela marcou, nos domínios da educação, um período revolucionário, não só pelas ideias francamente renovadoras que a inspiraram e que, por ela, entraram em circulação, como pela fermentação de ideias que provocou e pelo estado social que estabeleceu, de trepidação dos espíritos, de sôfregas impaciências e de aspirações ardentes. Nenhuma outra, de fato, até 1930, imprimiu ao nosso sistema de educação uma direção social, tanto quanto nacionalista, mais vigorosa, [...] Assim, pois aliviando a escola do peso morto do ensino tradicional, reagindo contra os fins puramente individualistas da escola antiga, [...] essa reforma inaugurava efetivamente a uma nova política efetivamente uma nova política de educação no Brasil (AZEVEDO, 1971, p. 664-665).

O reformador mineiro Fernando de Azevedo, deixando a Ordem dos Jesuítas em 1914, diplomou-se no curso de Direito; porém, fez opção pelo magistério, lecionando disciplinas como latim e psicologia e literatura. Também trabalhou como jornalista colaborador, unindo o ofício às publicações sobre educação. Suas boas relações nos meios publicitários e educacionais renderam-lhe o convite para assumir a direção geral da Instrução Pública do Distrito Federal, no período de 1927 a 1930, e, posteriormente, o comando da Instrução Pública de São Paulo (SAVIANI, 2008).

Na sua passagem pelo Distrito Federal, na condição de diretor da Instrução Pública, Azevedo adotou medidas de reestruturação do sistema escolar, visando conhecer a função social da escola:

36Sobre o Manifesto, ver: http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/Libania_Manifesto.pdf. Acesso em 18.06.2015.

Pode se admitir que a reforma de 1928, tenha sido [...] um movimento ideológico de grande envergadura que abriu para o país e para o problema da educação nacional perspectivas inteiramente nova, colocando o Brasil na corrente de ideias defendidas pelas maiores figuras de filósofos e técnicos de educação (AZEVEDO, 1971, p. 666).

Foi o redator do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, acreditava que o movimento poderia promover uma verdadeira reconstrução na educação. Intelectual polivalente, se dedicava à causa educacional em favor de uma modernidade que considerava primordial para o projeto em que se instalava a República brasileira (CÂMARA, 2011, p.182). Como uma das suas principais publicações, podemos citar *A cultura brasileira*, em que destaca os fatores da cultura e sua transmissão, em um grosso volume de 15 capítulos.

Já a Reforma da Instrução Pública, instalada pelo professor de pedagogia e didática, Manoel Bergstron Lourenço Filho, em 1922, no Ceará, teve a sua base inspirada na concepção pedagógica inovadora dos escolanovistas. Cavalcanti (2011) abaliza que, depois da experimentação no Estado do Ceará, Lourenço Filho tornou-se referência no assunto sobre Pedagogia Moderna naquela época.

Com o apoio de outros intelectuais, e do governo do Ceará, logrou bastante êxito na sua reforma educacional, transformando a escola Ativa em um grande laboratório de experimentação pedagógica. Sua preocupação durante toda sua trajetória foi com os aspectos técnicos referentes à educação. Pedagogo por opção, autor por convicção, publicou inúmeros livros, dentre eles *Introdução ao Estudo da escola Nova*. entre 1925 e 1930. Lourenço Filho teve a intenção de apresentar o ideário da Escola Nova no Brasil, na publicação deste livro:

Desde meados da década de 1920, Lourenço Filho vinha expondo e sistematizando suas ideias e seus princípios sobre a inovação escolar, então em curso, no opúsculo intitulado *A Escola Nova* (resposta a um inquérito) e na conferência proferida no Rio de Janeiro e também intitulada “*A Escola Nova*”. [...] A escola-nova, diz, é uma escola essencialmente socializadora, para o que emprega sistemas de trabalho em comunidade. É ainda uma escola vitalista, contraposta à escola intelectualista de outros tempos. (MONARCHA, 2000, s/p.).

Atuou também na reforma em São Paulo (1931-1932), participou ativamente da vida política no Brasil, ora na direção de instituições, ora contribuindo com a docência universitária e na publicação de livros. Suas atividades educacionais foram ministradas em disciplinas como Psicologia, Pedagogia e Didática. Ficou conhecido como tradutor, ao

interpretar obras famosas como a do Filósofo Edouard Claparéd,³⁷ e do sociólogo Emile Durkheim³⁸. Por último, aludimos a Francisco Campos; mineiro de Dolores do Indaiá (centro oeste de Minas), diplomado em Direito, assumiu cadeiras na Assembleia Legislativa, no âmbito estadual e federal. Participou ativamente do governo do presidente Antônio Carlos (1870-1946), em Belo Horizonte, como proponente da Reforma da Instrução Pública, em Minas Gerais, no ano de 1926, juntamente com Mário Casasanta, na função de Secretário de Negócios do interior:

Na esfera do ensino secundário, tratava-se de começar a implantá-lo, pois até então, na maior parte do país, não passava de cursos preparatórios para ingresso nas escolas superiores. A reforma Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino de dois ciclos, a frequência obrigatória, a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior (FAUSTO, 2013, p.288).

37Nasceu em 1873, em Champel, Genebra. Apesar de sofrer influências do pai e do avô, pastores protestantes, desde cedo Claparède não descartava o desejo de ser cientista. Ainda jovem, Claparède se apaixonou pelas ciências naturais, seguindo o exemplo do tio Edouard Claparède, um zoólogo, do qual herdou não somente o nome, mas também o gosto por essa ciência. Em 1888, ao assistir uma conferência do primo Teodoro Flournoy sobre “A alma e o corpo”, teve o primeiro contato com a psicologia. No outono de 1892, partiu para Lísia onde cursou o primeiro semestre de medicina, transferindo-se depois para Genebra, onde concluiu seu doutorado, através do qual voltou a ter contato com a psicologia que havia abandonado há quatro anos. Foi somente no ano de 1900, quando Claparède se dedicava à neurologia Clínica, pesquisas de laboratório e psicologia animal, que a psicologia aplicada à educação despertou seu interesse. Em 1901, lançou a expressão: “Escola sob medida”, através da qual defendia uma escola que se adaptasse às peculiaridades do educando. [...] No ano de 1940, o educador ainda escreveu para os jornais e revistas genebrinos. Aos 29 de setembro de 1940, após muito contribuir para a Educação e para Psicologia, Claparède faleceu aos 67 anos de idade. Foi, ainda, um típico representante da psicologia influenciada pela biologia e pelo evolucionismo, e essas duas ciências foram de grande importância para o autor, pois serviram de base para sua teoria de desenvolvimento infantil e consequentemente de educação. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art03_28.pdf>. Acesso em 07.08.2015.

38Nasceu em 1858, em Épinal, no noroeste da França, próximo à fronteira com a Alemanha. Era filho de judeus e optou por não seguir o caminho do rabinato, como era costume na sua família. Mais tarde declarou-se agnóstico. Depois de formar-se, lecionou pedagogia e ciências sociais na Faculdade de Letras de Bordeaux, de 1887 a 1902. A cátedra de ciências sociais foi a primeira em uma universidade francesa e foi concedida justamente àquele que criaria a Escola Sociológica Francesa. Seus alunos eram, sobretudo, professores do ensino primário. Durkheim não repartiu o seu tempo nem o pensamento entre duas atividades distintas por mero acaso. Abordou a educação como um fato social. “Estou convicto de que não há método mais apropriado para pôr em evidência a verdadeira natureza da educação”, declarou. A partir de 1902, foi auxiliar de Ferdinand Buisson na cadeira de ciência da educação na Sorbonne e o sucedeu em 1906. Estava plenamente preparado para o posto, pois não parara de dedicar-se aos problemas do ensino. Dentro da educação moral, psicologia da criança ou história das doutrinas pedagógicas, não há campos que ele não tenha explorado. Suas obras mais famosas são *A Divisão do Trabalho Social* e *O Suicídio*. Morreu em 1917, supostamente pela tristeza de ter perdido o filho na Primeira Guerra Mundial, no ano anterior. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/criador-sociologia-educacao-423124.shtml?page=3>>. Acesso em 07.08.2015.

Francisco Campos foi um líder nato que transitou entre as secretarias de governo no Estado de Minas Gerais e no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Assumiu funções como Ouvidor Geral da república, no ano de 1933, Secretário de Educação do Distrito Federal, no lugar de Anísio Teixeira, em 1935, E foi nomeado Ministro da Justiça, no governo do Estado Novo. Atuou na campanha da Revolução³⁹ de 1930, na articulação de estratégias para o governo provisório de Getúlio Vargas:

No decorrer do Estado Novo, Francisco Campos, como Ministro da Justiça, promoveu várias reformas com destaque para o Código de Processo Civil em 1939, Código Penal, em 1940, Código de Processo Penal, em 1941, o anteprojeto do novo Código Civil e a lei Orgânica do Ministério Público Federal. Tais reformas se caracterizam pelo aumento dos mecanismos de repressão e maior restrição aos direitos e garantias individuais (SAVIANI, 2008, p.268).

Embora não sendo o foco deste item, se faz importante salientar que as reformas educacionais fizeram parte do panorama educacional brasileiro e eram palco das discussões que envolviam os grupos dos católicos e dos liberais. Neste trabalho, intencionamos resgatar algumas dessas propostas ou reformas próximas ao Manifesto de 1932. Neste aspecto, tomamos aqui, como marco temporal, o início da República, perpassando pela década de 1920a partir de leituras de Saviani (2008).

O retrocesso apresentado se dá por motivo do incremento das ideias pedagógicas laicas no Brasil, desaguando no Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932. Desde o ano de 1823, quando D. Pedro convocou uma Assembleia Nacional Constituinte,⁴⁰ para tratar de assuntos referentes à Instrução Pública, o aparecimento de propostas sobre reformas educacionais é um fato notório na História da Educação Brasileira:

Essas reformas, resultantes do ensino primário e normal, foram propostas dentro do espírito liberal e no quadro já mencionado do chamado entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico. De um modo geral, preocupam-se em ampliar as oportunidades educacionais e renovar os métodos de ensino nos termos do movimento da Escola Nova (PALMA FILHO, 2005, p.10).

³⁹Em 03.10.1930, eclodiu uma revolução que poria fim à Primeira República. O Presidente Washington Luís lançou um candidato à sua sucessão paulista: Júlio Prestes. Assim, contrariou Minas Gerais que queria um candidato seu na Presidência. Esta contrariedade fez Minas Gerais se unir ao estado do Rio Grande do Sul e lançara candidatura de Getúlio Vargas, formando o que podia chamar de Aliança Liberal. Perdedores, estes se revoltaram e tomaram o poder, assumindo ao Catete, enquanto o ex-Presidente Washington Luís era deposto ao exílio.

⁴⁰ A Assembleia Nacional Constituinte foi realizada pelo Decreto de 03.06.1823. Pós-proclamada a República, D. Pedro I, tinha a intenção de criar uma legislação especial referente à Instrução Pública. Porém, ele mesmo encerrou os seus trabalhos, dissolvendo-a em 12.11.1823, outorgando a Primeira Constituição do Império do Brasil em 25.03.1824 (SAVIANI, 2007, p.119-126).

Saviani (2008) faz um levantamento cronológico dos projetos de reformas voltadas para a Instrução Pública no Brasil e seus impactos na educação. Para o autor, as ideias do século XIX não chegaram a se realizar; foram apenas tentativas de se regularizar o sistema educacional brasileiro, visto que os investimentos financeiros eram um dos obstáculos que faziam com que o déficit educacional fosse tão elevado no segundo Império.

QUADRO I – investimentos educacionais no segundo Império.

Ano	Grau de instrução	Percentual de investimentos
1844	Conjunto da educação	1,23%
	Instrução Primária...	0,11%
1888	Educação	2,55%
	Instr. Primária e Secundária... Totalizando...	0,73%
1840 a 1888	Instrução Primária e Secundária... Totalizando...	1,08% com média de 0,47%

FONTE: SAVIANI, 2008, p.167.

O quadro acima destaca o pouco investimento financeiro no âmbito educacional enfrentado no final do segundo Império (1840-1889). Ainda para Saviani, o que acontecia era uma falta de mentalidade pedagógica existente no Brasil, resultando em maior embaraço na realização do sistema de ensino educacional brasileiro. Uma mescla de três mentalidades pedagógicas se expressaram no Brasil: a corrente tradicional, a liberal e a cientificista, sendo essas duas últimas de caráter modernizante.

Nas vésperas da República, a população era estimada em 14 milhões de habitantes. Destes, 85% era analfabeto. Cada Estado era responsável pelas reformas da Instrução Primária; somente a partir de 1930 que houve, de certo modo, preocupação em esboçar um projeto Nacional de educação. Essa inquietação era a bandeira dos signatários do Movimento da Escola Nova (GREIVE, 2007).

Os ventos da modernidade⁴¹ se espalham no Brasil, no florescer da República. A partir de 1920, há um despertar das questões educacionais com os encaminhamentos de muitos intelectuais, de variados movimentos, em defesa de um sistema nacional de educação. Cada estado imprimia sua reforma, com suas respectivas peculiaridades; a educação, então, foi palco de muitas mudanças, desde os tempos do Império, cabendo, aos reformistas, a luta por melhores condições de ensino.

Como, no decorrer deste item, mencionamos algumas das principais reformas que aconteceram na década de 1920 e 30, planeamos exprimir o modo pedagógico de cada uma (ressaltamos a importância das outras reformas⁴² anteriores a este período, mesmo que sem mencioná-las, visto não ser esse o escopo da presente pesquisa).

Nas circunstâncias das primeiras décadas do século XX, ganhou particular força o movimento educacional que se instalou no Brasil, permitindo um debate sobre a educação até então esquecido pelas políticas governamentais da República. O educador reivindicava o comando do movimento da renovação educacional, visto a fragmentação na qual se encontrava a educação brasileira:

Nunca chegamos uma “cultura própria”, nem mesmo uma “cultura geral” que nos convencesse da “existência de um problema sobre os fins da educação”. Não, se podia encontrar, por isso, unidade e continuidade de pensamento em planos de reformas, nos quais as instituições escolares, esparsas, não traziam, para atrai-las e orientá-las para uma direção, o polo magnético de uma concepção de vida, em se submetiam na sua organização e no seu funcionamento, a medidas objetivas com que o tratamento científico dos problemas da administração escolar nos ajuda a descobrir, à luz dos fins estabelecidos, os processos mais eficazes para a realização da obra educacional (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932, P. 466).

41Esta expressão se refere à intensidade de ações que se instalaram no Brasil com a Semana da Arte Moderna de 1922. Segundo Iglesias (1971, p.134), dela origina-se uma série de afirmações nacionalistas, em vista das comemorações da Independência, uma busca de expressões nativas, como se vê por algumas correntes ingênuas de verde-amarelismo, de pau-brasil, de antropofagia, de papagaios e outros símbolos. A estas expressões episódicas, entretanto, se sobrepõe uma real consciência da nacionalidade, justa compreensão de seus valores, que vai amadurecer e ganhar vigor com o tempo. Também Carvalho (1998, p.32) retrata que na Primeira República (1889-1930) há uma constante busca pela identidade coletiva do país, e a geração de intelectuais percebe que a República não era a dos seus sonhos.

42Reforma Sampaio Dória (1920); Reforma Carneiro Leão, no Distrito Federal, entre 1922 e 1926, e também no Estado de Pernambuco (1928); Reforma no Paraná, por Lysímaco da Costa e Erasmo Piloto; no estado do Espírito Santo, a Reforma de Attilio Vivacqua; a reforma proposta por Sud Mennucci, em São Paulo, em 1932; no Estado da Paraíba, com o reformador José Baptista de Mello; em Santa Catarina, a Reforma proposta pelo educador Orestes Guimarães; Reforma Rocha Vaz, de 1925, dentre outras.

Essa renovação educacional, segundo o redator do *Manifesto*, já era visível em países da América Latina, tais como: México, Uruguai, Argentina e Chile, carecendo, somente o Brasil de entrar para o time da renovação:

Por que os nossos programas se haviam ainda de fixar nos quadros de segregação social, em que os encerrou a República, há 43 anos [...] Por que a escola havia de permanecer, entre nós isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já desbordava a escola, articulando-se com as outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação? (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932, P. 467).

Ao longo das discussões apresentadas, acerca do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, alvitramos expor sobre algumas das Reformas Educacionais que antecederam a publicação do documento, identificando os respectivos reformadores. Entendemos que, para compreender o processo em que foi gestado o movimento educacional de 19 de março de 1932, os entrecruzamentos com as reformas suscitam um levantar sobre as questões que giravam em torno do sistema educacional.

Nestes termos, o *Manifesto* esclarece:

Mas, com essa campanha, de que tivemos a iniciativa e assumimos a responsabilidade, e com a qual se inculcava, por todas as formas, no magistério, o espírito novo, o gosto da crítica e do debate e a consciência da necessidade de um aperfeiçoamento constante, ainda não se podia considerar inteiramente aberto o caminho às grandes reformas educacionais. É certo que, com a efervescência intelectual que produziu no professorado, se abriu, de uma vez, a escola a esses ares, a cujo oxigênio se forma a nova geração de educadores e se vivificou o espírito nesse fecundo movimento renovador no campo da educação pública, nos últimos anos. (TEIXEIRA, 1984 s/p).

No que tange ao seu aspecto revolucionário, esse movimento tomou para si a bandeira da escola única, da laicidade, da coeducação e gratuidade em favor da escola pública brasileira:

Sua proposta era a *reconstrução educacional* e seu objetivo a constituição de uma escola democrática que funcionasse como centro irradiador de uma nova forma de organizar a sociedade. Ao delimitar um campo de atuação específica — a escola pública — reivindicado pelo grupo que então se lançava o Manifesto procurava legitimar nomes e propostas. Ao apresentar um grupo solidário com um projeto de mudança, o Manifesto procurava, ao

mesmo tempo, valorizar as credenciais daquele grupo (XAVIER, 2002, p. 12).

Em vista da discussão acima realizada, podemos considerar o Manifesto como legitimador da memória da renovação da educação brasileira. O documento expressou a vontade de uma corrente de educadores que lutava, desde o início da década de 1920, pela reconstrução social, pelo controle da educação pública no Brasil, com uma conformação no campo educacional, tendo à educação a finalidade de preparar os estudantes para a verdadeira hierarquia democrática (REDEP/INEP, 2015, p.411).

Os signatários do Movimento da escola Nova acreditavam que a modernização seria realizada por meio da educação. Começaria na renovação escolar com uma base única; para tal, lutavam pela laicização do ensino como forma de protestar contra o sistema de ensino tradicional arraigado na educação brasileira. Contrários ao grupo dos católicos, a Educação Nova valorizava o indivíduo ativo integrado à sociedade, o respeito à diversidade, a autonomia, a solidariedade. Defendiam que a escola fosse pública, ou seja, de responsabilidade do estado. Em suma, a educação seria um instrumento de neutralização das desigualdades sociais na visão dos educadores escolanovistas.

O bojo dessas discussões foi conjecturado na Assembleia Constituinte, entre 1933 e 1934, com vistas para a Carta Constitucional de 1934, que substituiria a Constituição de 1891. Os grupos dos católicos desejavam maior participação na vida política do país, por isso tamanho movimento entre a bancada católica, em prol de postulados como: Promulgação da Constituição em nome de Deus, defesa do casamento religioso, reconhecimento do casamento civil, incorporação do ensino religioso nas escolas primárias, secundárias e normais, assistência espiritual nos presídios, nas capelanias hospitalares, nas forças armadas (neste caso comparadas às forças militares), liberdade de sindicalização e, por fim, uma defesa dos princípios cristãos, combatendo toda legislação contrária a este fato.

Por meio da Liga Eleitoral Católica – LEC foi feita uma intensa movimentação para que estes postulados fossem aprovados na Carta de 1934. Houve uma vitória parcial para os católicos, segundo Aziz e Grijp (2008, p.230): um total de 88 itens foram negociados e incluídos no texto para a sorte da Igreja. Para os católicos, a participação do presidente Getúlio Vargas foi muito significativa, pois ele afirmava que nunca houvera uma separação entre os poderes eclesial e civil de fato, mas sim uma interrupção temporária política. Com duração de três anos, essa constituição foi substituída por outro texto, de 1937, onde se estabeleceram novos rumos para a educação por meio do Estado Novo.

O período seguinte caracterizou-se por vários acontecimentos que foram significativos para a educação no governo Provisório de Vargas. Por exemplo, a Criação do Ministério da Educação e Saúde, sob o comando do advogado e jurista Francisco Campos (1891-1968). Sob pressão da Igreja Católica ao reivindicar o retorno do Ensino Religioso aos estabelecimentos escolares, o Ministro intercedeu junto ao Presidente Vargas para que o pedido da instituição fosse atendido, por meio da “Exposição dos Motivos”, uma espécie de carta que expunha todas as razões para que a disciplina escolar estivesse nos currículos das escolas.

Baia Horta (2012, p.88) aponta que os programas de ensino e os manuais escolares seriam de responsabilidade das autoridades religiosas, aspirando uma severa vigilância para que o dogma cristão fosse realmente difundido. Por esta inserção do material pedagógico, os anseios da instituição estavam sendo atendidos, visto que, por meio das suas publicações, a cultura católica era difundida nas escolas. A participação da instituição no nível primário era quase nula, sendo presente mais no ensino secundário.

Com uma proposta diferente, o novo Ministro da Educação, a partir de 1932, Gustavo Capanema, ocupava o cargo em substituição ao seu compatriota Francisco Campos. Ao desenvolver uma proposta educacional em que ensejava mudanças nas políticas públicas que envolviam a educação brasileira, Capanema dialogava com vários intelectuais, dos quais podemos mencionar: Lourenço Filho, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima etc.

Todos estavam envolvidos na tarefa (re) educativa do país. Uns, pelas artes, outros, pela educação laica, ou pela defesa do Ensino Religioso nas escolas, enfim lutando pelo fim da ignorância, e do atraso em que o Brasil se encontrava na área educativa. O Ministro articulou a Carta Constitucional de 1934, favorecendo mais aos ideais católicos do que o dos Liberais. Esse agrado à elite intelectual católica, representado na figura de Alceu Amoroso Lima, renovou uma grande amizade entre os dois:

O texto manuscrito que Alceu Amoroso Lima encaminha a Capanema em 1934, delineando o que a Igreja esperava do governo, vai muito além do que as emendas religiosas haviam conseguido. A educação do país deveria ser estruturada segundo princípios fundamentais de base católica, que serviriam como critérios para a seleção dos professores das escolas e as Universidades (SCHWARTZMAN, 1986, p.19).

Os intelectuais religiosos pressionavam o governo, por volta de meados de 1935, para que os preceitos por eles defendidos fossem institucionalizados, significando que os

“contrários”, ou seja, os reformadores da escola Nova, não participassem dos projetos do governo. Para isso, ofereciam, ao governo, sua colaboração no sentido de apoio estrito.

O grupo dos católicos se situava no contexto “antiliberal”, tecendo críticas aos reformadores que defendiam a escola pública. Não só criticando, mas com uma severa imposição de força à tentativa daqueles que defendiam o contexto educacional das amarras da religião. Um exemplo disso foi a saída do reformador liberal Anísio Teixeira da direção da Universidade do Distrito Federal, que foi extinta em 1935, e agrupada à Universidade do Brasil. Essa Universidade representava um modelo para as demais instituições superiores (SAVIANI, 2008, p.268).

Quanto a essa investida dos católicos, localizamos Theobaldo que pertencia à classe dos intelectuais militantes e também estava imerso nesse revide aos renovadores liberais. Por residir uma boa parte da vida no interior do estado do Rio, Theobaldo M. Santos concentrava suas forças no cuidado com o Centro Dom Vital, em Campos-RJ, e também nos afazeres administrativos, literários e docentes. Por meio das leituras, podemos deduzir que o intelectual era um homem de aptidões múltiplas. Sem desmerecer a sua origem religiosa, mas também conhecedor de outras tendências:

A reconhecida identificação de Miranda Santos como um intelectual católico não significa, ato contínuo, afirmar que o personagem ignorou as contribuições das ciências humanas e sociais, especialmente a Psicologia aplicada à Pedagogia. De fato, sem abrir mão de seus princípios católicos, o intelectual elaborou um discurso pedagógico que aliava a renovação do pensamento católico à utilização de algumas ciências, entre elas, a Psicologia. O uso da Psicologia no campo da educação permite situar o autor entre os renovadores educacionais do movimento pela Escola Nova (SOUZA, 2015, p.14).

Theobaldo M. Santos conforme apontou Souza (2015) militava em favor do renascimento católico do século XX. Seus trabalhos estavam concentrados nas organizações religiosas católicas em sua cidade natal como o Centro Dom Vital, as publicações na Revista A Ordem e no trabalho do Instituto Católico de Estudos Superiores com vistas à fundação de uma Universidade católica. Posteriormente suas reflexões divulgadas na Revista A Ordem seriam aglutinadas em manuais que publicara anos mais tarde.

Podemos inferir que o mercado editorial abarcou as publicações tanto do grupo de Theobaldo M. Santos quanto dos Reformadores. Os intelectuais disputavam entre as editoras a confecção de seus manuais escolares, os quais eram destinados à formação do

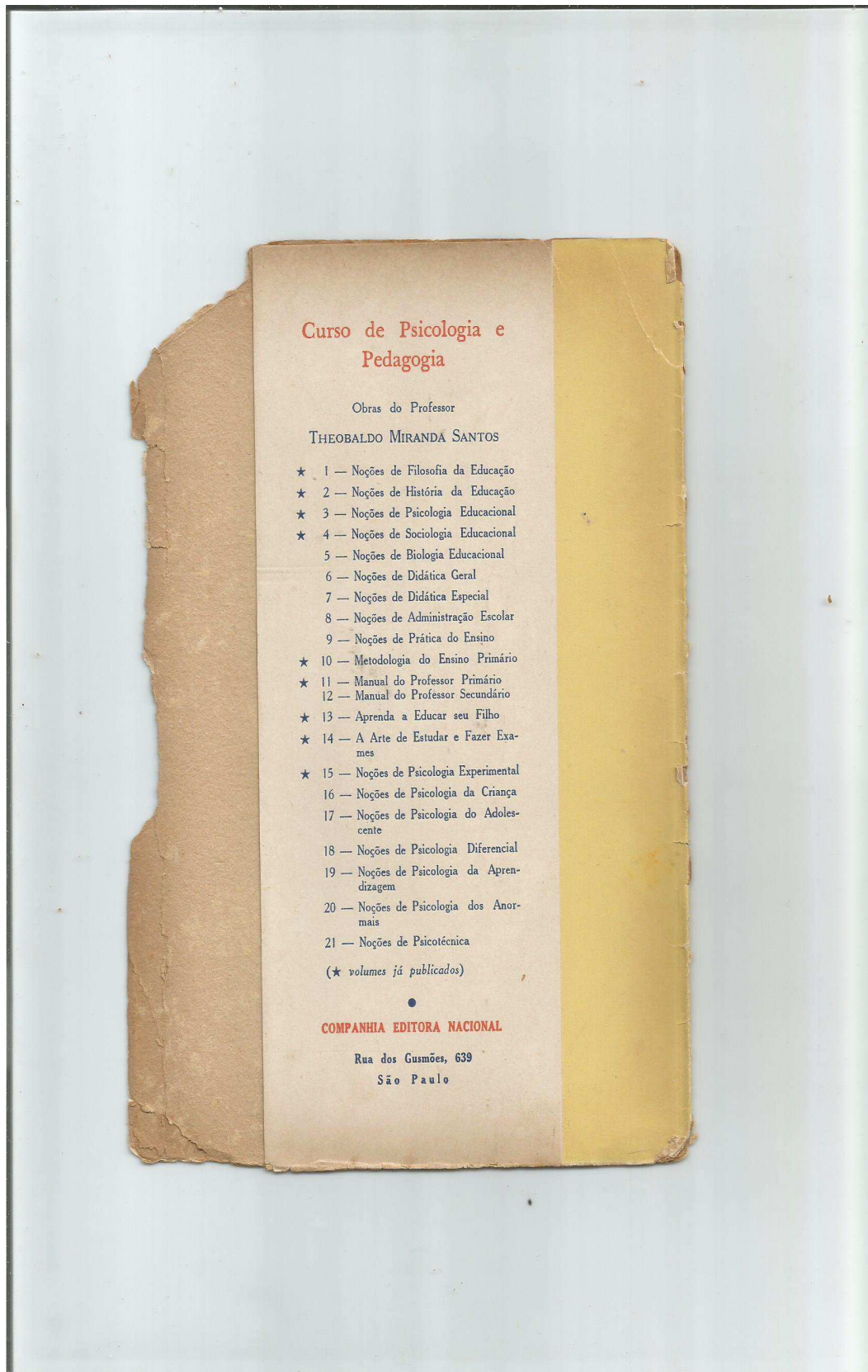
professorado das Escolas Normais, dos Institutos de Educação e das Faculdades de Filosofia da época. O autor publicou, como já dito, um montante de 150 obras durante sua carreira acadêmico-administrativa. Entre manuais e artigos para diversas revistas e jornais, está sua seleta produção, de modo que construiu um acervo atualmente bem explorado pelos historiadores.

Almeida Filho (2008), ao analisar o projeto editorial das coleções de Theobaldo M. Santos, avalia que as publicações, em sua maioria num projeto de coleções, tinha o objetivo de divulgar os preceitos católicos para uma pedagogia cristã. Isso participava da estratégia da Igreja para o enfretamento da pedagogia moderna divulgada pelas concepções pedagógicas liberais.

Os liberais também publicavam para o mesmo segmento e estavam baseando-se a pedagogia moderna nas concepções de filósofos americanos como John Dewey, Kilpatrick, Williann James, entre outros. Esses intelectuais estrangeiros eram fonte de consulta dos reformadores brasileiros, desde a década de 1920. Anísio Teixeira, por exemplo, foi um estudioso de Dewey, e apresentava suas novas ideias ao retornar de uma temporada nos Estados Unidos, na Universidade de Columbia.

Enfim, a análise do período estudado neste trabalho, década de 1930 e 1940, é reconhecida como um “marco referencial da modernidade para a história do Brasil segundo Andreotti (2006, p. 103)”. Tencionamos contextualizar o momento histórico da redação do Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da pedagogia moderna de autoria de Theobaldo Miranda Santos no ano de 1942, ainda que um modo simples. Neste cenário evidenciamos o debate entre as duas vertentes que acastelavam a educação como prioridade nacional.

O manual de Filosofia da Educação acima aludido foi inserido no mercado editorial no ano de 1942 e depois replicado a partir de 1946 em formato de coleções. No tópico seguinte apontamos uma descrição organizativa do manual contemplando suas duas seções e seus desdobramentos.



Curso de Psicologia e Pedagogia

Obras do Professor

THEOBALDO MIRANDA SANTOS

- ★ 1 — Noções de Filosofia da Educação
- ★ 2 — Noções de História da Educação
- ★ 3 — Noções de Psicologia Educacional
- ★ 4 — Noções de Sociologia Educacional
- 5 — Noções de Biologia Educacional
- 6 — Noções de Didática Geral
- 7 — Noções de Didática Especial
- 8 — Noções de Administração Escolar
- 9 — Noções de Prática do Ensino
- ★ 10 — Metodologia do Ensino Primário
- ★ 11 — Manual do Professor Primário
- 12 — Manual do Professor Secundário
- ★ 13 — Aprenda a Educar seu Filho
- ★ 14 — A Arte de Estudar e Fazer Exames
- ★ 15 — Noções de Psicologia Experimental
- 16 — Noções de Psicologia da Criança
- 17 — Noções de Psicologia do Adolescente
- 18 — Noções de Psicologia Diferencial
- 19 — Noções de Psicologia da Aprendizagem
- 20 — Noções de Psicologia dos Anormais
- 21 — Noções de Psicotécnica

(★ volumes já publicados)

●
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639
São Paulo

FIGURA: 08 DEMONSTRAÇÃO DA CONTRA CAPA DA COLEÇÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA: CURSO DE PSICOLOGIA E PEDAGOGIA (1946). EDITORA COMPANHIA EDITORA NACIONAL. FONTE: (SANTOS 1942).

2.2 Descrições do manual de Filosofia da Educação: Organização estrutural

Tudo coisa muito simples e rudimentar, sem nenhuma pretensão de originalidade, servindo apenas para orientar o professorado católico no meio da avalanche de literatura pedagógica bolschevizante que inunda as nossas livrarias (Theobaldo Miranda Santos, 1938).

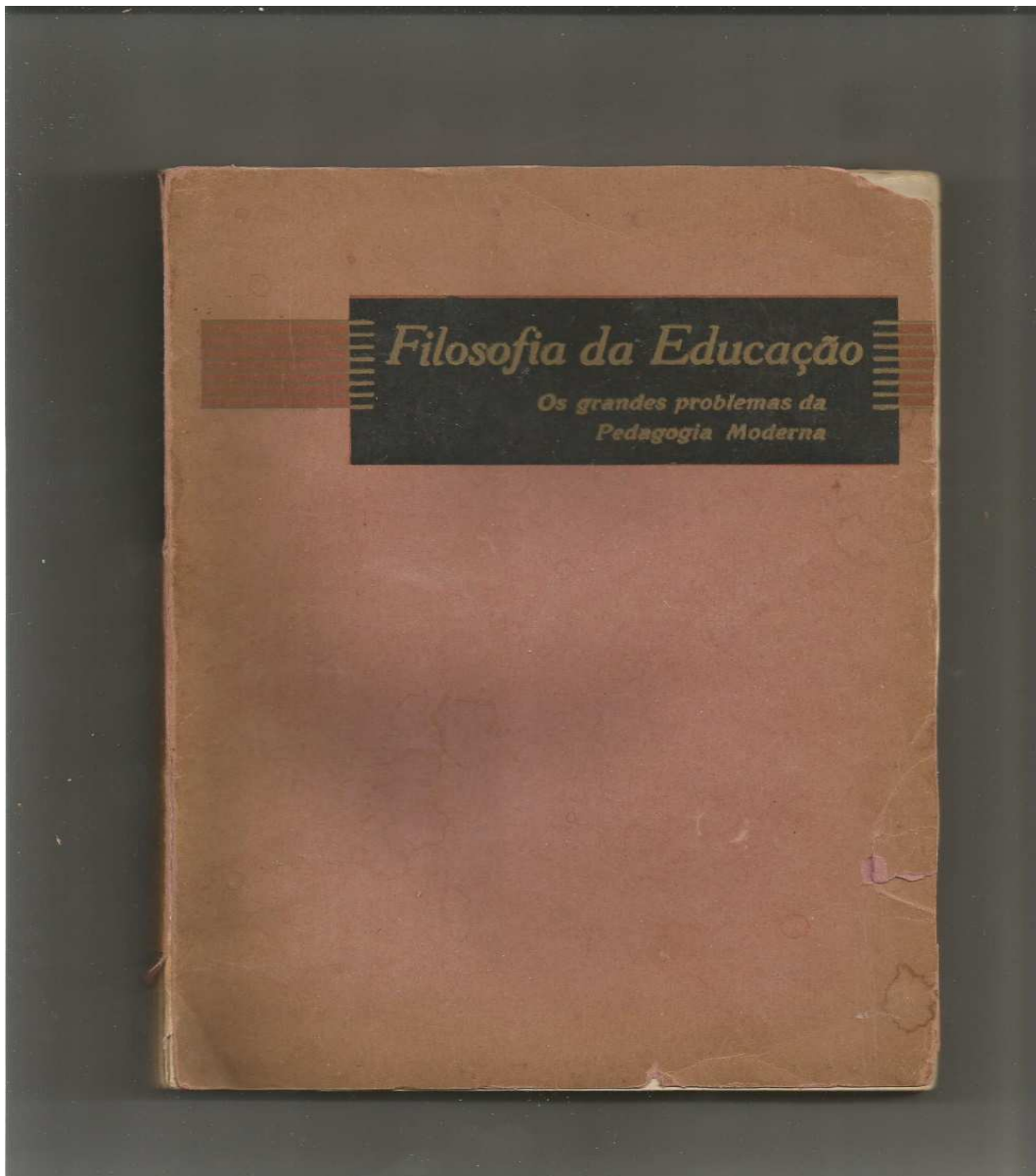


FIGURA: 09 CAPA MANUAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA (1942).
FONTE: (SANTOS 1942).

O *Manual de Filosofia da Educação*, de Theobaldo M. Santos, possui 231 páginas. Na folha de rosto, é destacada a titulação do autor, deixando explícita sua militância no campo da educação católica. Esta (re) afirmação se dá pelo fato de seu vínculo empregatício em instituições religiosas, como a Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, a Faculdade Católica de Filosofia e também o Colégio Notre-Dame de Sion, do Rio de Janeiro, inscritas nos manuais.

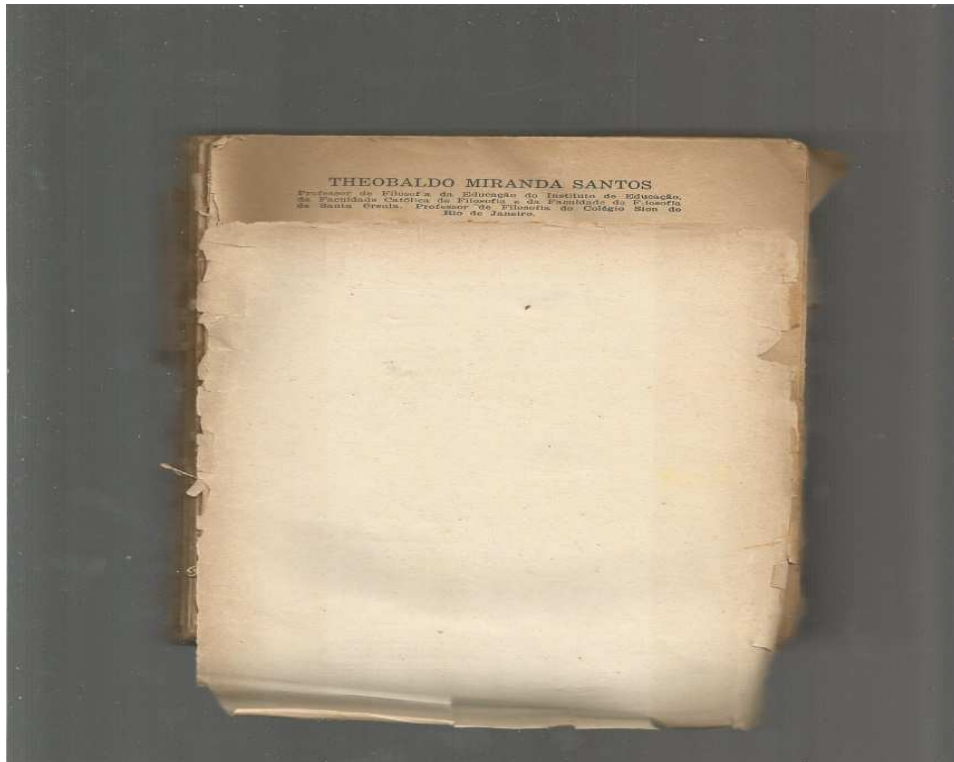


FIGURA10 – INSCRIÇÃO DO NOME DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS NO MANUAL DE FILSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA (1942). FONTE: (SANTOS 1942).

Na página seguinte deste manual, duas citações aparecem como uma espécie de epígrafe, uma do autor Stanley Hall e outra de Fr. De Houvre. Este último consta na bibliografia como uma das principais referências. Estas citações podem provavelmente ter sido traduzidas pelo próprio autor, pois os estudos comprovam que era poliglota. Vale destacar que Stanley Hall aponta “a morte da pedagogia superior, a necessidade de um renascimento pedagógico”, e De Hovre retrata “a perda de princípios da pedagogia, uma divisão de setores sem ligações vivas”.

Há uma espécie de apresentação da obra que recebeu o nome de *Advertência*, onde o autor se apresenta, com palavras modestas “de pequeno livro” e “livrinho”. Há uma preocupação do autor em justificar sua falta de tempo para se dedicar mais à escrita, por ter outras atividades que concilia com o magistério, no caso, a administração (SANTOS, 1942, ADVERTENCIA):

Este pequeno livro não tem a pretensão de originalidade. Nada mais representa do que um sumário, simples e modesto, dos principais “Problemas filosóficos da Educação” [...] Visa ainda este livrinho assinalar os fundamentos filosóficos da pedagogia moderna [...] (SANTOS, 1942, ADVERTENCIA).

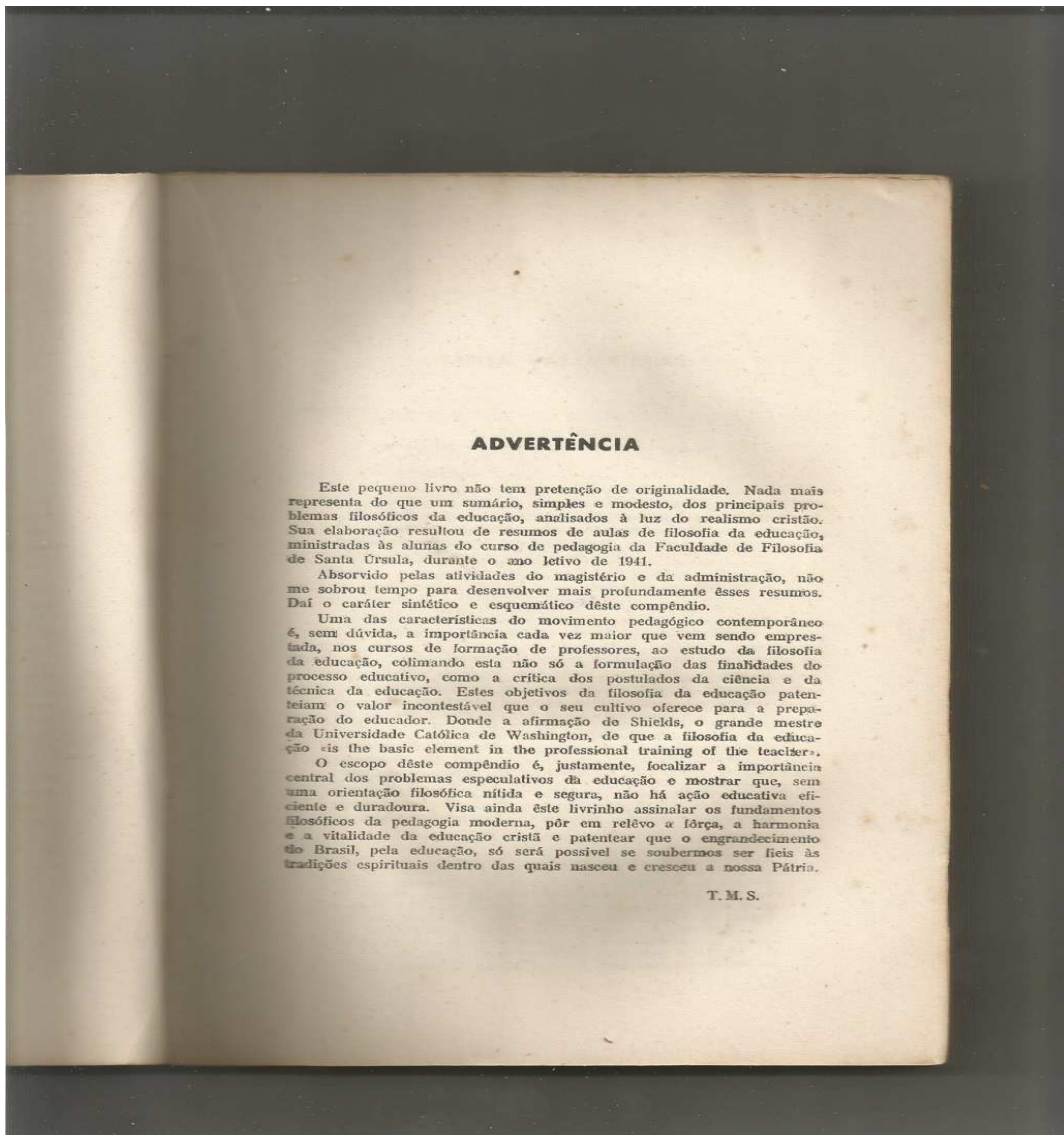


FIGURA: 11- ADVERTÊNCIA - MANUAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA (1942).
FONTE: SANTOS (1942).

De acordo com Souza (2011, p.537), Theobaldo M. Santos produziu um discurso “digno” de ser publicado e editado. Este autor apresenta uma discussão baseada na perspectiva da análise do discurso, como possibilidade de pesquisa em História da Educação, utilizando autores como Foucault, Bourdieu e Maingueneau:

O discurso didático integra o conjunto dos discursos segundos, isto é, aqueles que se colocam como derivados dos discursos primeiros (os discursos de pesquisa que visam produzir conhecimentos novos num domínio de referência preciso). Não deve ser confundido com o discurso de vulgarização, pois tem um objetivo pragmático, que é fazer que o outro aprenda e isso vai além do saber-fazer (SOUZA 2011, p.535).

O Manual se divide em duas partes distintas: a primeira trata das “Bases filosóficas da Educação”, com quatro capítulos, e a segunda refere-se aos “Problemas filosóficos da Educação”, com seis capítulos. Cada capítulo possui, ao seu final, uma espécie de conclusão, em que o autor faz uma pequena síntese do texto apresentado; concomitante à conclusão, uma série de exercícios do tipo fixação, com doze ou treze questões. Também apresenta um espaço destinado a Notas, com frases de alguns autores e, por último a bibliografia utilizada no texto.

Segundo Bastos (2005, p.343), Theobaldo revela uma prática inovadora quando utiliza sua bibliografia bem diversificada, diferenciando-se, assim, de outros autores de manuais escolares. Esta bibliografia é inspirada em autores internacionais, americanos, alemães, franceses, espanhóis, italianos etc. A obra analisada, não possui gravuras e nenhum tipo de ilustrações, diferente de outros manuais onde o autor utilizava destes recursos.

Para Souza (2015, p.324) o intelectual Theobaldo M. Santos pode ser considerado um germanófilo, por privilegiar os autores alemães como Kant, Dilthey, Husserl, Otto Willimamm, entre outros. Este último foi um autor muito utilizado pelos intelectuais católicos como referências dos seus manuais:

Os católicos buscavam a filosofia alemã de tradição idealista e espiritualista para defender o primado do espírito sobre a natureza. Assim rejeitavam veementemente o positivismo e o naturalismo, e ao mesmo tempo, incorporavam o ideário de renovação educacional do século XX (SOUZA, 2015, p.329).

Isto justifica o que foi dito anteriormente sobre a preferência dos pensadores alemães no pensamento de Theobaldo M. Santos. Na edição de 1946, do *Manual de Filosofia*, o autor diferencia-o da edição de 1942 ao ampliar a parte de “resumo” ao final de cada capítulo. Este

resumo tem uma enumeração e, como o próprio nome indica, faz uma pequena síntese do que foi escrito no capítulo.

Voltando à divisão, a primeira parte da Taboa de Matérias, da edição de 1942, compreende quatro capítulos, destacando as “Bases filosóficas da Educação”. A divisão se dá da seguinte forma:

- Capítulo 1: Trata de temas ligados à Filosofia. O autor delimitando a natureza da Filosofia, sua história que “entrelaça com o progresso da civilização e da cultura” (p.24). Termina o primeiro capítulo falando sobre a divisão da filosofia, e faz uma síntese das suas principais partes: Lógica, Metafísica ou Filosofia Primeira, Filosofia da Natureza, Filosofia Moral ou Ética, e Filosofia da Arte. Para o autor, o que mais interessa na Filosofia da Educação é a Filosofia da Natureza e a Filosofia Moral. A bibliografia utilizada consta de doze autores internacionais e um brasileiro.
- Capítulo 2: O autor apresenta temas sobre a Educação, com definições de conceitos sobre correntes pedagógicas, como: Conceito Naturalista da Educação (aqui, ele se dedica a escrever por cinco páginas citando alguns erros filosóficos, derivados da concepção naturalista). Aponta também o conceito Idealista de Educação, o Pragmatista, o Cristão, o Individualista, o Socialista, o Nacionalista, o Culturalista, e o Personalista. O autor encerra o capítulo expondo sua concepção. A bibliografia utilizada consta de doze autores, todos estrangeiros.
- Capítulo 3: A abordagem ficará sobre a Educação e a Filosofia. Neste capítulo, o autor apresenta alguns conceitos sobre Pedagogia, Filosofia, Metafísica, entre outros. Theobaldo M. Santos traz o pensamento “magistral” de De Hovre: “toda doutrina pedagógica é fruto de uma concepção de vida” (p.68). Situa, ainda, a Pedagogia no tempo e no espaço conceituando-a como “Ciência do Espírito” (p.68). Conclui este capítulo com uma frase: “Não existe educação sem Filosofia” (p.76). A bibliografia utilizada consta de quatorze indicações, doze internacionais e dois brasileiros.
- Capítulo 4: Neste capítulo, conceitua a Filosofia da Educação, seu valor, sua importância pedagógica e filosófica, a reação contra o cientificismo. A concepção de Filosofia da Educação é retratada no texto como: “a Teoria crítica normativa da educação” (p.79). A visão do autor sobre a “formação filosófica do educador não deve ser idêntica à do filósofo profissional [...] para ele a Filosofia e a Pedagogia estão intimamente ligadas, porém são ciências distintas” (p.83). Finaliza fazendo uma relação do interesse atual da Filosofia da Educação com a Filosofia (p.84-85). A bibliografia utilizada consta de treze indicações, todos de origem internacional.

A segunda parte da obra retrata Os “Problemas filosóficos da Educação”, e compõem-se por seis capítulos assim distribuídos:

- Capítulo 5: Trata da finalidade da educação, os fins e os meios da educação, passando para a natureza do ideal educativo. O autor traz definições de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, faz uma crítica ao materialismo e mecanicismo e aponta Darwin, Spencer, acusando-os de representantes do naturalismo filosófico. Theobaldo M. Santos cita Durkheim e Dewey como antiteológicos e se estende ao terreno da Biologia (p.93-94). A bibliografia consta de doze indicações, dez de origem internacional e dois autores brasileiros.

- Capítulo 6: Destaca o papel do educando diante de algumas correntes como: Psicologia, Biologia, Filosofia e a Antropologia. Neste capítulo, a natureza do processo educativo, a personalidade da criança e do homem também é discutida. A questão da formação do educando tem destaque nas páginas 151 até 155, trazendo apontamentos como a formação moral, física e intelectual. A bibliografia consta de doze autores internacionais e dois brasileiros.
- Capítulo 7: Para discutir os Métodos da Educação, o autor traz a concepção de método, a escolha e a importância do método como instrumento de trabalho. Apresenta os métodos didáticos e sua evolução e classificação. Há um estudo sobre o método pedagógico, em que discute a questão da análise dos fundamentos psicológicos e filosóficos dos métodos pedagógicos modernos. A técnica e a cultura são debatidas no final do capítulo, fazendo uma crítica a algumas teorias educacionais, entre elas a Pedagogia Liberal, responsável, segundo ele, por transformar o processo educativo num mero problema de organização técnica da escola. A bibliografia consta de doze autores, onze de nacionalidade estrangeira e um de origem brasileira.
- Capítulo 8: O Conceito de educador; o autor exprime sua concepção de educador, balizado em Aguayo que acredita que são “[...] o sacerdote, o filósofo, os grandes educadores”. Theobaldo Miranda Santos, neste capítulo, também aponta questões como a sua discordância com Dewey e Kriek a respeito do conceito da educação como processo inconsciente e imperceptível. Trata da evolução do conceito de educador, suas qualidades físicas, intelectuais e morais, finaliza com o educador e o ideal, onde os princípios morais e religiosos devem ser rigorosamente observados no bom educador. A bibliografia consta de dez autores, e não há nenhum autor brasileiro.
- Capítulo 9: Temas como a aprendizagem, sua importância filosófica e pedagógica. Caracteriza a aprendizagem como um dos grandes problemas da pedagogia moderna. O autor apresenta algumas teorias modernas da aprendizagem, como: Teoria associacionista e teorias não associacionistas, teoria da percepção, Teoria estruturalista, funcionalista, chegando a outras Teorias como a de Santo Tomás. Este último trata a função do educador como médico que cuida de uma ferida (metáfora que traz para a educação). Termina este capítulo com uma conclusão onde expõe os princípios gerais da natureza da aprendizagem. A bibliografia do capítulo nove consta de quatorze referências, treze autores internacionais e uma autora brasileira.
- Capítulo 10: Neste último capítulo, o autor apresenta o conceito de disciplina e seus aspectos; traz uma discussão sobre prêmios e castigos, e encerrando faz apontamentos sobre os sistemas de disciplinas e a questão da autonomia escolar. O interesse neste capítulo são as classificações dos sistemas contemporâneos de disciplina, que o autor retrata nas páginas 226 e 227. Estas classificações são o regime de autonomia integral, o regime de autonomia liberal e o regime de autonomia dirigida. Nosso autor traz seu posicionamento optando pelo último regime, onde a liberdade dos alunos é controlada e orientada pela autoridade do professor. A última bibliografia do Compêndio de Filosofia consta de dez autores, todos de origem internacional.

TÁBOA DAS MATÉRIAS

Advertência	7
Primeira parte BASES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO	
Capítulo I — A Filosofia	15
Conceito de filosofia. — Evolução do conceito de filosofia. — A filosofia na Antiguidade Oriental. — A filosofia na Grécia. — Sócrates, Platão e Aristóteles. — A filosofia na Idade Mé- dia. — Harmonia da razão com a fé. — Sto. Tomás e o es- plendor da escolástica. — Guilherme de Occam e a decadên- cia da escolástica. — A filosofia moderna. — Bacon, Descartes e Locke. — Kant, Fichte, Schelling e Hegel. — Schopenhauer, Herbart e Comte. — William James e Bergson. — Natureza da filosofia. — A filosofia e o conhecimento empírico. — A filosofia e o conhecimento científico. — A filosofia e o conhecimento revelado. — Extensão e divisão da filosofia. — Partes da filosofia. — Os ramos da filosofia e a filosofia da educação. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.	
Capítulo II — A Educação	33
Conceito de educação. — Conceito naturalista de educação. — Origem e evolução do naturalismo moderno. — Crítica da concepção naturalista da vida e da educação. — Conceito idealista de educação. — Origem e evolução do idealismo moderno. — Crítica da concepção idealista da vida e da educação. — Conceito pragmatista de educação. — Origem e evolução do pragmatismo moderno. — Crítica da concepção pragmatista da vida e da educação. — Conceito cristão de educação. — Conceito individualista de educação. — Conceito socialista de educação. — Conceito nacionalista de educação. — Conceito culturalista de educação. — Conceito personalista de educação. — Harmonia e integralidade da concepção cristã da vida e da educação. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.	
Capítulo III — A Educação e a Filosofia	61
Conceito de pedagogia. — Dependência da ciência da espe- culação filosófica. — A obra de Poincaré, Eddington, Einstein, Planck, Heisenberg e Jeans. — Sto. Tomás e as relações da filosofia com as ciências. — Natureza científica da pe- dagogia. — Pontos de vista dos educadores naturalistas, prag- matistas, socialistas, idealistas e culturalistas. — A pedago- gia como ciência prática da educação. — A educação e a concepção de vida. — O homem e a metafísica. — A filoso- fia e a pedagogia. — A pedagogia no tempo. Evolução das formas e tipos de educação. — A pedagogia no espaço. —	

FIGURA: 12 - TÁBOA DE MATÉRIA - MANUAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA (1942).
 FONTE: SANTOS (1942).

— 10 —

Diretrizes atuais da pedagogia. — A educação e a metafísica.
— Inusão de uma escola «neutra» e de uma educação
«técnica». — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

Capítulo IV — A Filosofia da Educação79

Conceito de filosofia da educação. — A filosofia da educação
e as ciências particulares da educação. — Caracteres da fi-
losofia da educação. — A filosofia da educação e a forma-
ção do educador. — Valor da filosofia da educação. — Im-
portância pedagógica da filosofia. — Importância filosófica da
pedagogia. — Interesse atual pela filosofia da educação. —
Reação contra o cientificismo pedagógico. — Relatividade do
conhecimento científico. — A filosofia e a ciência con-
temporânea. — A filosofia e o realismo pedagógico. — Maritain
e os «preconceitos» da pedagogia moderna. — Relações da
filosofia da educação com a filosofia geral. — Exercícios. —
Notas. — Bibliografia.

Segunda parte

PROBLEMAS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Capítulo V — Os Fins da Educação91

Conceito de fim. — Definição de Aristóteles e Sto. Tomás.
— Negação dos fins pelo materialismo mecanicista. — Des-
cartes, Spinoza e o preconceito anti-teleológico na filosofia
moderna. — Reação finalista na filosofia, na psicologia e na
biologia contemporâneas. — A finalidade e a vida. — A fi-
nalidade e a educação. — Os fins e os valores educativos.
— Noção de ideal educativo. — Caráter finalista do processo
educativo. — O erro dos naturalistas e pragmatistas. — Na-
tureza do ideal educativo. — Impossibilidade da ciência ex-
perimental de fornecer os ideais da educação. — As con-
cepções de vida e os ideais educativos. — A psicologia co-
letiva e os ideais educativos. — Os fins e os meios da
educação. — Hierarquia dos fins e meios da educação. —
Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

Capítulo VI — O Educando107

Conceito de educando. — As gerações novas e os adultos.
— O educando e a biologia. — A educação e a vida. — O
educando e a psicologia. — Correntes da psicologia con-
temporânea. — Conclusões básicas da psicologia atual. — O edu-
cando e a filosofia. — A antropologia filosófica e a educa-
ção. — O homem e o animal. — Concepções da natureza
humana. — A criança e o adulto. — O desenvolvimento men-
tal do homem. — Teorias do desenvolvimento humano. —
A educabilidade do homem. — Natureza do processo edu-
cativo. — A personalidade humana. — Arquitetura da perso-
nalidade. — Atributos essenciais da personalidade. — Forma-
ção da personalidade. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

Capítulo VII — Os Métodos da Educação157

Conceito de método. — Métodos lógicos e métodos peda-
gógicos. — Métodos inventivos, sistemáticos e didáticos. —
Condições do método. — Valor e utilidade do método. —
Regras metodológicas de Descartes. — Método científico e

FIGURA: 13 - ÍNDICE DA SEGUNDA PARTE: PROBLEMAS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO (1942) - FONTE: SANTOS (1942).

concepção do mundo. — Método didático e método pedagógico. — O método e a personalidade do educador. — Evolução do método didático. — Classificação dos métodos didáticos. — Métodos gerais e especiais. — Métodos individualizados, socializados e mistos. — Método pedagógico e concepção de vida. — A técnica e a cultura. — A máquina e o homem. — Pontos de vista de Bergson, Spengler, Berdiaeff e Werner Sombart. — A técnica e a educação. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

Capítulo VIII — O Educador177

Conceito de educador. — Pontos de vista de Aguayo e Kerschesteiner. — A educação espontânea ou reflexa. — Idéias de Dewey e Kriek. — Influência da natureza e da sociedade sobre o homem. — Caráter lúcido e inteligente da aprendizagem. — Caráter conciente e propositado do ato pedagógico. — O educador como um dos agentes do processo educativo. — Evolução do conceito de educador. — Métodos de estudo do educador. — Método histórico. — Método dedutivo. — Método indutivo. — Caracterização da personalidade do educador. — A vocação pedagógica. — Qualidades físicas do educador. — Qualidades intelectuais — Qualidades morais. — O educador e o ideal. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

Capítulo IX — A Aprendizagem193

Conceito de aprendizagem. — Importância filosófica e pedagógica do problema da aprendizagem. — Teorias modernas da aprendizagem. — Teorias associacionistas e não-associacionistas. — Teoria da aprecepção. — Teoria estruturalista. — Teoria funcionalista. — Teoria reflexológica. — Teoria hedônica. — Teoria behaviorista. — Teoria dinâmica. — Teoria harmônica. — Teoria gestaltista. — Teoria da assimilação. — Outras teorias. — Teoria de Sto. Tomás. — Caracteres da aprendizagem. — Caráter inteligente e seletivo. — Caráter dinâmico e auto-ativo. — Caráter sintético e global. — Transferência da aprendizagem. — A aprendizagem e as diferenças individuais. — A aprendizagem e o interesse. — Formas fundamentais da aprendizagem. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

Capítulo X — A Disciplina217

Conceito de disciplina. — A disciplina e a personalidade. — Caracteres da disciplina. — A autoridade e a liberdade na disciplina. — A disciplina e o método. — A disciplina e o trabalho escolar. — A disciplina e o interesse. — Idéias de Dewey e Claparède. — A disciplina e a consciência moral. — Os prêmios e os castigos. — Kiessling e a falibilidade infantil. — Sistemas de disciplina. — Sistemas de autonomia absoluta. — Sistemas de autonomia liberal. — Sistemas de autonomia dirigida. — Disciplina das «reações naturais». — Pio XI e os sistemas modernos de disciplina. — O amor e a disciplina. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

FIGURA 14 - CONTINUAÇÃO DO ÍNDICE: MANUAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA (1942).
FONTE; SANTOS (1942)

Podemos contabilizar 124 (cento e vinte e quatro) autores que Theobaldo M. Santos utiliza na elaboração do manual de Filosofia da Educação. Deste total 10 (dez) intelectuais são brasileiros, o mais citado é Padre Leonel Franca (Noções de História da Filosofia, 1940, e A crise do Mundo moderno, 1941), totalizando 3 (três) passagens na bibliografia. O segundo é o escolanovista Lourenço Filho (Introdução ao estudo da Escola Nova, 1930), aparecendo nas referências por duas vezes. Outro nome citado é Fernando de Azevedo (Sociologia Educacional, 1940), também divulgador do movimento da Escola Nova.

Os demais intelectuais brasileiros que aparecem na obra são: Lúcio José Santos (*Philosophia, Pedagogia, Religião*, 1936), Barreto Filho (*Uma psicologia humana da Educação, Separata da Ordem*, 1941), A. Ramos (*Introdução à Psychologia Social*, 1936), Rui Ayres Bello (*Introdução à Pedagogia*, 1941), R. Ferrero (*O Professor*, 1940) Tristão Athayde (*Pela Reforma Social*, 1932), Onofre de Arruda Penteado Júnior (*O Fundamento do Método*, 1938) e por últimos Lúcia Magalhães e Joaquim Ribeiro (*Estrutura e Aprendizagem*, 1936). Grande parte desses autores é filiada à ala católica, defensores da Pedagogia Cristã, inspirados na tradição dogmática.

Podemos destacar alguns autores de nacionalidade estrangeira: o cubano A. M. Aguayo é mencionado por seis vezes e o francês Fr. De Hovre aparece quatro vezes na bibliografia. Constam suas referências nos capítulos que tratam temas sobre a Educação, Filosofia da Educação, Fins da Educação, O Educando, O Educador, e aprendizagem. Assim, destacamos que Theobaldo Miranda Santos empregou uma:

Tentativa em abordar autores, de diversas tendências ideológicas, católicos ou escolanovistas, na produção de um inventário da educação brasileira e de sua trajetória em termos de evolução das ideias pedagógicas [...] (LIMA, 2013, p.177).

Pela análise das referências bibliográficas contidas na obra de Santos, percebemos algumas contradições presentes no discurso do nosso autor, como por exemplo: sua admiração pelo autor cubano M. A. Aguayo, ovacionado como “Mestre de Havana” (SANTOS, 1942, p.67), haja vista que Aguayo era um partidário das ideias do filósofo americano John Dewey. Nos dizeres de Souza o mestre cubano preservava uma postura conservadora, mais cientificista e menos política.

No caso de Aguayo não há uma oposição radical contra a Igreja católica, como encontramos em outros intelectuais ligados ao movimento da Escola Nova. Em seu compêndio *Didático da Escola Nova*, quando trata da questão

do “ensino de moral”, Aguayo tenta encontrar posição conciliadora entre a escola leiga e a religião (SOUZA, 2011, p.121).

Outras contradições nas leituras de nosso autor têm marcas também na bibliografia da obra. Autores como os escolanovistas Fernando Azevedo e Lourenço filhos constam nas suas referências. Estes autores são considerados seus “opositores” e eram alvos de críticas por defenderem a Pedagogia de origem Pragmatista. No *Manual de Filosofia*, quando o autor expressa, em diversas partes do texto, suas críticas às concepções naturalistas, ele tece críticas e faz simples conclusões sobre os métodos utilizados pela filosofia Pragmatista, no final de cada texto.

Concomitante a isso, deixa explícita sua devoção ao filósofo Tomás de Aquino. É um apreciador da teoria tomista, o que se faz presente em diversos capítulos da obra. Ao apresentar O Conceito Aprendizagem, no capítulo nove, o autor aponta que durante a “Idade Média, Tomás de Aquino fez da aprendizagem um dos temas de suas especulações filosóficas, estabelecendo, sobre sua natureza, postulados que não foram ultrapassados pelas teorias modernas” (SANTOS, 1942, p.196). Apresenta também Tomás de Aquino como “O grande filósofo medieval, ou o grande Mestre medieval”:

A Filosofia de Sto. Tomas se caracteriza pelo seu caráter sintético e orgânico, pelo rigor de seu método, pela sua fidelidade À Aristóteles, cujo sistema corrige, desenvolve e aperfeiçoa, pela sua tendência em harmonizar a razão com a fé, pela limpidez, precisão e beleza de sua linguagem e pelo seu cuidado em combinar a investigação pessoal com respeito à tradição, procurando, em suas pesquisas, não o novo, ou o antigo, mas a verdade (SANTOS, 1946, p.456).

O discurso de Theobaldo M. Santos exprime a mesma do filósofo Jaques Maritain. Este alegava que a concepção tomista, não é uma doutrina histórica, e sim uma ação presente e sempre eficaz (MARITAIN, 1945). A concepção tomista que perpassa o manual de Filosofia da Educação de 1942 será discutida neste trabalho posteriormente.

2.3 As “Bases filosóficas da Educação” do *Manual de Filosofia da Educação*, de Theobaldo Miranda Santos

Cuido, portanto, que a técnica a seguir a esse respeito deve ser a de utilizar o “vient de paraitre” em matéria de cultura <como meio> para conduzir os nossos estudantes até as verdades integrais e eternas da nossa Igreja (Theobaldo Miranda Santos, 1938).

Os conceitos, expressos em *Filosofia da Educação: os grandes problemas da Pedagogia Moderna*, de 1942, revelamos “Problemas filosóficos da Educação” e abalizam os fundamentos da pedagogia moderna, cuja divisão ocorre em duas partes: na primeira, o autor escolheu as “Bases filosóficas da Educação”, acunhando: a evolução do conceito de Filosofia com suas extensões e divisões; o conceito de Educação sob os diversos aspectos das concepções pedagógicas contemporâneas; o conceito de Educação e Filosofia; e, por último, conceitua a Filosofia da Educação e sua relação com a Filosofia geral.

A segunda parte trata dos “Problemas filosóficos da Educação”, e desenvolve: os conceitos dos Fins da Educação; de Educando; dos Métodos da Educação; do Educador; da aprendizagem; e, por último, da Disciplina.

Ainda em as “Bases filosóficas da Educação”, é exposta a evolução do conceito de Filosofia desde a antiguidade oriental à filosofia moderna de Bacon, Descartes e Locke. Os pensamentos de Kant e Hegel são propostos no texto, delineando uma linha temporal dos conceitos. Comte é mencionado no texto como protagonista da corrente filosófica do Positivismo que, segundo Theobaldo M. Santos, reduz a Filosofia à simples sistematização e conhecimentos positivos (SANTOS, 1942, p.23).

Nesta parte, o autor ainda tratou de expor as várias concepções de educação e suas diversas variações, compreendendo que a característica fundamental da educação é o impulso para o aperfeiçoamento do homem em formação.

Ao conceituar a Educação, o autor partiu do pressuposto de que, ao longo do tempo, precisamente a partir do Renascimento, a ideia de educação ainda permaneceu como nos “rumos traçados pelos antigos” (SANTOS, 1942, p.36), e discorda que as concepções pedagógicas coloquem a perfeição do homem como objetivo central do fenômeno da educação. No texto, o autor propõe que a filosofia de vida do educador deve reger a ideia que o mesmo tem de perfeição para o entendimento da natureza e do destino do homem. Por isso,

ele acredita que por esse conhecimento, da parte do educador, se pode chegar à essência do conceito de educação.

Theobaldo M. Santos apresenta o conceito de Educação e Filosofia, esclarecendo a importância da pedagogia e suas reflexões a cerca das ciências especulativas. O autor justifica que, assim como a Filosofia, a Pedagogia também deve ser posicionada no rol das ciências. Discute o fato das divergências entre autores contemporâneos sobre a natureza científica da pedagogia, apresentando a opinião dos pedagogos pragmatistas/ naturalistas/sociologistas/ idealistas/ e dos culturalistas.

Apresenta a Filosofia da Educação e suas características, a relação entre a Filosofia da educação e a formação do educador, sua importância, assim como da Pedagogia, e também os aspectos da Filosofia e do realismo pedagógico. Uma referência importante é a distinção entre Pedagogia e Filosofia, que tem objetos formais diversos, e a redução de ambas.

Por último, o autor expõe resumidamente as relações da Filosofia da Educação com a filosofia geral, delineando a importância da Filosofia da Natureza e da Filosofia Moral. Nesse cenário, apresentaremos os conceitos expressos no Manual de Filosofia da Educação que ora analisaremos. Escolhemos, aqui, trabalhar com os conceitos de Filosofia, de Educação e Filosofia e Filosofia da Educação, por entender que esses conceitos perpassam em maior intensidade na obra do nosso autor.

2.3.1 A Filosofia

Ao conceituar a história da evolução da Filosofia desde o Antigo Oriente ao século XX, o autor aponta que a Filosofia era tida como um conhecimento geral sem receber o devido tratamento filosófico. Esse conhecimento era considerado como uma revelação divina. A Filosofia e a religião se misturavam como verdades filosóficas, e somente na Grécia antiga ocorreu uma investigação das verdades racionais. O conceito de filosofia passa a ser considerada como cultura intelectual ou arte de fazer o bem. O termo Filosofia fora criado por Pitágoras, no século VI (A.C), e significa, na sua essência, uma ciência universal, uma ciência da prática:

Para os primeiros sábios gregos, compreendia não só o que chamamos de ciência, isto é, a explicação das coisas, como também o que denominamos sabedoria, isto é, a prática da virtude, a prudência na conduta. Esta sabedoria era, porém puramente prática e essa ciência toda voltada para o mundo exterior (SANTOS, 1942, p.18).

Nessa síntese sobre a Filosofia, o autor apresenta as distinções de pensamento desses sábios: Sócrates, Platão e Aristóteles. O objeto da Filosofia é discutido entre as três vertentes, assim como a concepção dos povos estoicos, que também concebem o caráter de universalidade igualmente a Sócrates, porém convergindo a filosofia para os problemas morais. Ao conceituar o período da helenística, Theobaldo M. Santos descreve que a cultura grega funde-se com acultura oriental, tornando a filosofia uma forma de misticismo.

Ainda na descrição dos fatos sobre a história da Filosofia, ele aponta que, a partir do advento do Cristianismo, a Filosofia passa a ser influenciada profundamente pela doutrina de Cristo. Não delinea o cristianismo como um sistema filosófico, mas reconhece sua influência salutar e estimuladora sobre a nova orientação da filosofia. Ao mencionar o filósofo Santo Tomás de Aquino, alude ao ápice entre razão e fé. Para Santo Tomás, “Filosofia e teologia são duas ciências distintas, não contrárias, a razão e a fé não se hostilizam”. O uso das verdades teológicas e filosóficas é o objeto material das duas ciências, ou seja, a existência de Deus e espiritualidade da alma.

O início da Filosofia moderna é apresentado com Bacon e Descartes, sendo o empirismo relacionado à experiência externa (Bacon) e o racionalismo na experiência interna, da dúvida existencial do “Penso, Logo existo” (Descartes). A partir do século XVII, o filósofo Locke dá início a uma orientação criticista na filosofia moderna, aproximando-se das ideais de Bacon e refutando a concepção filosófica de Descartes. Também após Locke, o conceito de filosofia se reduz cada vez mais. Theobaldo apresenta o conceito de filosofia em Hume como o estudo da natureza, em Kant como crítica do conhecimento *a priori*, desprezando o empirismo inglês e o racionalismo cartesiano.

Seus sucessores, como Fichte, consideram a filosofia como ciência da ciência e, Schelling, como a natureza do espírito e o espírito da natureza. Já Hegel aprimora os conhecimentos de Schelling, ao considerar o pensamento como fonte de toda a realidade e Herbart, numa concepção mais realista de Kant, considera que a filosofia como a elaboração dos conceitos visando a eliminação das contradições. Esses legatários ensaiaram a universalização da filosofia, porém reduziram a mesma à condição de psicologia, negando a possibilidade da metafísica como ciência dos primeiros princípios.

Essa negação tem seu ponto base em August Comte, promotor do positivismo, corrente que defende que só o sensível é real. Para o positivismo, a metafísica é impossível, possível é só a ciência positiva. Theobaldo M. Santos aponta que Comte comete o mesmo erro

de Bacon, admitindo que a Filosofia dependa de outras ciências, reduzindo-a a mera classificação das ciências particulares.

Uma reação a estas questões ocorreu século XX por várias correntes filosóficas que necessitavam ultrapassar o fenômeno sensível, que é o terreno da ciência, para atingir a essência da realidade que é o campo específico da filosofia. Para Husserl, “a Filosofia é a ciência descritiva da essência”, indicando que cada corrente filosófica faz uma tentativa dessa superação, mas nem todas conseguem superar as limitações do idealismo e do positivismo.

Para nosso autor, somente em São Tomas de Aquino temos uma certeza do que seja Filosofia, pois as ciências particulares (modernas) não revelam uma visão ampla e profunda da natureza, assim, como não estimulam a hierarquia dos valores que regem o universo. O conceito de São Tomás de Aquino é que as ciências possuem valor relativo e são simples aproximações da realidade. Alguns cientistas, como Poincaré, Meyerson, Einstein, Jeans etc., apontam que o conceito acima é verídico, pois a ciência tem um raio limitado de ação, e não consegue atingir a essência da realidade.

Após o breve estudo do conceito histórico da Filosofia, Theobaldo M. Santos aponta que a Filosofia é uma ciência do espírito, e sua história está imiscuída com a história do progresso da civilização; por isso, seu desenvolvimento é uma obra de todas as épocas, de todos os filósofos, da tradição. E essa Filosofia significa conhecimento e tem uma natureza específica, que se distingue do conhecimento empírico ou vulgar, conhecimento científico particular e conhecimento revelado ou teológico.

O conhecimento empírico resulta da observação comum dos fenômenos; já a Filosofia procura conhecer as causas. O conhecimento científico tem um local para análise específico e restrito, a Filosofia procura conhecer toda a realidade, não analisando um setor único. O conhecimento revelado ou teológico tem como objeto a transcendência, por isso não tem comprovação discursiva, sua aceitação são as verdades reveladas sobrenaturalmente. Tudo que existe relacionado ao objeto material da Filosofia se caracteriza pelo que é acessível à inteligência humana; o objeto formal da Filosofia é a causalidade primeira, ou seja, o estudo de tudo que existe, excedendo ao veredito das ciências particulares, pois sua investigação vai além das causalidades remotas e atinge a causalidade primeira.

A importância da Filosofia faz-se estar, portanto, mesmo que as ciências particulares não dependem exclusivamente da Filosofia, porque são independentes, pois “sem a filosofia não poderão conhecer jamais precisamente a situação e a importância da sua especialização científica no conjunto dos conhecimentos humanos”. Para o filósofo Jaques Maritain, sem a

soberania da Filosofia sobre as ciências não há ordem e nem equilíbrio para a inteligência humana.

As investigações filosóficas tem um caráter crítico e reflexivo; é seu papel julgar o valor e a legalidade dos métodos empregados pelas ciências particulares e sua característica maior é sua função normativa e valorizadora: à filosofia cabe a interpretação da realidade universal. A síntese do autor em relação à natureza da filosofia segue a definição de Aristóteles e São Tomas de Aquino: “a filosofia é a ciência da universalidade” e por isso é um sistema de conhecimentos naturais.

Após a verificação desta natureza filosófica, Theobaldo M. Santos apresenta seu âmbito de ação para tomar conhecimento de seus problemas principais, onde se faz necessária uma divisão em partes fundamentais: a Filosofia especulativa, que compreende primeiro ou a Metafísica, e a Filosofia da natureza, que procura conhecer por conhecer. A Filosofia prática abrange a filosofia moral ou ética e a filosofia da arte ou estética.

Para tais entendimentos é necessário o estudo da lógica que fornece as normas que a inteligência deve seguir para aquisição do saber. Conclui-se que, se o estudo da filosofia deve começar pela lógica, as principais partes da filosofia são: Lógica, Metafísica ou Filosofia primeira, Filosofia da Natureza, Filosofia Moral ou Ética e Filosofia da Arte.

A Lógica se define como a ciência das leis ideais do pensamento, baseados em princípios universais. Constitui uma arte do pensar, e seu objetivo principal é o estudo da inteligência, fornecendo ao filósofo o instrumento e a técnica necessários para a investigação da realidade. O raciocínio deve ser justo, portanto, a Lógica se estabelece em duas regras: a primeira em regras absolutas, universais e aplicáveis a qualquer espécie de matéria, a segunda em regras especiais, porque dependem da natureza do objeto.

A Metafísica ou Filosofia primeira é a ciência das primeiras causas e dos primeiros princípios, é a própria Filosofia no sentido mais elevado. Sua finalidade é estudar as conclusões últimas a que nos pode levar o estudo dos seres e fenômenos:

O ser enquanto ser, o ser nos seus princípios supremos e nas suas razões fundamentais, não como se nos revelamos fenômenos, mas tal como é, independente e superior às suas manifestações sensíveis, eis o objeto da metafísica. Podemos, portanto definir a filosofia como ciência do ser em oposição ao parecer, a ciência do absoluto, em oposição ao relativo, a ciência do incondicionado em oposição ao condicionado (SANTOS, 1942, p.28).

Seu objeto próprio é o domínio da razão. O ser que existe em si é imperfeito, é relativo e dependente de outro ser verdadeiramente absoluto necessário e eterno, que é Deus, ou a

causa primeira e princípio primeiro de tudo quanto existe e, por excelência, o objeto da Metafísica. A filosofia de Deus ou teodiceia é o ponto culminante dos problemas da metafísica. A Metafísica também pode ser dividida em: Ontologia, que estuda o ser em si, e a Criteriologia, que estabelece a teoria e a crítica do conhecimento. A metafísica é especulativa, abstrata, dedutiva e indispensável como fundamentação teórica para a solução de qualquer problema de natureza filosófica.

O autor afirma que a todo o momento, estamos metafisicando. Quanto à Filosofia da Natureza, é conceituada como o estudo do ser concreto e particularizado. Devido aos problemas centrais da Física, da Biologia, da Antropologia, e da Psicologia, toma os nomes de Cosmologia racional, Biologia racional, Antropologia racional e Psicologia racional.

A Filosofia Moral e Ética é o estudo do agir humano enquanto livre e pessoal. É a ciência que trata do uso do homem em relação à sua liberdade. A moral, segundo Theobaldo M. Santos, é a ciência essencialmente normativa, que estuda a ação humana. Versa sobre os problemas de valor, de finalidade, de direito e de justiça. A Ética é uma ciência normativa que deve dirigir a ação livre e pessoal do homem.

Por último, o autor conceitua a divisão da filosofia em Filosofia da Arte como o estudo do fazer humano – também nomeada impropriamente de Estética –, que é essencialmente prática, e seu objeto é o estudo das obras humanas do ponto de vista dos princípios universais. Versa sobre os problemas da essência da arte, da natureza do belo, das regras e divisão da arte, das relações da arte com a moral.

A conclusão do autor é que para a Filosofia da Educação, as partes que mais interessam são: Filosofia da Natureza, visando o estudo da natureza psicológica e biológica do educando, e a Filosofia Moral, que se interessa pelas finalidades educacionais, valores pedagógicos e normas práticas da boa conduta individual e social.

2.3.2 A Educação e a Filosofia

Segundo Theobaldo M. Santos, a ciência formula uma explicação integral do universo, teorizando sobre o que é a realidade, com uma posição contrária às concepções do positivismo comteano e do idealismo. Essas explicações permitem uma amplitude em sua visão cognitiva, podendo admitir a racionalidade total do universo. Diante dessa intensidade, segundo o autor, a ciência só focaliza sistematicamente os elementos suscetíveis de medida. Não capta as qualidades sensíveis do mundo que nos rodeia.

Porém, ainda existe, em todo o percurso da ciência moderna, um mérito: ela não perdeu a dependência da esclarecida especulação filosófica. Assim, ele se posiciona sobre a formação dos cientistas, mencionando que eles não têm necessidade de se tornar filósofos, mas não podem deixar de ser influenciados pela especulação filosófica.

Cientistas como Poincaré, Eddington, Einstein, entre outros, por mais que testem suas experiências, se aperfeiçoam teoricamente pela filosofia. O autor ainda apresenta que o pensamento moderno de Comte e Bacon, Willian James e Bergson, mutilaram o pensamento de São Tomás de Aquino, negando as qualidades da essência do ser. Se o objeto material da filosofia é “tudo que existe e que é acessível à inteligência humana, o seu objeto formal é por consequente, a casualidade primeira, a razão fundamental de todas as coisas”.

Por esta razão Theobaldo M. Santos aponta que, pelo seu objeto material há na dependência da Filosofia para com as ciências particulares, e quanto ao objeto formal (a razão de todas as coisas), ela supera as ciências particulares, pois investiga as casualidades supremas de toda a ordem existencial.

Essa discussão sobre a Filosofia e as ciências particulares serve para nos esclarecer o lugar que a Pedagogia ocupa na classificação das ciências. Para Theobaldo M. Santos, os cientistas e suas concepções pedagógicas apresentam posições diversas em relação à pedagogia: os pragmatistas postulam a pedagogia somente como ciência da educação, visto que negam à Pedagogia qualquer autonomia, pois a especulação se subordina à ação, à teoria e à prática.

Já o pensamento dos sociologistas traduz a educação como fenômeno social e a Pedagogia como sociologia educacional. Estes acreditam que a pedagogia é uma ciência normativa, uma teoria prática, que deverá ter como apoio integral a biologia, a psicologia e sociologia. Portanto, a Pedagogia, na apreciação de Theobaldo M. Santos, é uma ciência que está fora de toda a especulação filosófica. Também os idealistas concordam que a Pedagogia seja realmente uma ciência normativa, somente um ramo da Filosofia.

Os pedagogos Culturalistas, cujo representante é Roura-Parella, mostram a Pedagogia como uma teoria dos meios educativos, e apostam numa união entre uma Pedagogia empírica e normativa. Parella é favorável ao Criticismo que une o “a posteriori do empirismo com a priori da especulação filosófica”. O posicionamento crítico de Theobaldo M. Santos se dá no sentido de que tanto os cientistas naturalistas e os que defendem uma pedagogia sociologista que balizam a natureza e a sociedade como fonte suprema de toda a realidade.

Para o autor, a Pedagogia é um ramo da ciência do espírito e não como um setor das ciências naturais: ela é a ciência que forma o homem. A educação suplanta a técnica e a arte, tem autonomia, possui objetivos próprios, e seu objeto é a educação do homem. Os problemas da educação como os fins, os meios, os métodos, os valores, pertencem ao domínio da Pedagogia:

Daí o erro dos que limitam arbitrariamente, esse âmbito, reduzindo a um os seus aspectos parciais. É o que acontece com o biologismo pedagógico dos naturalistas, com o sociologismo pedagógico dos idealistas cientistas e com o fisiologismo pedagógico dos idealistas (SANTOS, 1942, p.67).

O cubano Aguayo se posiciona contrário a essas perspectivas, denunciando que a Pedagogia não é uma técnica e nem tão pouco uma ciência natural, ela é uma ciência autônoma. Existe uma dependência de outras ciências, porém não está subordinada a nenhuma delas: a Pedagogia participa do caráter dessas disciplinas, porém somente do ponto de vista de sua inclusão na da educação.

Na defesa da Pedagogia como uma ciência da educação, como ciência autônoma, com objeto específico, estão os nomes de pedagogos modernos como: Max Scheler, Willmann, Ettlínger, Krezchmar e Aguayo. Essa autonomia não é absoluta, pois a Pedagogia e as outras ciências necessitam da especulação filosófica. Tal certeza o autor exprime, pois nenhuma ciência poderá sobreviver sem uma concepção integral de homem, da vida e do universo.

Concepção que está presente, segundo o autor, em toda teoria, seja ela, pedagógica, social, política ou econômica. Todo pensamento de doutrinas científicas, artísticas ou literárias estão intimamente ligadas a um conceito filosófico. E, sobre as concepções pedagógicas, esse ponto de vista integral de vida se faz presente com muita intensidade.

O filósofo Franz De Hovre explicita que o pedagogo não cria doutrinas pedagógicas, mas está intimamente ligado tanto às perspectivas históricas quanto aos sistemas filosóficos. O pensador é o responsável por criar os fundamentos pedagógicos. Ainda de acordo com De

Hovre, a escola é uma força conservadora, não criadora; ela somente segue e concretiza os postulados das ideias que “empolgam o espírito e revolucionam a vida”.

Ao conceituar a Pedagogia, Theobaldo M. Santos a afirma como uma ciência do espírito que se constrói não somente pelo gênio humano, mas também como uma continuação da tradição, de forma que a sua história é muito importante para a pedagogia geral. A evolução das formas e tipos de educação constitui uma introdução aos estudos da pedagogia sistemática.

Alguns historiadores sugerem que a história da pedagogia está imbricada nas fases da civilização, o que gera, para Theobaldo M. Santos uma discordância: se a civilização não reflete a evolução da educação, só podemos relacionar as etapas históricas da educação com a evolução do pensamento filosófico.

A educação está relacionada com uma concepção de vida. E, sendo Deus o criador da vida, ela pode ser compreendida em três concepções:

a) Concepção Pagã, em que existe uma confusão entre Deus e o mundo; seus representantes são os povos da Antiguidade Ocidental e Clássica. Na educação o paganismo pedagógico abrangeu Grécia e Roma.

B) Concepção transcendentalista da vida, em que Deus é considerado um ser supremo e se distingue do mundo e do homem; foi dominante durante a Idade Média, propugnada pelo cristianismo. A educação transcendentalista abrangeu a educação dos primeiros séculos do Cristianismo.

c) Concepção Naturalista, a última estabelecida pelo autor, em que se nega Deus e se exalta o homem e a natureza. Seu domínio está entre os povos do Ocidente, desde o Renascimento e, segundo Theobaldo M. Santos, ainda se fazia presente em seu momento. A concepção Naturalista se faz presente na educação, apesar das reações anti-naturalistas que ocorreram desde século XIX.

Para nosso autor, tais divisões históricas não se caracterizam somente entre estes períodos estabelecidos, mas, em qualquer tempo, as concepções pagã, transcendentalista e naturalista se fazem presentes. Essas divisões apresentadas no formato de esquema são as que se destacam na paisagem histórica da pedagogia. Ainda nesta caracterização da Pedagogia, quanto à sua evolução histórica, o autor acrescenta algumas subdivisões.

A concepção do paganismo pedagógico se divide em duas formas de educação: o tradicionalismo pedagógico e o humanismo pedagógico. A primeira forma se estabeleceu nos seguintes tipos de educação: Educação Hindu, Chinesa, Egípcia, Hebraica e Persa. Em todo o Oriente Médio, a cultura oriental teve um caráter essencialmente tradicionalista (SANTOS,

1951, p. 357). A segunda forma de educação, na concepção do paganismo pedagógico, caracteriza o Humanismo pedagógico, cujos representantes foram os povos das culturas gregas e a educação greco-romana.

A concepção do Transcendentalismo pedagógico se divide em: cristianismo pedagógico, cujos representantes são a educação Patrística, Monástica e a educação Escolástica; medievalismo pedagógico, em que se distingue a educação feudal ou cavaleiresca, e a árabe ou islâmica. Em uma edição posterior, o autor acrescenta outra divisão, a educação apostólica (SANTOS, 1951, p.390). Nesta mesma publicação, apresenta uma opinião sobre o período da Idade Média, discordando de autores que a apontam como um período das trevas. Para Theobaldo M. Santos, foi um período frutífero e cheio de vida e luz, caracterizado por uma imensa riqueza histórica.

O Naturalismo pedagógico, enfim, se estabeleceu por diversas formas de educação, fragmentando-se em múltiplas correntes individuais. Após o período Renascentista, a Pedagogia rompeu com a teologia, procurando tornar-se independente de qualquer tradição. Subordina-se Deus ao homem e o homem à natureza. Os pedagogos modernos se preocupam com os problemas metodológicos (SANTOS, 1951, p.415), e dividem-se em: neo-humanismo pedagógico, no qual se diferenciam a educação renascentista, a educação reformista, a educação contra reformista e a educação jansenista.

A outra divisão seria o Naturalismo pedagógico em sua essência: nele se sobressaem a educação realista, a disciplinar, a pietista, a enciclopedista, a naturalista, a filantropista, a idealista, a psicológica, a científicista, e, por fim, a espiritualista ou a reação cristã. Outra desdobra do Naturalismo pedagógico, segundo Theobaldo M. Santos, seria o neo-naturalismo pedagógico do século XX. Tem suas divisões no anti-naturalismo pedagógico, que é contrário ao naturalismo e se divide em três tipos: a educação espiritualista cristã, acristã e a educação neo-idealista.

Após caracterizar as divisões da história da Pedagogia, Theobaldo M. Santos menciona o motivo pela qual a fragmentação dessas correntes pedagógicas ocorreu nesse limiar temporal. O desequilíbrio do pensamento moderno foi a causa da essa crise em que se compartimentaram tais concepções de educação. Para o autor, isso é “um atestado vivo e eloquente da desorientação moderna na educação”.

Com isso, ele discute dois sistemas filosóficos ao analisar os fundamentos metafísicos das concepções pedagógicas atuais, o naturalismo e o anti-naturalismo pedagógico. De maneira resumida, o autor traduz as características dessas bases filosóficas: o primeiro sistema

contemporâneo se fundamenta na negação dos valores transcendentais, sendo o homem e o universo as fontes da realidade existente.

Suas inserções, na educação, remontam ao Renascimento e se subtraem das concepções do neo-humanismo pagão, do realismo, do racionalismo, do idealismo e do cientificismo (Positivismo e Evolucionismo).

Seus teóricos são: Rabelais, Bacon, Descartes, Rousseau, Kant, Fichte, Hegel, Pestalozzi, Froebel, Herbart, Comte e Spencer. Seu fundamento metafísico é uma Filosofia-naturalista e se baseia na evolução das ciências experimentais, com o desenvolvimento da indústria, o crescimento da máquina e a influência da política no terreno da educação. No Naturalismo pedagógico, perpassam e se mesclam duas concepções educacionais, o Cientificismo pedagógico e o Pragmatismo pedagógico.

O Cientificismo pedagógico tem suas bases na ciência experimental e afirma o domínio dos meios sobre os fins da educação. Nele se encontra a Pedagogia Naturalista propriamente dita e a Pedagogia pedocêntrica ou Tecnista. A pedagogia Naturalista é tratada pelos neo-evolucionistas, como Stanley Hall, neo-positivistas, como Mach, geneticistas, como Piaget, reflexologistas, como Pavlov, behavioristas, como Watson, dinamistas, gestalistas como Kofka, eidetistas, nos psicanalistas, como Freud, biopedagogistas, experimentalistas puros, e biotipologistas.

Já os representantes da Pedagogia pedocêntrica, ou tecnicista, podemos destacar: Reldie, Liez e Decroly. Tal corrente considera a educação como um problema técnico ou de método. A escola, nessa concepção, é um laboratório, e o educando e seu desenvolvimento são o meio e o fim de toda pedagogia. O Pragmatismo Pedagógico, por sua vez, se estabelece sobre os fins espirituais da educação.

Tem como divisões pedagógicas: Pedagogia pragmatista propriamente dita, que considera o conhecimento como um simples instrumento da ação e a utilidade como única característica da verdade. Seus teóricos são: William James, John Dewey e Kilpatrick. A Pedagogia individualista considera os atributos individuais como toda a finalidade da ação educativa; seus representantes são: Rousseau, Kant, Stuart Mill, Herbart e Spencer. A Pedagogia socialista, em que o homem é o produto do meio e da sociedade, é a base de toda a educação. Seus teóricos são: Kerschensteiner, Bergmann, Durkheim, Dewey e Kilpatrick.

Por último na Pedagogia nacionalista, cujo fundamento é o mesmo que o da socialista, o homem é simples produto da nação, sendo que os fins da educação são totalmente políticos. Suas representações na contemporaneidade são a educação Fascista e a Nazista. A primeira é representada por um partido, cujos representantes são Gentile e Radice; a segunda,

representada por Krieck e Beumier, tem seus fundamentos na representação da Nação como única raça, a ariana ou germânica.

O Anti-naturalismo pedagógico se baseia numa concepção espiritualista, onde Deus é subordinado ao homem e este à natureza. O homem é dotado de uma alma livre e imortal (p.74). O desenvolvimento dessa concepção, segundo Theobaldo M. Santos, se deu com o fracasso do absolutismo científico, como o positivismo, o evolucionismo, o desprestígio das soluções relativistas do idealismo de Kant, o renascimento da metafísica e a irradiação da religião cristã.

Divide-se em duas correntes educacionais, uma transcendentalista e outra imanentista. A primeira se afirma na crença de valores sobrenaturais e nelas destacam duas tendências: a Pedagogia espiritualista cristã e a pedagogia imanentista cristã.

Franz De Hovre está entre os representantes da Pedagogia imanentista cristã, já Dilthey está na lista dos intelectuais acristãos. A tendência imanentista se divide em numerosas sub-correntes, como: culturalista, fenomenológica (um dos seus representantes é Husserl), existencialista (representada por Heidegger e Karl Jaspers), Neo-Vitalista, finalista e a caracterologista.

Essas subdivisões permitem a fragmentação do que está, como menciona nosso autor, interligado numa concepção filosófica de homem, de vida e de universo. Para Theobaldo M. Santos, o processo de subordinar as concepções educacionais às de vida acontecem por diversos agentes pedagógicos acreditarem numa pedagogia exclusivamente técnica. Para ele, a educação é “uma atividade normativa”, tem um fim ideal, o da perfeição humana.

As concepções de homem, de vida e de universo são os fundamentos de um processo educativo, por isso não se deve “transformar o fim de um ideal num problema de método ou de técnica”. Para o autor, não existe uma educação sem filosofia. Em sua avaliação sobre o ato educativo, o que se afere é a dignidade da concepção de vida e não o rigor dos meios científicos: “Não se pode imaginar, portanto uma pedagogia neutra. É que o homem possui uma tendência irrepreensível para o absoluto, quando não adora Deus, adora um deus”.

2.3.3 A Filosofia da Educação

Na perspectiva de Theobaldo M. Santos, a Filosofia da Educação é uma teoria crítica e normativa da educação e se distingue das demais ciências educativas. Sua importância se dá pelo fato de que a avaliação dos problemas pedagógicos da educação deve ser analisada pelos fundamentos filosóficos. As questões dos fins e dos meios, ou dos ideais, só podem ser reveladas à luz da filosofia da educação.

Suas características podem ser analisadas de um ponto de vista sintético, crítico ou normativo. No primeiro aspecto, estuda-se a educação como um processo integral, e seu objeto é a natureza do ser humano; na questão crítica, a prática educativa é o objeto de estudo, sendo os métodos, os valores, o educando e os agentes da educação analisados em seus aspectos fundamentais; por fim, o teor normativo se caracteriza pela Filosofia da Educação deter os princípios, os ideais, as normas que devem reger toda a atividade educativa:

Põem em relevo a importância fundamental desta disciplina para a formação do educador, pois, permitem ao mesmo realizar a síntese dos fatos educacionais, fazer a crítica da conclusão das ciências e das técnicas pedagógicas e estabelecer os fins e propósitos da ação educativa (SANTOS, 1942, p.82).

Essa importância ainda é ressaltada no sentido de que contribui com o educador ao:

Dar uma iniciação geral sobre os problemas fundamentais da vida e do pensamento humano que são como que o fundo sobre o qual deverá ser desenvolvida a atividade educacional, tornar compreensivas as relações íntima profundas e orgânicas existentes entre a educação e a vida humana em geral, criar hábitos do pensamento crítico e reflexivo para que o educador tenha uma intuição mais ampla e penetrante dos problemas educacionais e não apenas uma visão falha e superficial e fornecer uma consciência de valores culturais e morais[...], estabelecer normas gerais de ética profissional para os educadores (SANTOS, 1942, p.82).

Theobaldo M. Santos acredita que a Filosofia da Educação tem sentido amplo, e uma relação estreita com a Pedagogia, e vice-versa: de modo que as disciplinas devem ter um contato estreito uma com a outra, pois, se a gênese da pedagogia é o estudo do ideal da educação, a da Filosofia é a concepção da vida.

A formação de filósofos e educadores deverá ser diferente, pois não é conveniente que o filósofo receba uma formação técnica e metodológica. Theobaldo M. Santos faz uma crítica

ao filósofo John Dewey e ao idealista italiano Giovanni Gentile que, segundo ele, reduzem a Filosofia a uma teoria geral da educação.

Na concepção de Franz De Hovre conforme Theobaldo M. Santos, a importância pedagógica da Filosofia consiste em sistematizar os problemas pedagógicos, que não podem ser analisados através das técnicas e dos métodos, mas por meio de suas ideias filosóficas, de sua concepção de vida. Por isso realiza tais censuras às Pedagogias: naturalista de Spencer, pragmatista de Dewey, socialista de Durkheim, e idealista de Gentile.

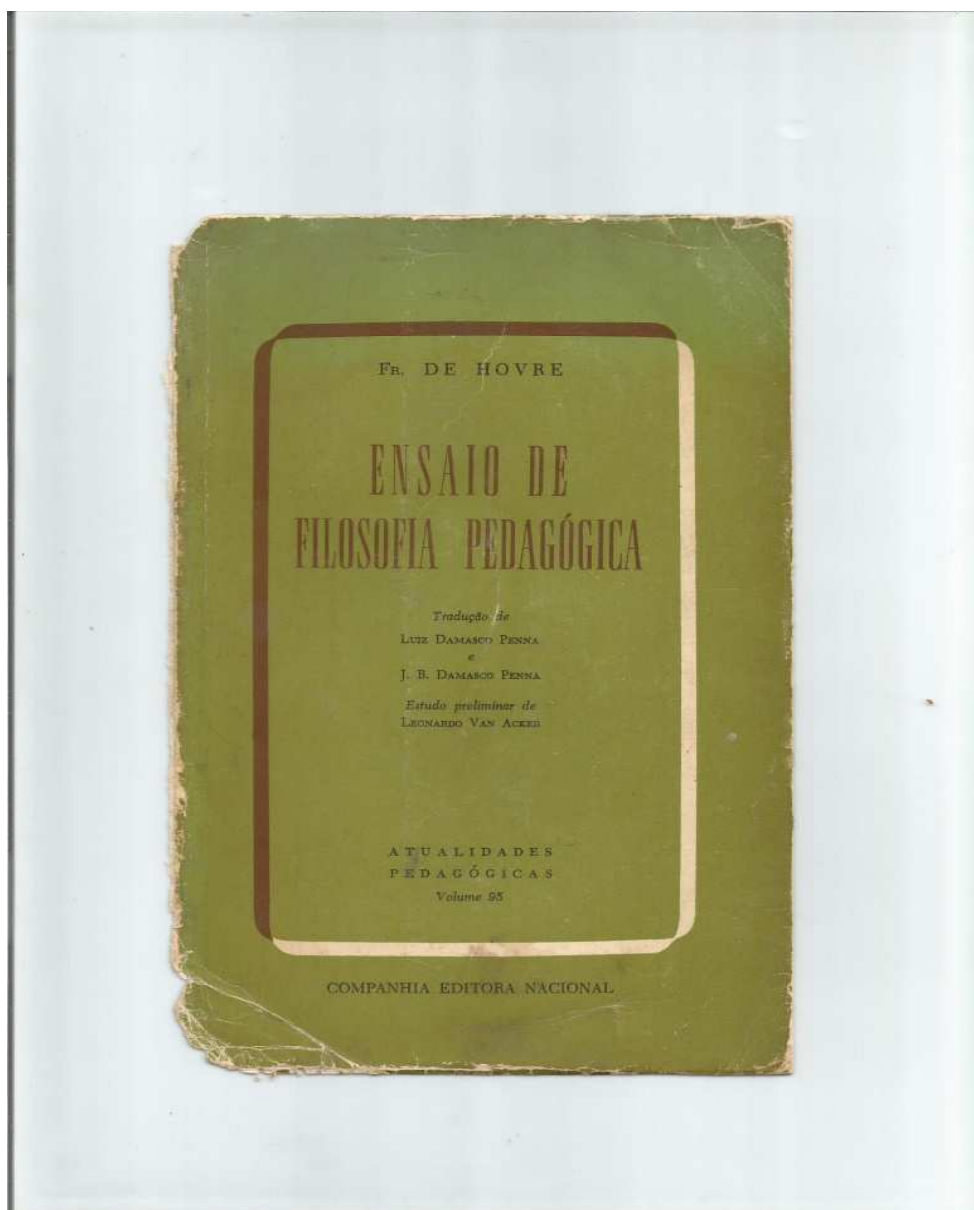


FIGURA 15: DEMONSTRAÇÃO DA CAPA MANUAL DE FRANZ DE HOVRE: 1969 – COMPANHIA EDITORA NACIONAL.

Para o autor, a concepção de educação depende do conceito de homem, sua natureza e seu fim; neste caso a Pedagogia salutar deverá se pautar na concepção da vida, do homem e do universo. De Hovre acredita que a importância filosófica da Pedagogia se baseia em relações mútuas, comparando-a a uma “pedra de toque”, pois ela tem um espaço propício para as doutrinas filosóficas, fazendo com que elas se tornem mais atraentes e compreensíveis.

Para o autor, os aspectos filosóficos, em relação à educação na sua época, tiveram um crescimento salutar, pois o cientificismo acreditava que tudo poderia ser resolvido com uma “varinha de condão”; com isso, faz uma crítica aos estudiosos da técnica experimental. Para ele, há um consenso, de maneira geral, dos cientistas a respeito das contribuições da Filosofia da Educação sobre diversas questões, assim como de que a experimentação científica precisa ser completada com a especulação filosófica.

Quanto às questões pedagógicas, a influência da Filosofia e faz presente por estarem intimamente conectadas e também pelo reconhecimento de algumas concepções pedagógicas modernas que consideram a educação com um caráter puramente técnico. Theobaldo M. Santos utiliza-se de Maritain, ao descrever os preconceitos que a Pedagogia moderna sofreu na contemporaneidade. Para o filósofo francês ao considerar o homem como objeto, a psicologia científica descaracteriza a personalidade humana, tornando-se uma categoria das ciências dos valores.

Ademais, para o francês, o erro da Pedagogia moderna foi basear a Pedagogia sobre a Psicologia, pois a última não é suficiente para realizar a análise da obra integral da ação educativa. A educação só se realiza quando a criança se adapta ao educador, à cultura, às verdades, mas o educador também deverá se adaptar ao educando.

Por fim, apresenta que as Pedagogias modernas se expressam em reduzir a Pedagogia a uma simples metodologia. As questões metodológicas como método, organização do trabalho pedagógico, como os programas curriculares, não deverão estar em primeiro plano. Os erros evidentes, segundo Maritain, fazem com que os educadores modernos se percam ao sobrepor a técnica, os métodos sobre a concepção de vida, de homem e de mundo que prevalecem à sua vida de educador.

2.4 Os “Problemas filosóficos da educação” no *Manual de Filosofia da Educação*, de Theobaldo Miranda Santos.

Dr. Alceu tenho pensado muito sobre a necessidade que temos de publicar uma série de livros didáticos para o curso normal (psicologia, sociologia, etc.) de orientação católica. Precisamos fazer frente à massa de livros pedagógicos de orientação naturalista que infesta as nossas escolas normais, e que cada vez ganha mais terreno em face da inexistência e de livros católicos do mesmo gênero (Theobaldo Miranda Santos, 1935).

À segunda parte da tábua de matérias Theobaldo M. Santos nomeou de “Problemas filosóficos da Educação”; nessa seção ele conceitua Os Fins da Educação, O Educando, Os Métodos da Educação, O Educador, a Aprendizagem e A Disciplina. O *Manual* estudado apresenta uma análise dos principais conceitos estabelecidos pelo autor à luz dos problemas da Pedagogia moderna.

A respeito dos fins da educação, o autor apresenta o conceito de fim na visão de Aristóteles e Sto Tomas de Aquino. Neste tópico ele pontua as várias concepções como o materialismo e o mecanicismo na filosofia Moderna que negam a o principio da finalidade trazendo Descartes e Spinoza como coadjuvantes. Apresenta também Durkheim e Dewey como pensadores essencialmente afinalistas.

O atraente dessas questões sobre o conceito de Fim, percebemos quando na defesa de Aristóteles e Sto Tomas em contraposição aos biólogos ou neo-vitalistas. O autor afirma que essas duas teorias não expõem nenhuma novidade, visto que os dois filósofos já haviam chegado às mesmas conclusões pela via da especulação filosófica.

A finalidade da educação, a natureza do ideal educativo na qual o autor defende está alicerçada no Cristianismo (SANTOS, 1942, p. 102), já os fins e os meios da educação só será possível diante da elevação espiritual da personalidade.

No Cap. IV ao tratar questões sobre o educando, esclarece que o processo educativo não possui limites temporais e a educação dos adultos se reveste de maior importância do que a educação das novas gerações (p. 110). Outro item se refere ao Educando e a Biologia onde é caracterizado a corrente pedagógica derivada do naturalismo pedagógico conhecido como Behaviorismo. O autor sugere que ao educador um estudo amplo e profundo dos caracteres orgânicos do educando, para conduzi-lo aos ideais superiores que dignificam a existência humana. A psicologia, as concepções da natureza humana e a educabilidade do homem estão neste estudo que envolve o educando.

A questão dos Métodos da Educação, o autor explica que a escolha de um método não é arbitrária e a função do método didático deve constituir, portanto, em provocar, estimular e dirigir a atividade do educando. Prossegue trazendo a evolução dos métodos didáticos, tecendo críticas a Rousseau, Dewey, porém elogia os métodos alemães como de Spranger, Scharrehman, Schneider e Lehmann. O autor termina o capítulo sobre Métodos didáticos pontando uma classificação dos mesmos censurando o método de projetos e o método dos centros de interesses elaborados por Dewey.

Quanto ao capítulo VIII sobre o Educador, Theobaldo M. Santos esclarece quem o conceito de educador é muito amplo, educadores são os sacerdotes, o filósofo, o estadista, o magistrado, os pais, os grandes escritores em geral (SANTOS, 1942, p. 179). A ação educativa é um item tratado pelo autor onde os métodos de estudo do educador são delineados. A qualidade do educador também é um assunto de pauta neste capítulo.

A aprendizagem é mencionada no capítulo IX como um grande problema da pedagogia moderna. Defende que não só a teoria do método didático como a organização do, plano de estudo e a própria técnica do ensino contribuem para a solução deste problema (SANTOS, 1942, p. 196). Sto Tomás é na opinião do nosso autor sendo aquele que fez da aprendizagem um dos temas das suas especulações filosóficas. Tais especulações não foram ultrapassadas pelas teorias modernas contemporâneas.

O último capítulo da segunda parte, ou seção, sobre os problemas filosóficos estabelecidos pelo autor se refere à disciplina. Esta seria um grande problema da educação e é um fator básico e precípua de toda ação educativa. Os regulamentos escolares e alguns métodos como vivos e ativos são responsáveis pela indisciplina escolar.

Os educadores modernos recebem uma dura exortação sobre como estes ignoram a inexistência da disciplina. Claparèd e Dewey são indicados como tais pedagogos modernos. Prêmios e castigos são aplicados erroneamente pela educação renovada segundo o autor. Os castigos de recompensa moral como elogio, estima do mestre, confiança manifesta do educador e distinção honorífica fazem parte de sua preferência (SANTOS, 1942, p. 224).

Sua conclusão é pertinente ao fato de que sem amor não se realiza o ato educativo. Somente por amor podemos conhecer nossos alunos em sua visão. Pestalozzi, D. Bosco realizou um trabalho semelhante ao penetrar a alma misteriosa da criança pelo amor. Este é para o autor uma força motivadora da educação e da disciplina.

Optamos por trabalhar os conceitos dos Fins da Educação do Educador e da Disciplina, mediante os textos muitos extensos não tivemos folego para uma investigação maior.

2.4.1 Os fins da educação

O conceito de “fim” expresso por Theobaldo M. Santos remonta ao de Aristóteles e de São Tomás de Aquino: todo ser que existe é regido por uma finalidade como resultado da ação, quer da natureza, quer da vontade. Um exemplo citado pelo autor são os animais que, por um instinto útil, favorecem o homem, ou que cada ser vivo está adaptado à função que deve exercer. Todos os exemplos admitem o princípio real da finalidade.

Para Theobaldo M. Santos, a negação do princípio da finalidade é devedora de Descartes e Spinoza, na concepção da Filosofia moderna, e revigorada pelos representantes do naturalismo pedagógico, como Darwin, Spencer, Haeckel, Taine, todos os autores afinalistas. A ciência da matemática é que, segundo o autor, faz a abstração da finalidade. As ideias do materialismo e do mecanicismo discorrem que a natureza e a vida são essencialmente afinalistas, sendo resultado de ações mecânicas.

O autor expressa que, na Sociologia de Durkheim e na Pedagogia de Dewey, é possível encontrar, apesar de reações contrárias, caracteres afinalistas. Essas reações, no plano da Filosofia, perpassaram por Boutroux, Eucken e Wilmann, na Psicologia, por Dilthey, Stern, Spranger, que foram os responsáveis por trazer, para a atividade psíquica, o seu caráter intencional e finalista. O fenomenólogo Husserl concorda, ao apontar que “a intencionalidade é o que caracteriza a consciência”.

Nessas reações contrárias ao anti-mecanicismo, em que se situa Theobaldo M. Santos, também se expõe, no campo da Biologia, os neo-vitalistas que reconhecem a autonomia da vida, defendendo que não é possível reduzi-la a “processos mecânicos”. Os biólogos modernos elegeram o caminho que Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, pela especulação filosófica, já teriam afirmado: “os seres vivos organizados vivem porque há neles um princípio de vida, produzindo sua forma essencial e agindo em vista de um fim”.

Para o autor, a finalidade é o princípio que rege todo o universo. Para ele, a obra educativa não deve desprezar a finalidade, porém os fins da natureza não se confundem com os dos homens. Por ser um ser espiritual, o homem se difere no aspecto da transcendentalidade:

Relacionada com as finalidades que regem a vida humana, existe uma hierarquia de valores que subordina a matéria ao espírito, a natureza à graça. Os valores físicos se devem, portanto, subordinar aos valores intelectuais e ambos aos valores morais e espirituais (SANTOS, 1942, p.95).

O homem, ser livre e racional, pode optar pela finalidade. No sentido da ação educativa, a hierarquia deve ser preservada: o agente educativo é quem conduz a criança a uma ação consciente de que é um ser livre, porém não sendo capaz de realizar os fins naturais e espirituais em sua plenitude. A educação não resulta somente da influência da natureza ou sociedade, mas sim de uma ação intencional.

A consciente propõe um determinado fim, a perfeição física, intelectual e moral de que todo educando necessita. A educação deve ser parte deste fim, deve ser um ideal de vida. Esse ideal é conhecido como o ideal educativo; a educação, como um processo finalista, almeja pelo ideal da perfeição humana. Educa-se para um ideal, que deve ser o objetivo da educação. Krieck, nas palavras do autor, aponta que a educação sem teleologia é comparada a uma construção sem projeto.

Também Foerster é citado, ao acentuar que o sistema pedagógico é marcado por um fim ou um ideal. A educação depende exclusivamente do ideal educativo; para o pedagogo cristão na versão de Foerster, a Pedagogia gira em torno de um ideal que reflete uma concepção de vida; assim, uma Pedagogia sem finalidade não é uma Pedagogia.

Segundo Theobaldo M. Santos, os pedagogos contemporâneos insistem em negar os fins da educação e John Dewey seria o representante máximo do pragmatismo pedagógico americano no qual sua tese era fazer da educação um fim em si mesmo. Na concepção de Dewey, a educação é a vida e a vida é o desenvolvimento, e este é um fim em si mesmo. Contrário ao ponto de vista de John Dewey, pois em sua opinião, não se pode reduzir a educação ao desenvolvimento.

Rui Ayres Bello concorda com Theobaldo, ao mencionar também que há contradições na concepção de Dewey. Para Dewey, a democracia é o ideal da educação, porém ele demanda a inexistência de fins educativos na educação. Autores como Claparéd, Decrolye e Gurlitt também consideram como Dewey, a educação como desenvolvimento. Segundo Theobaldo M. Santos, essa consideração vem de influências do naturalismo evolucionista de Spencer e do otimismo antropológico e Rousseau.

O caráter da negação da ação educativa está na concepção desses educadores modernos, de que a criança é o meio e o fim da educação. Assim, essa é vista como um processo natural e espontâneo e se condiciona por meio da natureza ou sociedade. Um ambiente favorável possibilita a realização da ação educativa ao desenvolvimento livre e autônomo.

Na contramão, o filósofo Kriek pontua a Pedagogia moderna como supressão da finalidade da ação educativa, obtém da natureza da criança e do fim da educação. Já os que defendem a pedagogia pedocêntrica, os discípulos de Rousseau, acreditam que os objetivos da educação são meramente técnicos. E os pedagogos cristãos não veem no desenvolvimento um fim, e sim um meio para a consecução de valores e ideais.

Também a posição de Aguayo pontua que o desenvolvimento espontâneo da criança não deve ser tolhido, mas sim orientado pelo educador a fim de alcançar os ideais superiores que elevam e dignificam a vida humana. O dever de conduzir o educando, com paciência e respeito, é a tarefa do educador: nisso consiste seu verdadeiro trabalho.

Quanto à natureza do ideal educativo, os cientificistas, os naturalistas ou tecnicistas afirmam ser as ciências particulares são responsáveis por fornecer um ideal. Segundo Theobaldo M. Santos, as ciências não são capazes de formular uma concepção de homem e de vida, pois a ciência somente verifica os fatos. Por isso não consegue estabelecer “uma hierarquia de fins que sirva de fundamento ou de diretriz à ação educativa”. Para Poincaré, as ciências particulares somente fazem verificações, o que impossibilita de traçar normas e práticas de condutas.

Na apreciação de Theobaldo M. Santos, somente a Filosofia e a religião podem fornecer a finalidade da educação, por ela ser um problema de valor. Da Filosofia e da religião pode extrair uma concepção de vida, homem e universo. Segundo Cohn, os fins da educação esclarecem todas as questões da Pedagogia, porém, também, são dependentes das teorias pedagógicas e das doutrinas filosóficas; tal é o fato de existir tamanha diversidade dos ideais educativos fornecidos pelo sistema filosófico-pedagógico.

Essa dependência acontece porque, a cada época ou período, são diferentes as concepções dos tipos de educação dos povos. Cada concepção explica o sentido do ideal educativo; por exemplo, no Naturalismo, a concepção do ideal educativo é a natureza; para o idealismo, o espírito; para o individualismo, o indivíduo; para o marxismo, a classe; para o culturalismo, a cultura; e para o cristianismo, o amor do bem, do próximo e de Deus.

Para o autor, o ideal da educação está intimamente ligado a uma concepção de vida, independente das condições sociais, políticas ou econômicas de cada povo ou época. Por essas variações dos fins da educação, de cada época e de uma nação, vários filósofos e educadores formularam o conceito da finalidade da educação.

Para Platão, o conceito de finalidade de a educação é dar ao corpo e à alma a perfeição do que são capazes; para Comenius, a bem aventurança eterna; para Locke, a virtude; para Rousseau, a natureza; para Kant, a própria perfeição e a felicidade dos demais;

para Herbart, a força e a moral do caráter; para Stuart Mill, elevar o grau da cultura; para Comte, criar o hábito de fazer prevalecer a sociabilidade sobre a personalidade, entre outros.

Para o pedagogo cristão Kriesck, a finalidade da educação deve vir das esferas de valores espirituais. Essa variabilidade dos ideais da educação, conforme apontou Theobaldo M. Santos, expressa também a opinião do sociólogo Emille Durkheim e dos pedagogos relativistas, que negam que a educação tenha fins absolutos e essenciais. Defendem que todas as intuições humanas são simplesmente reflexos do seu meio social.

Nosso autor, por sua vez, defende que o Cristianismo, a concepção de vida em que ele acredita, repousa sobre princípios sólidos e imutáveis, sendo o Cristianismo uma concepção perfeita e integral devida, e não é um sistema filosófico que se baseia no pensamento humano: a revelação divina é o alicerce da mensagem de Cristo. Destacam-se, então, duas espécies de fins da educação: a primeira, fins relativos e acidentais, e a segunda, os fins absolutos e essenciais.

Os fins relativos são alcançados mediante a formação integral da personalidade humana; já os fins essenciais têm em Deus o modelo de formação ideal, o fim último do homem. A obra educativa deve se relacionar com Deus, que é a fonte eterna de toda existência humana; portanto, a educação deve ser orientada pelo supremo criador, e ter em Deus o único ideal. Os ideais educativos sofrem a influência das culturas dos povos de acordo com as tendências e tradições de cada país.

Por esta influência, a pedagogia católica varia segundo a cultura local em que está inserida. Nas palavras de De Hovre, quando o ideal educativo for o centro da pedagogia e da didática, se faz necessária à aceitação de que existem vários tipos de educação. Como é o caso da educação étnica: a alma do povo, segundo o mestre de Anvers, reflete seu ideal educativo, revela suas características próprias.

Essa influencia ocorre também nas correntes educacionais naturalista, individualista e socialista, segundo Theobaldo M. Santos: “a pedagogia é uma chave da psicologia comparada dos povos”. É o caso da pedagogia alemã, que espelha sua cultura Além-Reno; o caso de Dewey que descobre grande parte da psicologia americana, etc.

A educação é um processo vital para a formação do homem, visto que ele possui características ontológicas múltiplas como, por exemplo: é um ser físico, intelectual, e moral. Também possui atributos da natureza humana, como ser social, cívico, profissional, e religioso. A educação deve atender todos esses caracteres, alcançando a personalidade humana, para que o homem atinja o ideal de perfeição. Esse ideal é acompanhado da intencionalidade, pois o homem também é um ser intencional.

Ao educador cumpre:

Promover a educação integral do homem, mediante a sua formação moral, a sua formação religiosa, a sua formação social, a sua formação cívica e a sua formação profissional [...], pois o fim último do homem é sua união com Deus (SANTOS, 1942, p.104).

Para que essa educação integral aconteça, são necessários três meios pedagógicos fundamentais para a realização da aprendizagem humana: a instrução, a educação e a cultura. Pela educação e instrução, forma-se a personalidade humana e pela cultura aperfeiçoa-se essa personalidade. Nessa hierarquia, a instrução deve se subordinar à educação e esta à cultura .

Para nosso autor a cultura é comparada a uma cúpula de um edifício, o alto grau da ação formativa da educação e instrução. Ela é aperfeiçoamento físico, intelectual, moral e espiritual do homem. A elevação espiritual da ação educativa é a finalidade suprema de todo processo educativo. Pela instrução se conhece a vida adquire conhecimentos, pela educação aprendemos a nos adaptar e pela cultura aprendemos a elevar a vida.

2.4.2 O Educador

O termo Educador é um conceito com amplitude. Na proposta de Theobaldo M. Santos, perpassa não só a formação profissional, mas também a indicada pelos filósofos, sacerdotes, magistrados, pais, e até a dos grandes escritores, que considera no patamar de educadores; ou seja, todos os que se dispõem a guiar o pensamento, a conduta ou a vida dos seus semelhantes. Esteia-se, ainda, nas ideias de Aguayo, principalmente sobre os atributos do Educador, que conscientemente influi sobre a educação do indivíduo.

Porém, no aspecto do Educador, não adere às ideias de Kerschensteiner, nem de Dewey e Krieck, para os quais o educador, como homem, influi voluntária e involuntariamente sobre a vida dos outros homens. De acordo com o autor:

Não negamos que a ação plástica e difusa que o meio social possa influir sobre a formação do ser humano e admitimos a existência indiscutível de uma educação espontânea resultante do trabalho incidental dos fatores mesológicos (SANTOS, 1942, p.179).

Desta forma, os conhecimentos e os hábitos são aprendidos quando ocorre a conscientização do indivíduo, de forma que compreende que a educação não é inconsciente. A ação educativa só acontece quando existe o direcionamento e a orientação na intencionalidade de educar: processo que só faz sentido se houver o propósito de obter uma mudança benéfica na conduta do educando, por isso necessita de profissionais especializados para tal realização:

Não consiste numa reação cega e inconsciente a estímulos externos, mas sim num processo consciente, lúcido e criador. Mesmo quando se realiza através do ensaio e do erro ou da imitação, implica sempre discernimento e compreensão daquilo que se aprende (SANTOS, 1942, p.181).

O autor explicita que a educação não se resume a uma mera adaptação ou socialização, mas em ação consciente, voluntária e intencional. A ação educativa está inteiramente ligada à autoridade da Igreja, pois a formação sobrenatural do homem, sua cristianização e sua segurança são tarefa exclusiva da Igreja de Cristo. Assim, a tarefa que a Filosofia da Educação ensina se traduz na ação dos agentes qualificados, como a Família, a Escola, o Estado e a Igreja. Devido à sua complexidade e seus múltiplos fatores vitais, é mister uma intervenção por parte destes agentes (SANTOS, 1942).

A personalidade do educador como mestre e mandatário e até mesmo mensageiro eterno de Cristo só foi possível por meio do Cristianismo, pois o autor considera que em outras épocas, como na Grécia antiga e no Renascimento a função de educador foi reduzida aos escravos e aos fracassados. Rousseau ao defender a educação pela natureza, apologizando o método negativo reduzindo o processo educativo ao desenvolvimento espontâneo da criança, colocou o Educador em segundo plano.

Também Comenius, Pestalozzi, Herbart e Froebel, ao valorizarem os métodos pedagógicos, desmereceram o papel do mestre, pois consideraram o Educador como um simples agente estimulador do desenvolvimento do educando. O sociologismo pedagógico de Durkheim e o naturalismo de Dewey corroboram para acentuar a desvalorização do docente.

Na visão do autor, somente na contemporaneidade, o papel do Educador tem crescido pela pedagogia da personalidade, juntamente com a concepção cristã de educação que também realça seu valor. Suas qualidades devem ser avaliadas para os que assumem tal missão: qualidades físicas, intelectuais e morais (SANTOS, 1942, p.181).

Theobaldo se refere à saúde do Educador: sem este quesito fundamental, não poderá assumir a tarefa árdua de lecionar. O equilíbrio orgânico e a normalidade dos sentidos

atestam, ao Educador, sua aptidão ao trabalho. Concomitante com a dignidade externa do mestre, no sentido de simplicidade e delicadeza de seus gestos, modéstia ao vestir e serenidade de suas atitudes, a saúde evidencia sua plena capacidade para a dignificante missão:

Riboulet se refere à virtude que existe no olhar de um bom mestre [...]. [...]Dupanloup dizia que na educação a palavra é um grande instrumento espiritual e moral: é o nobre órgão do espírito e do coração que se dirige à alma, penetra-a, ilumina-a, condú-la, cativa-a e domina-a. É a alavanca que tudo remove (SANTOS, 1942, p.188).

Quanto às qualidades intelectuais, a obra educativa exige do mestre uma visão geral dos grandes problemas do espírito. Não basta ter uma inteligência penetrante, mas ágil e flexível a fim de se ajustar à complexidade do processo educativo. Ao mestre profissional, requer-se cultura geral e uma ampla e sólida formação pedagógica por meio de um estudo teórico e prático da Filosofia, das ciências e das técnicas pedagógicas. A educação, na visão de Theobaldo, é uma obra não apenas de intuição e de sentimento, mas, antes e, sobretudo, de razão. Seu valor se mantém e aperfeiçoa pelo estudo.

O derradeiro quesito das qualidades do Educador são as competências morais, por isso, ele deve ser bondoso. A bondade deve ser a primeira qualidade do educador. Mas, ao afirmar sobre tal questão, o autor menciona que o mestre não deverá deixar de ser enérgico, nem mesmo de sacrificar sua autoridade, pois as consequências seriam a indisciplina dos alunos (SANTOS, 1942, p.189): ser bondoso não significa ser fraco; pelo contrário, para o sucesso de seu “apostolado educativo”, ele deverá se condicionar à delicadeza e à força, às branduras e à firmeza, à constância e à imparcialidade.

Sem tais atributos, o mestre não conseguiria suscitar, em seus alunos, a confiança, o apreço e a admiração. Esses elementos são vitais para que a obra educativa ocorra. Em suma, sem tais qualidades não se pode emprestar, à personalidade do Educador, a energia, a tenacidade e o heroísmo necessários para vencer a sua intensa jornada.

O Educador se resume a uma figura da prática educativa, na concepção de Theobaldo M. Santos; porém, suas qualidades, para cumprir sua missão, e os critérios a serem avaliados para que seja um bom mestre, perpassam pelo método histórico, dedutivo e indutivo. Seu propósito tem uma fundamentação e referência nos aspectos da aprendizagem, daí a importância de uma análise dos princípios desses pensadores da educação.

O método histórico procura discernir qualidades comuns dos antigos pedagogos existentes nos diversos períodos da história. Para o autor, Rousseau, Pestalozzi, Basedow, não

possuíam qualidades que pudessem ser apreciadas para a figura do bom mestre. Para Theobaldo, a explicação seria que a concepção de educação varia de acordo com a época e a própria concepção de vida dos educadores.

A este respeito, concorda com Kerschensteiner, “sobre [...] o tipo de homem teórico, de talento racional, [...] sintetizam suas forças na explicação dos fenômenos naturais, não podem compreender a alma dos indivíduos”, por isso, afirma que este método não fornece subsídios suficientes para determinar as qualidades da personalidade do Educador.

Também o método dedutivo sofre questionamentos, ao desarrimar a experiência pedagógica no ato educativo, generalizando o conceito de educação. O autor menciona que o criador deste método pode ser Dilthey, porém a predominância maior seria do grande pedagogo alemão Kerschensteiner. Este, com base nas teorias de Spranger, classifica as personalidades do Educador conforme os valores que orientam sua vida espiritual (SANTOS, 1942, p.183).

Tais valores seriam codificados em seis tipos psicológicos da vida do homem: teoria, estética, religião, sociedade, economia e política. Acrescidos a estes valores, predominam no espírito do homem: verdade, harmonia, vida eterna, amor, utilidade e poder.

Em síntese, o método dedutivo analisa a personalidade do Educador, que se resume, na visão de Kerchensteiner, a “um tipo de homem social, isto é cuja vida espiritual é dominada pelo amor ao próximo”. Theobaldo ainda pontua as opiniões de Max Scheler e Aloys Fischer, contrários a Kerchensteiner; já para o pedagogo alemão católico, Schneider, para se localizar as qualidades do bom mestre, é preciso se remeter à figura de Dom Bosco. Ao concluir a questão deste método, nosso autor traz a figura de Adolfo Rude que assegura ser este o método próprio para caracterizar a representação do educador.

Por último, a metodologia de estudo do Educador deveria ser o método indutivo. Segundo nosso autor, é o preferido dos autores norte-americanos, pois se baseia nas experiências pedagógicas e em fatos educativos. Há um rigor estatístico na verificação destas experiências (SANTOS 1942, p.185).

Estudiosos como A.S. Barr (1931), F.G. Bonser (1931), J.R. Shannon's (1928), são os autores destacados por seus trabalhos no assunto. O trabalho de F. G. Bonser destaca, por meio de um estudo na Commonwealth Teacher Training Study, com administradores escolares, vinte e cinco qualidades eficientes para o trabalho docente; entre elas: bom-senso, autodomínio, prudência, entusiasmo, magnetismo, adaptabilidade, amplitude de interesse, honestidade, cooperação, refinamento, fortaleza, liderança, saúde, simpatia, diligência, asseio, segurança,

cultura, originalidade, pontualidade, espírito renovador, espírito progressista, eloquência, simplicidade.

Já a pesquisa dos alemães: Schneider, Hylla e Doringe e Adolfo Rude, menciona a psicologia no trabalho de caracterização das qualidades morais do mestre, qualidade que variam entre a veracidade, justiça, autodomínio e paciência. Para os predicados pedagógicos, o mestre deve possuir atração e amor pelas crianças, sensibilidade artística, espírito criador, inteligência lúcida e cultivada, senso de medida e proporção, capacidade de adaptação à vida prática, treino no trabalho manual, aptidão para liderança, entusiasmo pela profissão.

Um item importante, nesta pesquisa, é a capacidade de o Educador motivar os valores que já existem nas crianças, oportunizando a educação no sentido religioso.

Na conclusão sobre o Educador, Theobaldo diz que estes métodos não são suficientes para a caracterização integral da sua personalidade. Assim, o método misto, aliado aos outros já existentes, seria o único responsável por tal tarefa. Sua opinião seria de que a vocação, dada por Deus, traduz-se pelo amor, compreensão ao educando, a fim de promover seu aperfeiçoamento. Esta vocação é a característica principal do educador e dela depende toda a sua eficiência.

2.4.3 A Disciplina

O conceito de Disciplina, estabelecido por Theobaldo M. Santos, no *Manual de Filosofia da Educação*, perpassa o conceito etimológico. Para o autor, o conceito é amplo, e se fundamenta em uma base psicológica que envolve os caracteres orgânicos e psíquicos dos educandos (SANTOS, 1942, p.220): Disciplina significa um processo integral no qual a personalidade e todas as forças psíquicas do educando utilizam-se adequadamente das energias da natureza humana por meio da luz da razão. Ela é o fator básico e precípua de toda ação educativa.

Para o autor, o professor é o responsável por dar uma orientação disciplinar a cada um dos seus educandos, adaptando as suas reações aos seus interesses, aos seus anseios. É necessário, portanto, que exista um conhecimento íntimo do mestre e do educando, elucidando sua gama de diferenças individuais.

As características da disciplina conduzem à noção ética de autoridade; sem essa, não há valor; ela se fundamenta no conceito de liberdade, “sendo estes os dois termos da equação disciplinar”. No ponto de vista do autor, a disciplina é uma questão de método adotado pela

escola, pois os métodos vivos e ativos, adaptados ao caráter psicológico do educando, favorecem seu aprendizado, criando condições para que ele se organize na realização do trabalho escolar.

Os regulamentos escolares e os processos rígidos e mecânicos estabelecidos no contexto escolar não permitem que os educandos manifestem sua criatividade, seus interesses, gerando, assim, indisciplina e revolta. Tais problemas ocorreriam pelo fato de que algumas concepções pedagógicas representadas pelos renovadores radicais admitem que a criança tenha liberdade em excesso. Ademais, a liberdade jamais poderá ser absoluta, pois a criança é um ser impulsivo, não tendo capacidade de gerir seus instintos.

Em seu entendimento, o uso adequado da liberdade faz com que a criança aproprie-se da disciplina, vencendo seus impulsos e se subordinando à lei moral da comunidade escolar, que atinge o ideal educativo. Os renovadores radicais são mencionados nas figuras do filósofo americano John Dewey e Claparèd, para quem a disciplina se justifica ao dar à criança o direito de subordinar-se ao que quiser. Para esses autores, a disciplina é inexistente, visto que a atividade educativa deve ocorrer conforme os interesses da criança. Tal concepção é contrária à de Theobaldo M. Santos, que aponta algumas objeções:

A primeira objeção que esse ponto de vista suscita é a impossibilidade prática de se tornar interessante toda a atividade educativa. Os que possuem experiência concreta da vida escolar sabem perfeitamente que a motivação integral do trabalho na escola é uma tarefa irrealizável (SANTOS, 1942, p.221).

O autor ainda menciona ainda que:

Há certos interesses infantis que exprimem tendências nocivas aos indivíduos e à comunidade. A disciplina nesse caso consiste justamente na subordinação desses interesses aos interesses racionais, isto é, aos valores e ideais superiores da vida (SANTOS, 1942, p.221).

A concepção funcional da educação do psicólogo suíço Claparèd e da teoria do esforço representado por John Dewey tem seu fundamento filosófico em Rousseau. Essas conclusões do nosso autor se aproximam do humanismo cristão/ católico, que censurava o autor de *Emílio*, em que postula a questão da autoridade sobre a criança:

Consideremos, pois o problema da liberdade e da autoridade. Rousseau critica de início toda a forma de educação fundada sobre o princípio de uma

autoridade que submeta a vontade da criança à de seu mestre. Há que deixar, então, a criança entregue à sua própria vontade? (SOETARD, 2010, p.16).

Na concepção de Theobaldo M. Santos, a criança é escrava de seus caprichos, por isso o educador tem o papel de direcioná-la. Nesse caso, ele não discorda que o esforço tem que estar aliado ao interesse; o ponto discrepante entre seu posicionamento e o de Dewey é que o esforço interessado não é capaz de desenvolver na criança “a capacidade de renúncia e o espírito de sacrifício, indispensáveis para uma formação perfeita da personalidade”.

Por outro lado, o intelectual não concorda com uma disciplina autoritária que aniquila a liberdade da criança, subtraindo suas energias espontâneas. Para ele, o educador que se presta a este trabalho imputa na criança timidez, revolta e não prepara sua personalidade futura. O caráter da disciplina na escola é formar um cidadão para a vida social desde tenra idade: nesta sociedade, a criança desenvolverá o hábito das regras, das normas reguladoras, operacionalizadas, no contexto escolar, por um equilíbrio entre a liberdade do aluno e a autoridade do professor.

Para exemplificar, Theobaldo usa o cubano M. Aguayo, ao pontuar que nem sempre a autoridade do educador é incapaz de vencer a resistência ou o desagrado do aluno, sem o emprego da coerção”. Porém seu ponto de vista, é que a coerção deve ter um valor educativo, sem os quais é uma medida injusta e arbitrária. Para ele, somente nos primeiros anos de vida, onde ainda não existe a consciência moral, a coerção deverá ser aplicada, pois nessa fase, a liberdade se une à dependência da autoridade.

Uma característica a respeito da disciplina é o emprego de prêmios e castigos como formas disciplinares. O autor menciona que, após uma mudança de concepção de alguns representantes da educação renovada, após a passagem do romantismo pedagógico, o reconhecimento por partes destes a respeito do valor dos prêmios e castigos usados com prudência e moderação foi reconhecido. Tal uso é um instrumento para a ação educativa, desde que se dê preferência às recompensas de ordem moral, como elogios, estima do mestre, confiança para com o educando etc.

Nesse sentido, as doutrinas pedagógicas modernas, inspiradas em Rousseau e em Kant, anteriormente contra o uso dos castigos, também consideram uma revalorização de tais práticas. As teorias realistas da educação acolhem também esse conceito, onde esse uso passa a ser fator poderoso de disciplina e de formação de caráter.

É importante observar que, nesses conceitos, uma distinção se deve fazer entre os transtornos conscientes e os inconscientes, resultados de desequilíbrio psíquico do educando.

Podemos citar como exemplo a preguiça, a distração contínua, a preguiça inveterada, a mentira sistemática, a crueldade excessiva, a angústia, os tics, os distúrbios da linguagem e a tendência acentuada para o roubo.

Theobaldo M.Santos nomeia tais crianças como alunos difíceis ou crianças-problema; somente com a ajuda dos pais e do professor ortofrenista, e com um tratamento especial, é possível ajudá-las. Reforça-se que o educador, nos casos de indisciplina, deverá ter cautela no tratamento com as crianças, sabendo que elas são passíveis de erro.

Quanto aos castigos, Theobaldo M. Santos se posiciona contra os físicos e intelectuais. No primeiro grupo, o autor observa que a brutalidade pode gerar, no educando, a insensibilidade, o cinismo e até a hipocrisia. Já o que envolve às questões intelectuais, são desaconselhados por poderem despertar o desinteresse e a repugnância aos trabalhos escolares.

Seu posicionamento é favorável ao castigo moral, o único meio repreensivo que poderá ser usado: o apelo à consciência moral do educando, permitindo, assim, que ele reaja a uma noção de responsabilidade, sem tolher seu espírito criativo. O papel da escola, nesse sentido, seria de preparar o aluno para a vida em sociedade, preservando a experiência do *habitus* da liberdade disciplinada.

Por fim, o autor trata dos sistemas de disciplina necessários à experiência de liberdade; para ele, o sistema de disciplina autônomo se divide em três grupos: primeiramente, baseado no regime de autonomia integral, ou seja, os alunos são escolhidos por eleição para que governem a escola; o regime de autonomia liberal, em que os professores e alunos dividem o governo da escola; o regime de autonomia dirigida, no qual ocorre uma subdivisão entre democracia e monarquia.

O conceito de disciplina democrática exige a participação dos alunos, sob o controle e orientação dos professores, e, no monárquico, fica a cargo do diretor escolher alunos e professores para a direção dos trabalhos escolares. Theobaldo M. Santos acredita nesse regime de disciplina monárquico, pelo fato dele mesmo não extrair a capacidade criadora do educando, pois, ao professor, cabe exercer autoridade sobre os mesmos.

O regime de autoridade dirigida é, segundo o autor, aspirado pelos renovadores radicais; a autoridade do professor é totalmente aniquilada em favor da autonomia absoluta do educando. Os castigos morais são condenados, visto que a própria natureza se encarrega de impor uma sanção a quem inflige as suas leis externas.

Tal concepção pedagógica é denominada de Reações naturais, cujos mentores são Rousseau e Spencer; que, segundo o autor, representam a negação do verdadeiro conceito de

disciplina. O conceito cristão notório, por meio da Encíclica do Papa Pio XI, estigmatiza as teorias disciplinares que falam sobre a autonomia integral da criança:

Tais são, na sua originalidade, diz o grande Pontífice, aqueles sistemas modernos, e vários nomes, que apelam para uma pretendida autonomia e ilimitada liberdade da criança, e que diminuem ou suprimem, até a autoridade e a ação do educador, atribuindo ao educando um primado exclusivo de iniciativa e uma atividade independente de toda lei superior, natural e divina, na obra de sua educação (SANTOS, 1942, p.227).

Para o Pontífice, esse sistema falha ao imputar à criança uma cooperação ativa na sua educação; não que isso seja ruim, até porque a própria Igreja, em sua educação tradicional e em sua prática da educação cristã, trabalha com a cooperação ativa dos seus. O que não concorda é o ponto em que, talvez, essa cooperação esteja ligada ao despotismo e à violência.

Theobaldo M. Santos concorda com Santo Tomás de Aquino: toda disciplina deverá ser subordinada à lei moral e às normas sociais da comunidade escolar, com a harmonia entre a autoridade do professor e a liberdade do aluno. Esse resultado está baseado no meio educativo que mais expressa à verdade: o amor. Por meio desse sentimento, o educador poderá conseguir a afeição dos educandos, fazendo-se ser amado por eles.

Essa teoria humanística cristão-católica expressa que a educação é obra de vida e de amor. A ação educativa e disciplinadora, permeada de simpatia e intuição, jamais poderá se realizar sem a afetividade. Pestalozzi e D. Bosco realizaram um grande feito, ao conseguir, pelo amor, penetrar a alma misteriosa da criança. Não uma afeição baseada na familiaridade excessiva, mas, sim, obtida pela bondade e afeto, em que o respeito e a diminuição da autoridade do mestre permitem o sucesso das relações educativas. O interesse do aluno ao mestre e do mestre ao aluno tem algo em comum: o amor.

Ao finalizar o conceito de disciplina, o autor destaca a humildade do mestre em reconhecer que somente se educa ao nos disciplinarmos, primeiro, para depois disciplinar nossos alunos.

III. MANUAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: OS GRANDES PROBLEMAS DA PEDAGOGIA MODERNA, DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS (1942): ANÁLISE.

A natureza científica da pedagogia não pode ser posta em dúvida, pois ela tem objeto formal próprio que é a educação do homem. Assim sendo, todos os problemas relacionados com a educação pertencem á sua órbita. Esses problemas são múltiplos e variados: os fins, os valores, os métodos, os objetos e os agentes da educação. Tudo isso faz parte do âmbito da pedagogia. Dai o erro dos que limitam, arbitrariamente, esse âmbito reduzindo a pedagogia a um dos seus aspectos parciais. É o que acontece com o biologismo pedagógico dos naturalistas, com o sociologismo pedagógico dos societistas e com o filosofismo pedagógico dos idealistas. É com razão, portanto que Aguayo observa que a pedagogia, embora dependa das outras ciências, não está subordinada a nenhuma delas [...] é a pedagogia uma ciência autônoma (SANTOS, 1942, p. 67).

A epígrafe acima apresenta um trecho do *Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da pedagogia moderna de 1942* analisado neste trabalho. Ao descrever no capítulo III o conceito de Educação e Filosofia o autor faz uma síntese, em suas palavras: descritiva, “sumária e superficial” sobre as influencias das ciências modernas na pedagogia. O intelectual Theobaldo M. Santos ao longo de sua trajetória defendeu a tese que a multiplicidade das tendências da pedagogia moderna suscitou o que ele chamou de “erro pedagógico” ou um “verdadeiro estado de Crise”.

Neste último capítulo justificamos que a investigação de pesquisa até aqui realizada propôs uma tentativa de uma pequena análise do manual de Filosofia da Educação e de alguns dos pressupostos filosóficos descritos nesta obra. Nesse processo de leitura, análise e reflexão em relação a esse assunto sentimos a necessidade de embrenharmos um pouco nas questões que levaram nosso autor a um critica quanto as concepções que envolveram a Pedagogia moderna. Consideramos a pesquisa de SOUZA (2015) como uma referência de tal estudo.

Para Theobaldo M. Santos as matrizes filosóficas do Naturalismo e Anti-Naturalismo foram os responsáveis por tamanho arrasamento na educação. O erro dos sistemas filosóficos resulta de uma concepção falsa da função da inteligência e do valor do conhecimento (SANTOS 1942, p. 46). Ponderamos que o autor se preocupou em demonstrar no Manual de Filosofia da Educação os erros filosóficos que envolveram as duas concepções. Em sua

apreciação, tais matrizes se desdobraram em outras correntes filosófico-pedagógicas que absorveram o sistema educacional daquela época.

Ao escrever o manual, o autor propôs uma divisão em duas partes que destacou sendo a primeira: As bases filosóficas da educação e a segunda como os Problemas filosóficos da educação. Ao analisar os conceitos de educação formulados pelas correntes pedagógicas modernas, chegou à conclusão que os mesmos gravitam em torno de dois grandes problemas; o primeiro o problema da natureza substancial do homem, da vida e do universo e o segundo de relacionamento entre homem, e sociedade e cultura (SANTOS, 1942, p.36).

A partir desta percepção Theobaldo M. Santos apresenta alguns conceitos no panorama da pedagogia relacionados aos problemas supracitados. Estes conceitos são: o naturalista, o idealista, o pragmatista e o espiritualista cristão relacionado à natureza substancial do homem, ou seja, ao primeiro problema. Ao segundo se destacam o conceito individualista, o socialista, o nacionalista, o culturalista e o personalista referente à relação homem e sociedade.

Para os limites deste estudo destacaremos o conceito Naturalista, pela associação generalizada que o autor descreve ao longo do manual a concepção pragmatista (derivada do Naturalismo) à Pedagogia Moderna.

Não raro, encontramos no manual muitos registros que abordam a concepção naturalista de educação, averiguando que desde o Renascimento esse sistema filosófico reflete diretamente na educação. O autor justifica que não se interessa em fazer uma crítica geral do naturalismo, mas tem a intenção de identificar o que nele existe de incompleto. Por estes registros avalia alguns erros filosóficos a considerar.

Primeiramente o aporte do Naturalismo deriva da ciência positivista por isso nega o sobrenatural e a imortalidade da alma; a natureza é a grande educadora, o homem não se distingue do animal. Essa concepção é resultante de duas correntes básicas da filosofia moderna: o racionalismo de Descartes e o empirismo de Bacon. O Naturalismo foi divulgado a partir do século XIX como concepção de vida, sendo desmembrado em: positivismo, evolucionismo e materialismo. Neste caminho, Theobaldo M. Santos pressupõe que não se pode esperar nada do conceito natural de educação.

Dr Alceu tenho pensado muito sobre a necessidade que temos de publicar uma série de livros didáticos para o curso normal (psicologia sociologia, etc) de orientação católica. Precisamos fazer frente à massa de livros pedagógicos de orientação naturalista que infesta as nossas escolas normais, e que cada vez ganha mais terreno em face da inexistência de livros católicos

do mesmo gênero (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, P. 52).

A oposição do autor em relação a esta concepção se encontra no fato de que o homem não se adapta passivamente ao ambiente, e não concorda que a educação prepara para vida. A partir desse conceito discute os diversos tipos de educação provenientes do Naturalismo pedagógico imprimindo uma:

Análise serena e objetiva dos conceitos de educação que se destacam no panorama da pedagogia contemporânea nos leva a concluir que se excetuarmos o conceito cristão, todos os outros se fundamentam em concepções fragmentárias e unilaterais da realidade e por isso não abrangem o processo educativo em toda sua amplitude e integridade (SANTOS, 1942, p.58).

Nesse intento de discutir os problemas filosóficos da educação, nosso autor descreve que toda doutrina pedagógica é fruto de uma concepção e vida (p. 68), sendo assim o pedagogo não constrói sua doutrina educativa, ele depende da ideia que se faz de Deus, que em sua opinião é o postulado de toda a concepção de vida (p. 69).

Ao mencionar que o naturalismo não exprime tal concepção e que a educação não é um simples desenvolvimento ou uma mera preparação da vida, o autor está se referindo ao filósofo americano John Dewey, no qual é o representante da filosofia Pragmatista de educação. Para Dewey “toda ideia, valor e instituição social, originam-se a partir das circunstâncias práticas da vida humana. Não eram criações divinas e não refletiam um tipo de ideal”(TEITELBAUM, 2001, P. 3).

Neste caso as referências a Dewey são inúmeras no decorrer dos textos no manual. É aplicado ao filósofo o termo “famoso professor de Colúmbia” numa velada crítica ao mesmo. Em várias outras publicações, o filósofo é descrito como um dos responsáveis por uma educação funesta.

É oportuno mencionar que em todos os textos quando se refere à pedagogia moderna Theobaldo M. Santos alude os nomes de William James, Kilpatrick, Ovide Decroly, Claparède e como já mencionamos o de John Dewey em especial. Esses teóricos concordam que “para o pragmatismo a vida se resume a uma experiência de complexidade crescente e sendo assim a educação deve ser considerada como reconstrução ou reorganização da experiência (SANTOS, 1942, p. 46)”.

Uma grande discordância para com a concepção pragmatista, por parte dos autores católicos, assim como nosso autor em estudo, está na questão relacionada aos fins da educação. Os mesmos defendem a ideia que a finalidade é um processo que rege todo o universo, porém os fins que regem o homem não são os mesmos que agem na natureza. O erro proposto pela tendência oposta analisada por Theobaldo:

Pois a Pedagogia ou visa uma finalidade ou não é Pedagogia. Apesar disso, certos educadores contemporâneos, sob a influência de preconceitos anti-teleológicos, negam fins à educação. É o caso, entre outros, de John Dewey, representante máximo do pragmatismo pedagógico. Para o famoso professor de filosofia da Universidade de Colúmbia, a educação é vida e a vida é desenvolvimento (p. 97).

O ato educativo deve ter uma finalidade, sendo esta uma tarefa do educador. A formação do educando neste sentido, se resume em atingir a valores e ideais que elevam e dignificam a vida. Segundo o autor o ideal educativo deve estar presente na vida do educando, sendo este um ideal da perfeição humana tornando a educação um processo essencialmente finalista (p. 96).

Para além dessas apreensões no início da década de 1930, Alceu Amoroso Lima líder do laicato católico, também discutia o assunto.

O ideal, portanto deve governar toda a pedagogia. Esta não é mais do que a formação do homem, a sua preparação para a vida. Óra, só se forma uma coisa para certo fim. Só se prepara uma coisa sabendo-se para que se vai preparar. Por isso, é necessário que haja, previamente, uma finalidade, um objetivo, um ideal a atingir. Nas ciencias práticas, e a pedagogia é uma delas, os fins desempenham o mesmo papel que os principais, nas ciencias especulativas. O ideal é necessário para que a ação se não transforme em simples agitação (ATHAYDE, 19312, p. VIII).

Com essa convicção, os pragmatistas na visão dos católicos, ensinavam sem uma finalidade, valorizando os métodos, a disposição dos materiais, entre outros aspectos. Segundo o raciocínio de Athayde o erro cometido nesta situação foi ter deixado de lado dois outros elementos importantes a ser considerados: o ente humano a formar e a finalidade a atingir (p. IX).

Nesse sentido, Theobaldo M. Santos contrapõe a corrente pragmatista afirmando que esta nega o caráter educativo, conforme ele descreve:

[..] vários educadores contemporâneos como, Dewey, Claparéd, Decroly e Gurlitt, revela a influencia não só do naturalismo evolucionista de Spencer

como também do Otimismo antropológico e Rousseau. Dai a tendência desses educadores em identificarem a educação com o desenvolvimento, fazendo da criança o meio e o fim da educação. Negando o caráter consciente e intencional da ação educativa (SANTOS, 1942, p. 97).

O grande responsável em conduzir a ação educativa é o educador. A característica essencial da ação educativa é o ato de ensinar. Nosso autor pontua que após a valorização dos métodos pedagógicos, se referindo ao pragmatismo pedagógico, o educador passou a ser considerado um simples instrumento do método. Contrário ao pensamento considerado “moderno” ele acredita que o educador é toda pessoa que propõe estimular, guiar e dirigir o pensamento de seus semelhantes. Sendo assim

O Cristianismo veio emprestar grande dignidade à missão do mestre, considerando-o como mandatário de Cristo e como mensageiro dos valores eternos [...] Mas Rousseau não deu tal importância à função do educador. Pregando a educação pela natureza, fazendo a apologia do método negativo e reduzindo todo processo educativo ao desenvolvimento espontâneo e natural da criança, o sofista romântico de Genebra colocou em plano secundário o papel do educador (SANTOS, 1942, p. 181).

O discurso de Theobaldo M. Santos procurava apontar algumas características do educador ao exercer suas funções em sua dignificante missão, tais como as físicas, intelectuais e as qualidades morais. Quanto à primeira qualidade o educador deverá ser dotado antes de tudo, de uma sólida saúde. O mestre cristão deverá ter uma visão geral e profunda de todos os problemas do espírito (p. 189).

O repúdio dos erros da educação moderna não deve, naturalmente, implicar a negação das contribuições de valor real da pedagogia científica contemporânea. Não há inconveniência que o mestre cristão aproveite o que é verdadeiramente bom e útil existe em certos métodos educacionais [...] Assim sendo, todas as contribuições valiosas da pedagogia moderna, poderão ser usadas pelo mestre cristão desde que sejam subordinadas ao fim supremo da educação que é “cooperar coma graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão [...]”(SANTOS, 1939, p.303).

Outra característica exigida ao educador, é que ele deve possuir a normalidade dos sentidos. Nesse caso um olhar pode penetrar o âmago da alma da criança e ter grande influencia psicológica no educando. A voz é outro quesito importante para o agente da educação. Os cuidados com a laringe, e as vias respiratórias deverão ser cultivados regularmente.

As qualidades intelectuais se resumem em ter uma inteligência bem desenvolvida e organizada. De acordo com o autor, o valor e a eficiência de um educador se mantem e se aperfeiçoam pelo estudo teórico em cursos especializados cujos currículos se encontrem a biologia, a filosofia entre outras e também por uma prática pedagógica ampla e sólida (p. 189).

[..] Estou agora somente com minha cátedra de História natural e Biologia do Liceu e trabalhando intensamente numa modesta coleção de livros didáticos sobre pedagogia cuja publicação pretendo começar, dentro em breve, com uma pequena psicologia aplicada á educação. Nesses livrinhos vou tentar fazer uma “mis-au-point” da pedagogia moderna à luz do realismo católico. Pudera assim, com o auxílio de Nosso Senhor, prestar um auxílio às nossas escolas normais que só encontram para ler, em matéria de pedagogia escrita em português, livros saturados de um naturalismo mutilador marca Dewey & Kilpatrick (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, P. 73).

Não só o educador deverá zelar por uma prática pedagógica, mas também precisa ser bondoso sem deixar de impor respeito. Esta bondade se relaciona as qualidades morais do educador e não deve exceder uma tolerância excessiva, pois poderá provocar uma indisciplina nos alunos. Para ser bondoso não precisa ser fraco segundo Theobaldo M. Santos. O Mestre deverá assim suscitar em seus alunos a confiança e o apreço.

Uma qualidade exigida para este mestre é a alegria, o otimismo, “mas acima de tudo, é preciso o mestre ter uma vida de absoluta pureza moral e uma conduta de irrepreensível dignidade espiritual, dentro e fora da igreja” (SANTOS, 1942, p. 190). O autor ainda completa dizendo que:

Requer, pois, o educador de sólidos princípios morais e religiosos, severamente observados. Como só se pode transmitir o que se possui o mestre ensinando a moral, tem de vive-la com sóbrio orgulho e inculca-la com paternal solicitude. Todas essas qualidades, entretanto não passarão de simples ornamentos pessoais, sem calor e sem vibração, se não forem estimuladas e vivificadas pela força poderosa e fecunda de um ideal (SANTOS, 1942, p. 190).

Em síntese, Theobaldo M. Santos exprime uma censura em relação à concepção moderna, quanto ao papel do educador. Em suas palavras diz:

Apesar da influencia manifesta do naturalismo de Rosseau e do idealismo de Kant, Fichte e Hegel sobre a maioria dos sistemas pedagógicos contemporâneos, a importância emprestada no papel do educador tem, em

nossos dias, crescido progressivamente, [...] E aos poucos vai se universalizando apesar da resistência do sociologismo pedagógico de um Dewey ou de um Durkheim [...] (p. 182).

Sobre as manifestações do naturalismo, conforme já foi visto, a respeito da disciplina do educando, nosso autor descreve no manual de Filosofia da Educação que um dos problemas da educação é a disciplina. Para ele o erro grave dos educadores modernos, no caso se referindo a Dewey e a Claparèd, em não considerar a insistência do problema na escola renovada.

Tal é caso de Dewey e Claparèd para quem a disciplina na escola consiste, justamente em por a criança em situação tal que ela tenha todo o interesse em subordinar-se. A primeira objeção que esse ponto de vista suscita é a impossibilidade prática de se tornar interessante toda atividade educativa. [...] Eis o motivo pelo qual não podemos deixar de fazer certas restrições à concepção funcional da educação de Claparèd e a teoria do esforço interessado de Dewey, em cuja base vamos encontrar o naturalismo otimista e romântico de Rousseau (SANTOS, 1942, pgs. 221-222).

Ao fazer muitas objeções a respeito da concepção pragmatista no manual de Filosofia da Educação Theobaldo M. Santos reforça uma concepção católico-cristã quanto à pedagogia moderna instalada, segundo suas publicações, pós-Renascimento. O problema da educação na defesa dos católicos se concentrava na problemática de que a desordem do mundo moderno era consequência de ensinamentos funestos de uma educação naturalista.

Nada faltará, mesmo no nosso tempo, quem objete, o ideal é inatingível. Manifestação de uma tendência moderna, e esta perniciosa – o pragmatismo. Responderíamos, porém esse ideal foi apresentado por Cristo para os cristãos de todos os tempos. Que a nossa vida é um crescimento espiritual contínuo, uma contínua santificação (ATAYDE, 1939, p.6).

Sendo assim para o autor, a tal educação antropocêntrica, permitiu o divórcio entre os ideais sublimes do cristianismo. Essa educação anticristã, pagã visou finalidades terrenas e materiais, promoveu o individualismo desviando-se dos fins naturais e negando a importância da religião. A pedagogia moderna/progressista ao chegar ao Brasil trouxe as influências do pragmatismo de Dewey, que se destacou no movimento da Escola Nova e é o que evidenciamos a seguir.

3.1 - A Pedagogia Moderna: Um breve apontamento da Escola Nova no Brasil

Conforme o verbete do *Histbder*, elaborado por Dermeval Saviani, a concepção pedagógica moderna, contrapunha-se à visão tradicional e tem por base uma visão filosófica, alicerçada na existência, na vida e na atividade. Quanto ao homem, na visão tradicional, é um ser acabado, completo; na moderna, o homem é um ser completo desde seu nascimento e inacabado até a sua morte.

A criança é um ser imaturo, incompleto, na visão tradicional, e, na moderna, se torna o objeto da educação, e não mais o professor, como na antiga concepção. O núcleo da Pedagogia tradicional era o conteúdo, o lógico, a disciplina, a autoridade com centralidade no professor. Na Pedagogia moderna, o olhar aos interesses da criança se torna o principal, trocando-se a disciplina pelo interesse, e considera-se que o espontâneo e a experiência têm bases nas concepções da biologia e da psicologia.

Saviani apresenta que a concepção moderna pedagógica tem sua formulação em várias correntes, como: vitalismo, fenomenologia, pragmatismo, entre outros. O resultante dessa formulação ficou conhecido como o escolanovismo, tendência pedagógica divulgada no final do século XIX que ganha forças em boa parte do mundo no início da década de 1920.

Nesse percurso, a Escola Nova evidenciou-se como fórmula, com significados múltiplos e distintas apropriações constituídas no entrelaçamento de três vertentes: a pedagógica, a ideológica e a política. No que tange ao primeiro aspecto, a indefinição das fronteiras conceituais havia permitido que a expressão Escola Nova aglutinasse diferentes educadores — católicos e liberais — em torno de princípios pedagógicos do ensino ativo. No segundo caso, a fórmula oferecera-se como meio para a transformação da sociedade, servindo às finalidades divergentes dos grupos em litígio. Já na terceira acepção, tornara-se bandeira política, sendo capturada como signo de renovação do sistema educacional pelo Manifesto e por seus signatários (VIDAL, 2013, p. 580).

Esse movimento clamava por renovação. Após a Primeira grande Guerra, a escola tem uma nova configuração; no Brasil, a partir do início dos anos de 1920, o movimento ganha evidência por uma parcela de intelectuais que propunham uma renovação no setor da educação. Segundo as pesquisas de Valdemarim:

[..] O estudo aqui apresentado delimita-se á compreensão do processo de construção dos conceitos educacionais da Escola Nova (ou Educação Progressista) e sua difusão no Brasil, instaurada no início do século XX, que retomou o proposito de aproximar a escolarização e a experiência infantil e que, em sucessivas interpretações e conotações, popularizou-se, tornou-se

um lugar comum educacional e inspirou diferentes desdobramentos práticos [...] (VALDEMARIN, 2010, p. 24).

Animados com o ideário da modernização, acreditavam que o país poderia equiparar-se às outras grandes nações se a população fosse alfabetizada e letrada.

Caracterizado o contexto, parece claro que foi no clima de ebulição social característico da década de 1920 que, no campo educacional, emergiram, de um lado, as forças do movimento renovador impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização; de outro lado, a Igreja Católica procurou recuperar terreno organizando suas fileiras para travar a batalha pedagógica (SAVIANI, 2008, p. 193).

Na esteira da construção dessa tendência pedagógica, encontra-se o pensamento filosófico do estadunidense John Dewey. A Pedagogia pragmatista, ou progressista, por ele representado, posicionava-se a favor de uma sociedade democrática, em uma nova reconstrução da ordem social. Para Dewey, os alunos aprendiam mais os ensinamentos quando realizavam suas tarefas associadas ao que aprenderam; as atividades manuais exerciam o experimento em que desenvolviam o intelecto, a democracia e a liberdade. Conceitos fundamentais para a conservação intelectual das crianças.

A sociedade almejada por Dewey é a democracia, um modo de vida cooperativo em que todas as definições advêm de consensos obtidos mediante livre e aberta participação de todos. A democracia pode ser alcançada somente por intermédio da reconstrução moral se os conhecimentos e métodos da ciência puderem contribuir para tanto, o que exige o rompimento da “separação que se faz entre ciência natural de um lado e ciência moral de outro” (CUNHA, 2001, p.89).

Os intelectuais brasileiros que entraram em contato com as ideias da Escola Nova⁴³ ficaram conhecidos como os reformadores da educação, aqueles que publicaram, na década posterior, o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932. Entre eles estão Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo.

O Manifesto reivindicava a direção do movimento de renovação educacional brasileiro, como se indicia em seu próprio título. Vinha a público no âmbito das disputas pela condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil (1930) e seu texto exibiu um triplo propósito [...]

43 Waldemarin, 2010, p. 24 aponta que ao analisar as proposições originais e obras de John Dewey, Kilprattick e Decroly, ampliaram a terminologia vinculada à Escola Nova e, principalmente, propuseram alternativas para a implementação dessas práticas fora de condições experimentais.

Um grupo maior esteve presente na assinatura do Manifesto. Totalizando-se um grupo de vinte e três homens e três mulheres. Este documento foi endereçado ao povo e à nação, e o projeto definiu o papel do Estado em relação à educação: essencialmente pública, constituindo-se como um direito de todos.

A proposta de reconstrução educacional expressa no Manifesto “transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação” (AZEVEDO, 1958, p. 70), desenvolvendo atividades e trabalhos que levem em conta “o fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea” (idem). Nesta perspectiva, os programas de ensino deslocam-se da lógica adulta e são elaboradas de acordo com, “a lógica que se baseia na natureza e no funcionamento do espírito infantil” (idem, p. 71) (WALDEMARIN, 2010, p. 116).

Contrários a essa pedagogia estavam os intelectuais ditos como “conservadores” ou católicos que defendia o direito privado da educação, a manutenção do ensino religioso nas escolas, entre outras causas. Alceu Amoroso Lima era um dos defensores da educação cristã, juntamente com os clérigos o Padre Leonel Franca e D. Sebastião Leme. Theobaldo M. Santos está no rol desses intelectuais que reivindicava a manutenção do ensino católico em todas as escolas brasileiras.

A questão do ensino religioso é uma questão vital para o nosso futuro. E, nenhum outro ponto coincidem tanto as reivindicações cathólicas como os interesse da pátria na reforma da nossa pedagogia oficial. É tão intimo, tão profundo, tão necessário o nexu entre a orientação da escola e a formação do caracter nacional que não é exagero afirmar-se que os destinos de um povo se jogam nos seus estabelecimentos de educação (FRANCA 1931, p. 5).

Nosso autor vinculou-se à Igreja Católica no final da década de 1920 inicio dos anos de 1930, quando de sua conversão ao catolicismo se inserindo no grupo dos intelectuais católicos ligados a Alceu Amoroso Lima. Os defensores da pedagogia cristã no século XX, segundo Theobaldo eram: Willmann, Spalding, Foerster, De Hovre, Mercier, Devand, Vaissière, Eggersdølfer, Ettinger, Schroeteller e Benjamim Kidd:

Para o Cristianismo, a educação é a formação completa da personalidade, através do desabrochamento integral das suas virtualidades físicas, intelectuais e morais. A educação cristã procura desenvolver no homem toda a perfectibilidade de que ele é capaz, no sentido de prepará-lo para a ordem da natureza e para a ordem da graça, para a vida natural e para a vida sobrenatural (SANTOS, 1942, p.49).

O fim último da educação cristã, segundo Theobaldo M. Santos, é a perfeição moral simbolizada por Jesus Cristo. No *Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da pedagogia moderna*, de 1942, o autor, na seção “Advertência” a respeito do conteúdo do livro, pontua que:

[...] este livrinho visa assinalar os fundamentos filosóficos da pedagogia moderna, por em relevo a força, a harmonia e a vitalidade da educação cristã e patentear que o engrandecimento do Brasil, pela educação, só será possível se soubermos ser fieis às tradições espirituais dentro das quais nasceu e cresceu a nossa pátria (SANTOS, 1942, ADVERTENCIA).

No manual acima aludido, com finalidade puramente didática, a intenção do autor seria de “assinalar os fundamentos filosóficos da pedagogia moderna”, segundo ele apenas uma educação cristã com base nas tradições espirituais poderia reverter à educação brasileira. Com a análise aqui empreendida, transcorrendo da concepção naturalista de educação para a pedagogia pragmatista, almejou-se situar o movimento da Escola Nova no Brasil como divulgador da pedagogia considerada “progressista ou moderna”, pelos intelectuais católicos.

A partir dos pressupostos encontrados no pensamento de Theobaldo M. Santos presente em seu *Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da pedagogia moderna* de 1942 objetivamos neste trabalho, construir uma reflexão a respeito da obra em pauta levando-se em conta a sua concepção filosófica da educação bem como conhecer o lugar que o autor ocupa entre a Escola Tradicional e o Escolonovismo.

O estudo aqui apresentado se encerra na década de 1940, o que não sugere afirmar que o confronto entre a pedagogia católico-cristã e a pedagogia da Escola Nova encerrassem a disputa no campo educacional em suas diferentes vertentes. Para Saviani (2008, p. 271) “o período compreendido entre 1932 e 1947 as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova”. Esse equilíbrio nas palavras do autor supracitado ora foi tenso ora foi harmonioso.

O clima efervescente ainda perdurou mais algumas décadas dando início a outros embates seja no campo político ou educacional. A intencionalidade da política representada por Alceu Amoroso Lima, líder do laicato católico, prezava de sua influência com os Ministros Francisco Campos e Capanema para as questões do magistério.

Segundo Saviani (2008, p. 270) essa “amizade” apesar de fortalecida pelo apoio da Igreja junto ao Estado, não significou uma ruptura total nos moldes da educação Nova, promovida pelo movimento dos renovadores, havendo algumas assimilações da tal proposta

progressiva. Para completar essa afirmação, sobre esse autor aponta que “essas duas forças desempenharam um papel de relativa importância como dispositivos de sustentação do Estado de Compromisso”.

Esse acostamento de forças é o que o Saviani denomina de “modernização conservadora” ao associar as duas forças na disputa do campo educacional brasileiro. Esse impasse foi tratado ao longo desse trabalho de pesquisa demasiadamente apontando o que já foi defendido por muitos autores, que poderá ser classificada como uma espécie de adesão a este modernismo por parte das publicações do nosso autor, igualmente esclarece Saviani.

O que conseguimos apreender foi que Theobaldo M. dos Santos como parte da membraia das associações católicas eclesiais de base a partir do final dos anos de 1920, onde a Igreja procurava se embrenhar nesse projeto supracitado, conforme já dito, divulgou a filosofia Tomista por intermédio de seus manuais em especial o *Manual de Filosofia da Educação*. Sobre tal assunto é o que pretendemos desvelar a seguir.

3.2 A Filosofia tomista expressa no *Manual de Filosofia* de Theobaldo Miranda Santos.

O tomismo, apesar de nascido no século XIII, é pela veracidade e eternidade de seus princípios fundamentais, sempre vivo e atuante (Fernando de Arruda Campos, 1976).

A Filosofia tomista no Brasil segundo Geraldo Pinheiro Machado (1976) pode ser representada pela pessoa do intelectual José Soriano de Souza (1833-1895), que contribuiu para a chamada renovação tomista do século XIX. Nascido na Paraíba exerceu a medicina, mas se embrenhou pelo magistério ensinando filosofia e direito. Foi considerado o maior patrono impertérito da Igreja católica, sendo no Império, o maior pensador católico, em termos Tomistas.

Os compêndios de Soriano de Souza, máxime as Lições de filosofia elementar, racional e moral, impressas em Paris em 1871, são, dentro da escolástica, dos mais sólidos e autorizados escritos sobre a matéria no Brasil. No prefácio dessas Lições esclarece, sem qualquer respeito humano, a finalidade precípua de sua publicação: restaurar a metafísica cristã, da responsabilidade de Santo Tomás, dentro dos dois roteiros do espírito

humano, a razão e a fé. Na época, Soriano não o conseguiu por grassar na sociedade, já em estado epidêmico adiantadíssimo, o evolucionismo materialista e o positivismo liberal que já havia feito escola e conquistara, sem resistências, corações desarmados. Nada, porém, se perde no domínio da inteligência e da fé. Passada a moda do cientificismo agnóstico, voltou a brilhar, em escala crescente, a luz perene do tomismo, que hoje polariza de novo não pequena parte de nossa intelectualidade (PAUPÈRIO, 1981, p. 101).

Nesta defesa de Santo Tomás de Aquino na qual se vincula Soriano de Souza, o século XX se redescobre a continuidade do pensamento tomista da filosofia *perennis*, do anti-modernismo e do anti-cartesianismo (MACHADO, 1976, p.33).

Outros nomes, também de alguns expoentes da Filosofia tomista, podem ser citados como: Leonardo Van Hacker, José Antônio Tobias, Padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, Francisco Leme entre outros.

Na passagem do século XIX para XX a educação tornou-se o espaço por onde a Igreja Católica continuou garantindo os paradigmas de conhecimento de uma Filosofia-teológica tomista. Disposta na educação, essa filosofia teológica transitou da esfera política para a esfera da cultura (MARTINS, 2009, p. 254).

Também Albuquerque (2002, s/p) ao descrever o percurso da disciplina de Filosofia da Educação nas décadas de 1940 a 1990 na da PUC/SP focaliza a figura do intelectual católico Leonardo Van Acker na perspectiva Tomista e sua influencia na matéria entre as décadas de 1940 a 1960.

O pensamento tomista, no Brasil, segundo Campos (1968), concentrou-se, no período compreendido entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930, no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio, ele foi difundido, fundamentalmente, através dos intelectuais católicos reunidos em torno do Centro Dom Vital. Já em São Paulo, concentrou-se, prioritariamente, na PUC, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira (ALBURQUERQUE, 2002 s/p).

A restauração tomista na Europa, antes mesmo da concentração cristã no Brasil, obteve o apoio do Papa Leão XIII que, por meio da *Encíclica Aeterni Patris*, datada de 04 de Agosto de 1879, marcando a trajetória dos intelectuais católicos especialmente na Igreja brasileira. Este documento papal trata da restauração da Filosofia Cristã conforme a Doutrina de Santo Tomás de Aquino.

Para Souza (2015, p.363) O projeto de restauração da Filosofia escolástica, estabelecido por Leão XIII, foi chamado de neotomismo. A *Aeterni Patris*, encíclica sobre a

restauração da Filosofia cristã conforme a filosofia de Santo Tomás de Aquino trata a respeito da ministração do método de ensino filosófico, para que “não sejais enganados pelas filosofias e pelos discursos sedutores”. Conforme o documento:

Atentai bem: dentre os Doutores escolásticos brilha grandemente Santo Tomás de Aquino, príncipe e mestre de todos [...] Amante unicamente da verdade, riquíssima na ciência divina e humana, comparado ao sol, animou o mundo com o calor de suas virtudes e lhe iluminou com esplendor. Não há parte na filosofia que não haja tratado de forma aguda e sólida: tratou das regras do raciocínio de Deus, e das substancias incorpóreas, do homem e de outras coisas sensíveis, dos atos humanos e seus princípios, de tal modo que nada deixa a faltar na abundancia das questões, nem à oportuna disposição das partes, nem no melhor método de se proceder, nem a firmeza dos princípios, e a robustez dos argumentos [...] (LEAO XIII, 1879).

É certo que a concepção tomista influenciou o pensamento dos intelectuais católicos na década de 1940 e 50 refletindo assim em seus escritos. É nessa esteira que se insere Theobaldo M. Santos no *Manual de Filosofia da Educação, de 1942*, o autor, por diversas vezes, exalta a figura de Santo Tomás de Aquino, dito como “o grande filosofo medieval” (SANTOS, 1942, p.209).

A Encíclica de Leão XIII influenciava os católicos a seguirem o pensamento de Sto Tomás esclarecendo que:

É sabido que quase todos os fundadores e legisladores das ordens religiosas ordenaram que seus membros estudassem as doutrinas de Santo Tomas e aderissem a elas religiosamente, dispondo que a ninguém fosse licito impunemente separar-se no mínimo, das veredas de tão grande mestre (LEAO XIII, 1879).

Essa conclamação ao Santo da Filosofia escolástica, no pensamento católico, se explanou também no grupo dos intelectuais cariocas que acompanhavam Jackson de Figueiredo, cujas raízes advinham do mestre Joseph De Maistre. Diversos intelectuais estavam ligados às cátedras do magistério, quase que eclesial, de Filosofia e Filosofia da Educação das Escolas Normais do país e das Universidades, incluídos nesses, o professor Theobaldo M. Santos.

Pós-falecimento de Figueiredo em 1928, a matriz filosófica pensada por Alceu Amoroso Lima se fundamenta no pensamento do filosofo francês Jaques Maritain, numa vertente menos conservadora do que o anterior.

Em uma de suas correspondências com Dr. Alceu, Theobaldo M. Santos anuncia, ao amigo, “algumas de suas publicações,⁴⁴ que seriam divulgadas no Jornal local, cujo assunto seria um constante debate dos problemas inspirados pela filosofia tomista e pela doutrina católica”. O discurso filosófico tomista brasileiro abarca o período da década de 1930, intensificando a polêmica no campo do ensino entre os núcleos do catolicismo e dos reformadores liberais.

Pode-se dizer que o Brasil nasceu para a civilização ocidental sob o domínio cultural da tradição filosófica tomista que aqui chegou vinculada ao catolicismo missionário dos Jesuítas, em pleno clima da Contra Reforma e de espírito tridentino e ultramontano. [...] a renovação tomista no Brasil atende às preocupações pastorais de Leão XIII e se dá sobretudo mediante a influência da visão maritainiana dessa corrente. [...] O Tomismo no Brasil se expressa culturalmente de maneira complexa, ficando difícil separá-lo do próprio pensamento católico (SEVERINO, 1997, p. 39).

Os católicos em geral como Theobaldo Miranda Santos experimentavam dessa visão maritainiana e a expressavam nos seus manuais de ensino. No caso do *Manual de Filosofia da Educação: Os grandes problemas da Pedagogia Moderna*, de 1942, o autor anuncia, já no Prefácio, que o livro é uma síntese da filosofia tomista, com os ensinamentos da ciência moderna e a contribuição das correntes filosóficas contemporâneas (SANTOS 1942).

Para Souza (2015, p.363) O projeto de restauração da Filosofia escolástica, estabelecido por Leão XIII, foi chamado de neotomismo. A *Aeternir Patris*, encíclica sobre a restauração da Filosofia cristã conforme a filosofia de Santo Tomás de Aquino trata a respeito da ministração do método de ensino filosófico, ensinando que “não sejas enganados pelas filosofias e pelos discursos sedutores”.

Ainda segundo Souza podemos observar que:

O intelectual Theobaldo M. Santos compreendeu bem a solicitação do pontífice no sentido de que sua propalada adesão ao realismo cristão buscava uma escolástica corrigida, livre das sutilezas inúteis e das teses em contradições com as descobertas científicas (SOUZA, 2015, p. 364).

No *Manual de Filosofia da Educação, de 1942*, Theobaldo M. Santos, na segunda parte da obra - seção dos “Problemas filosóficos da Educação”, quando apresenta o conceito de aprendizagem, menciona que um dos problemas da pedagogia moderna está na aprendizagem. E, para compreender essa questão, não basta apenas a Pedagogia, mas também a Filosofia.

44 Carta destinada a Alceu Amoroso Lima, possivelmente em 1935. CAALL/ATA/C/S81/374-1. p.49

O autor pondera que, a partir das teorias que tratam da aprendizagem, mesmo com muitas discrepâncias de ordem psicológica ou filosófica, é possível abstrair alguns pontos referentes à natureza da aprendizagem; pontos que, segundo o autor, nada mais fazem do que confirmar os princípios já formulados por Santo Tomás há sete séculos (SANTOS, 1942, p.196).

Para reforçar essa tese, no manual, o autor ao mencionar o conceito de Fim, contempla que:

A observação do ritmo ordenado do universo, do dinamismo harmonioso da vida e da atividade intencional do espírito nos conduz à convicção iniludível de que todos os seres que existem são regidos pelo princípio da finalidade. Aristóteles e Sto. Tomás definiram luminosamente, este princípio [...] (SANTOS, 1942, p. 93).

Ainda sobre isso, a visão tomista, formulada no século XIII, o principal agente da aprendizagem é a atividade daquele que aprende, ou seja, o professor. Nesta concepção, o professor é comparado ao médico, este até pode tratar o ferimento, mas quem pode curar é o mestre (Deus). Para Theobaldo M. Santos, os representantes do neotomismo, no Brasil, fazem parte de um grupo forte, numeroso e homogêneo.

Um dos expoentes principais dessa corrente brasileira seria Farias Brito (1862 – 1917) e, logo depois, o seu discípulo Jackson de Figueiredo. Em seu Manual de Filosofia publicado em 1951 Santos destina um capítulo sobre a Filosofia no Brasil pontuado que:

A Filosofia no Brasil quase não existe. Ainda se encontra na fase embrionária de elaboração, sem força e originalidade próprias. Não possuímos filósofos no sentido integral da expressão, mas apenas estudiosos dos problemas filosóficos e pensadores isolados que “refletem correntes universais ou trazem contribuições pessoais a essas correntes”. Os trabalhos filosóficos se reduzem, entre nós, a raros compêndios, a ensaios esparsos ou ideias especulativas através da literatura. O único pensador brasileiro que se dedicou exclusivamente à filosofia e que procurou construir, um sistema original foi, sem dúvida, Farias Brito (SANTOS, 1951, p. 474).

Para Theobaldo M. Santos a Filosofia brasileira se divide em três períodos: antes de Farias Brito, durante sua vida e depois de Farias Brito. O autor nesse mesmo capítulo menciona que após Farias Brito várias correntes especulativas provindas da Europa insistem em conservar-se como influentes no Brasil, como é o caso do pragmatismo de Willian James e John Dewey.

Para o autor, essa tendência ainda engodava muitos educadores brasileiros. Esses educadores seriam Anísio Teixeira, Lourenço Filho que revelava simpatia por Dewey, já Fernando de Azevedo nutria carisma por Émilie Durkheim no campo da sociologia. Porém sobre todas essas correntes o maior grupo, mais forte e homogêneo seria dos neo-tomistas.

A corrente neo-tomista, a mais vigorosa e influente, é a que apresenta maior número de representantes. Nela se destaca: Leonel Franca, sábio jesuíta, reitor da Universidade católica, autor de uma expandida História da Filosofia [...] P. Penido, pensador de renome universal, [...] Alceu Amoroso Lima, filósofo, sociólogo e crítico literário, autor de numerosas obras que tem exercido profunda influência sobre o pensamento brasileiro, o grupo de Faculdade de Sentroul discípulo de Mercier, onde se têm distinguido as figuras ilustres de Alexandre Correia e Van Acker, Jhonathas Serrano, Cônego Antônio Alves, Siqueira, Castro Nery e Estevão Cruz, autores de excelentes compêndios de filosofia: Nelson Romero, José Barreto Filho e Tasso da Silveira, que tem escritos maravilhosos ensaios filosóficos (SANTOS, 1951, p. 483).

Em sua maioria esses intelectuais congregava no Centro Dom Vital espalhado pelo Brasil. Neste local segundo Iglésias (1971, p. 139) intelectuais se reuniam e se entregavam ao estudo⁴⁵, á discussão e ao apostolado. Como já foi mencionado, Jackson de Figueiredo deixou seu legado ao amigo e companheiro Alceu Amoroso Lima que por sua vez, ao contrario de Figueiredo, na gestão do Centro Dom Vital e na Revista A Ordem, ponderava pelo pensamento do filósofo humanista Jacques Maritain.

Segundo Souza (2015, p. 383) o Neotomismo foi considerado uma Filosofia oficial no período de liderança de Alceu Amoroso Lima. Ao eleger a filosofia tomista de Jaques Maritain, acolheu a proposta de um humanismo integral, teocêntrico, pautado num ideal democrático cristão.

Na citação abaixo, podemos perceber:

[...] o que propõe é sempre o humanismo cristão, quer dizer, a defesa da pessoa, a primazia da inteligência e da contemplação, o amor da liberdade, a promoção da justiça e da mulher, a ascensão do proletariado, o fim do colonialismo, a primazia do trabalho, a sociedade do serviço do homem, a imprevisibilidade da história como liberdade [...] (VILLAÇA 2006, p. 200).

Ainda segundo Villaça (2006), Alceu Amoroso Lima guardará sempre fidelidade a Maritain, como interprete moderno de Sto Tomás (p. 189). Nesse vestígio se encontra

⁴⁵ Segundo no Centro Dom Vital, existiam aqueles como Plínio Correa de Oliveira que não aceitava as ideias de Maritain provocando uma cisão nos meios católicos.

Theobaldo M. Santos. Guardiã dos preceitos anunciados por Dr. Alceu, seu irmã em Cristo, nosso autor assume uma posiã cristã tomista como fica claro em uma carta ao amigo datada de 15.02.1938 ao explicar uma falha tãcnica de sua escrita:

Pela mesma razã, verifiquei no meu ùltimo trabalho publicado na Revista Brasileira de Pedagogia que troquei causa instrumental da educaã por causa formal. Confundindo o sentido ontolãgico com sentido lãgico de forma. Erro de palmatãria para um professor tomista (CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE, 2014, P. 83).

Enfim o grupo de intelectuais que estava Theobaldo M. Santos preservava a doutrina Tomista, defendendo o humanismo democrãtico de inspiraã maritainista. Na obra de Theobaldo M. Santos (1942), a filosofia tomista esteve presente em suas interpretaães, mencionado Sto Tomãs d e Aquino como o “gãnio” ou como o grande “mestre medieval”. O autor procurou demonstrar que sem uma devida orientaã filosãfica nã se pode atingir a plenitude da vida e tornar-nos dignos d’aquela que é modelo eterno e incomparãvel de toda perfeiã (SANTOS, 1942, p. 104).

A abrangẽncia no que diz respeito à compreensã da concepã Tomista na persona de Theobaldo M. Santos é ainda algo muito modesto neste trabalho, visto que nosso autor era conhecedor de outras concepães filosãficas. Para alẽm de sua orientaã tomista, tambẽm nutria apreço pela fenomenologia e a psicanãlise, como forma de apropriaã do pensamento moderno, caracterizando assim o que chamamos de catolicismo-modernizador.

Não tivemos a pretensã de discutir essas concepães, pois seria tal iniciativa impossível nesta dissertaã de mestrado. Visamos tão somente apresentar, indicar uma sãntese da concepã tomista no pensamento dos intelectuais catãlicos, em especial nosso autor.

CONSIDERAãES FINAIS:

Já o escrevi uma vez, mas nunca é demais repeti-lo – A história do Brasil só poderá ser feita depois que se empreender a história religiosa do Brasil [...] pois o Brasil, o que tem de fundamentalmente brasileiro, é o fruto da Igreja e de sua irradiação moderna. Alceu Amoroso Lima, jul. 1939.

No capítulo primeiro deste trabalho buscamos explicitar um diálogo entre os escolanovistas e os católicos, onde situamos o contexto social, político e educacional, do século XX. Pontuamos também o movimento denominado de reação católica para expor a trajetória do intelectual Theobaldo Miranda Santos frente à publicação de seu manual de filosofia. Como articulista, publicou diversos manuais escolares, como professor atuou em Colégios católicos e faculdades no Estado do Rio de Janeiro por quase quatro décadas.

No capítulo segundo, tratamos sobre o contexto histórico da inserção deste manual e também descremos sua organização estrutural priorizando alguns conceitos estabelecidos pelo autor nas bases filosóficas da educação e nos problemas filosóficos da educação. A Associação Brasileira de Educação, A. B. E.; foram por nós retratada neste capítulo para estabelecer o local que os intelectuais se reuniam na década de 1920.

Por último, no terceiro capítulo discutimos sobre a pedagogia moderna onde abordamos a concepção filosófica do Naturalismo pedagógico e seu desdobramento na concepção Pragmatista da educação. Essa corrente se instalou no Brasil no início do século XX na tendência do escolanovismo ou Pedagogia da Escola Nova. A Filosofia Tomista também foi aviltada neste capítulo na intenção de pontuar que o nosso autor e grande parte dos intelectuais católicos se declaravam defensor dessa filosofia.

O letreiro que explana estas derradeiras reflexões do nosso trabalho de pesquisa de Mestrado incide diretamente na problemática estabelecida por nós neste estudo. Indagamos qual seria o lugar que Theobaldo M. Santos ocupa entre a Educação Tradicional e o Escolanovismo no período compreendido entre 1920 a 1940, momento anterior e posterior à publicação do Manual de Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna (1942) Edições Bonffoni.

No decorrer da pesquisa verificamos que nosso autor esteve ligado a pedagogia Católica-cristã inspirados nos conceitos normativos com vista à formação do ideal da perfeição humana e ao mesmo tempo contrapôs-se a pedagogia da Escola Nova. Esta pedagogia nos seus dizeres era um “mal” irreparável a formação humana. Os católicos acreditam que os estudiosos como John Dewey confundiam o objeto da pedagogia em pensar que o mesmo era a natureza e o homem, e assim reduzindo a Filosofia a uma simples teoria da educação (SANTOS, 1940, p. 37).

Ao propor uma análise do *Manual de Filosofia da Educação (1942)* tivemos o objetivo de compreender alguns de seus pressupostos filosóficos no pensamento educacional do nosso autor. O estudo desses conceitos demonstrou que seu pensamento fundamenta-se na ideia da vitalidade da educação cristã como força motriz para o engrandecimento do Brasil. A temporalidade escolhida neste trabalho caracterizou entre as décadas de 1920 e 1940, por consideramos que esse período tem um significado peculiar para a trajetória do nosso intelectual.

Sinalizamos aqui a grande influência do pensamento católico brasileiro, especialmente pela persona do líder do Laicato católico Alceu Amoroso Lima na trajetória de vida e na obra do nosso autor, Theobaldo M. Santos. Sobre esta afirmação podemos conferir nos breves comentários das Cartas trocadas entre os dois intelectuais apresentados ao longo deste trabalho.

A descoberta importante que realizamos ao longo deste estudo se deu ao localizar no Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – CAAL – em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, o catálogo desta correspondência. Lançado no ano de 2014 pela Editora Reflexão, sendo uma doação da filha do professor Teobaldo Miranda Santos, Sra. Gilda Odete em 30.01.1990. O conjunto de missivas ajudou-nos a compreender melhor o que os autores discutiam sobre a pedagogia moderna, a criação dos Centro Dom Vital, sobre a disciplina da Filosofia da Educação, entre outros assuntos. Um total de 45 cartas entre os períodos de 1935 a 1956.

O autor em um depoimento á Revista A Ordem, afirmou que “por meio da vossa obra extraordinária e clarividência, que me levou a estudar a shyntese tomista [...] onde encontrei afinal solução para todos os meus problemas que me angustiavam o espirito” [...] (SANTOS, 1935, p.31). Por meio das publicações neste órgão de divulgação do ideário católico, nosso

autor se tornou um intelectual bastante conhecido no Brasil e gozando de grande prestígio acadêmico.

Sua conversão ao catolicismo a partir desse momento é imersa no rol dos intelectuais ligados as diversas estratégias construídas pela Igreja a partir do final da década de 1920, junto à renovação católica. Integrou-se ao grupo dos intelectuais que defendiam o Neotomismo entre eles Leonardo Backeuser, Padre Leonel Franca.

Por diversas vezes no *Manual de Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna, 1942*, ao mencionar a figura espiritual de Sto. Tomás de Aquino ora como gênio, ou como o mestre medieval. Suas declarações remontam há sete séculos atrás, que segundo o autor o Sto. da escolástica já havia por meio da especulação filosófica explicado o mesmo que os “modernos” estavam tentando explicar por vias da especulação científica.

Quando discute no *manual de Filosofia de 1942* a respeito do conceito do fim ele aponta que a fórmula desenvolvida por Aristóteles e Sto. Tomás de Aquino :” todo agente age em torno do fim”, está tecendo uma crítica a filosofia moderna acusando-a de negar radicalmente o princípio da finalidade. Situa-se neste contexto os representantes do Naturalismo filosófico, contrários a esse conceito. Para os neotomistas o conceito de fim em educação visa o ideal da formação humana que é o criador.

Neste prisma, diversos conceitos foram explorados no manual supracitado, tais como: o conceito de Filosofia, de Educação, Educação e Filosofia, a Filosofia da Educação, os Fins da Educação, o conceito de Educador, de Educando, Os métodos da Educação, A Aprendizagem e o conceito de Disciplina.

As publicações de manuais escolares, a participação no Centro-Dom Vital como membro ativo ou até a imersão dos intelectuais leigos na política governamental foram estratégias utilizadas pela Igreja católica, com o objetivo de cooptar os mesmos no projeto de (re) construção do seu espaço social. Neste estudo citamos o *Manual de Filosofia da Educação de Theobaldo M. Santos* como um participante dessa obra redentora cristã.

Este manual teve finalidades didáticas, com caráter sintético e esquemático de compêndio, mas com intenção de analisar os problemas filosóficos da educação sob a luz do realismo Cristão. A produção de manuais por parte do nosso autor esteve em destaque no

cenário educacional por aproximadamente quatro décadas onde publicou para os níveis primário, secundário e superior nos diversas áreas do conhecimento.

Autodidata, esteve ligado a docência e aos serviços administrativos nos colégios e faculdades católicas do estado do Rio de Janeiro atuando nas décadas de 1930 até final dos anos de 1950 quando se aposentou. A partir desta data se dedicou a publicar manuais escolares até o ano de 1971, data de seu falecimento. Em sua cidade Natal, Campos dos Goytacases, foi presidente do Centro Vital e do Instituto Católico de Estudos Superiores.

Com intenção bem mais modesta, do que várias publicações a respeito do manual de Filosofia da Educação de 1942, como as de Almeida Filho (2008), Souza (2015), Silva (2014), acreditamos que ainda restam muitos estudos a serem investigadas futuramente quanto às obras do intelectual aqui analisado, em especial os que se referem aos Manuais de Filosofia da Educação. Um exemplo disso são os manuais de Filosofia da Educação que foram publicados após 1942, no formato de coleções ainda estão sem uma averiguação sistemática.

Muitos estudiosos analisaram o manual na perspectiva da formação de professores e suas publicações na Revista A Ordem e Revista Brasileira de Pedagogia, restando assim, inúmeras pesquisas em outros aspectos no restante das obras editadas. As publicações nos Jornais A Noite, A Manhã e Diários de Noticias são também fontes de pesquisas com uma vasta riqueza de dados, sob os mais diferentes ângulos. Sua aproximação com as publicações na Imprensa escrita revela-nos a intencionalidade do autor em divulgar seus ideais.

Ao chegarmos às considerações finais deste estudo, entendemos que a análise da obra desse intelectual, é uma tarefa que exige do pesquisador o debruçar sobre temas bastante complexos. O manual ora analisado *Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna (1942) das Edições Bonffoni*, não é diferente. Examiná-lo requer revisitar o passado não tão distante, porém merece maiores estudos, considerando os temas filosóficos de relevância nele contidos.

FONTES

- CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA LIBERDADE. In: Argon, M. F. M. (org). **Catalogo de correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Theobaldo Miranda Santos (1935-1956)**. Petrópolis: Editora reflexão, 2014.
- HOVRE, Frans De. **Ensaio da Filosofia Pedagógica**. Companhia Editora Nacional – V. 95: São Paulo, 1969.
- Jornal A Manhã** – Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira - <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20193&pesq=Theobaldo%20Mirana%20Santos>.
- Jornal A Noite** – Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira - http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=Theobaldo%20Mirana%20Santos.
- Jornal Diário de Notícias** – Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira - http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=Theobaldo%20Mirana%20Santos.
- LEAÕ XIII. **Aeterni pátris**. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html. Acesso em 22.07.2016
- _____. **Rerurm Novarum**. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html. Acesso em: 22.07.2016.
- MARITAIN, Jacques. **Humanisme Intégral. Problèmes Temporels Et Spirituels D’Une Nouvelle Chrétienté**. Paris: Éditions Montaigne, 1936.
- PIO XI. **Divini Illius Magistri**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em: 22.07.2016.
- SANTOS, THEOBALDO MIRANDA: **Filosofia da Educação: Os grandes problemas da pedagogia Moderna**. Editora Bonffoni, Rio de Janeiro, 1942.
- _____. **Manual de Filosofia**. Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, RJ, 1946.
- _____. **Manual de Filosofia**. Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, RJ, 1951.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. B. B. **Filosofia da Educação: A construção da Trajetória de um campo disciplinar (1940-1980)**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo02/Coordenada%20por%20Fatima%20Maria%20Neves/Maria%20Betania%20Barbosa%20Albuquerque%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 22.07.2016.
- ALMEIDA FILHO, Orlando José de. **A estratégia da produção e circulação do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos (1945-1971)**, 368 Fs. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paul. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=112896 Acesso em 25.08.2013.
- _____. **O Processo católico de modernização e intervenção na educação**. Revista de Ciências Sociais e História, Número 7, São Joao Del Rey, 2015. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/temposgerais/revista_tempos_gerais_ano_4_numero_7.php. Acesso em: 26.07.2016.
- ATHAYDE, Tristão De. **A guerra**. Revista A Ordem, Rio de Janeiro, RJ: Edição nº 106, 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367729&PagFis=4537&Pesq=Alceu%20Amoroso%20lima>. Acesso em; 25.07.2016.
- _____. **Debates Pedagógicos**. Rio de Janeiro, R.J: Editora Schmidt, 1931.
- _____. **Indicações**. Revista A Ordem. Rio de Janeiro, RJ: Nº 10, Dez/1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367729&PagFis=1274&Pesq=Alceu%20Amoroso%20Lima>. Acesso em: 25.07.2016.
- _____. **Totalidade no Cristo**. Revista A Ordem, Rio de Janeiro, RJ: nº 00104 – Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20193&pesq=Alceu%20amoroso%20lima>. Acesso em: 25.07.2016.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. Otávio. **Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32143.pdf>>. Acesso: 05 janeiro de 2016.
- AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramento; Editora da Universidade de São Paulo, 1971 (Obras Completas, XIII).
- AZZI, Riolando. **A Vida Religiosa no Brasil – Enfoques Históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____. GRIJP, K. V. Der. **História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo**: Terceira etapa: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008 (tomo II/3-2).
- _____. **O Estado Leigo e o projeto Ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994 (História do pensamento Católico no Brasil, IV).
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70 L.D.A., 1977.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a proposito da educação no o Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (orgs). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRUNEAU, T. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974 (Temas brasileiros, III).

CÂMARA, Sônia. A Reforma de Fernando de Azevedo e as colmeias laboriosas no Distrito Federal de 1927 a 1930. In: MIGUEL, M. E. B, VIDAL, D.G, ARAÚJO, J.C.S, (orgs). **As Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011.

CARVALHO, J.M. **A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASALI, Alípio. **Elite Intelectual e Restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAVALCANTI, M. J. M. A Reforma da Instrução pública de 1922, no Ceará: impacto sobre Lourenço Filho, a Escola Nova Ilustrada. In: MIGUEL, M. E, B , VIDAL, G. D., ARAÚJO, J.C. S, (orgs) **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 – 1946)**. Campinas, S.P. Editora Autores Associados, Uberlândia – MG, 2011 -0 (coleção memória da educação).

CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE. **Catálogo da correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Theobaldo Miranda Santos (1935-1956)**. Petrópolis: Editora Reflexão, 2014.

CUNHA, M. V. **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção e movimento**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a06.pdf>. Acesso em 26.07.2016.

CURY, Carlos Roberto J. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

_____. **Alceu Amoroso Lima**. Ministério da Educação: Fundação José Nabuco. Recife: Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922 – 1933)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edição atualizada e ampliada – 14º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FRANCA, Pe. Leonel. **Ensino Religioso e Ensino Leigo: Aspectos Pedagógicos, Sociaes e Jurídicos**. 3º Milheiro. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

_____. **O Método pedagógico jesuítico. O “RatioStudiorum”: Introdução e tradução**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1952.

GOMES, A. Castro de. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: Pandolfi, D. (org) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GRANZIERA, R. G. O Brasil depois da Grande Guerra. In: LORENZO, H.C.; COSTA, P. W. **A década de 20 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GREIVE, Cynthia V. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sertão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Campinas: Autores Associados, 2012.

- IGLESIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo, S. P. Editora perspectiva, 1971.
- IVASHITA, S.B.; VIEIRA, R.A. Os antecedentes do manifesto dos pioneiros da educação nova. In: LIMA, Antônio Bosco de; CARVALHO, Carlos Henrique; PREVITALI, Fabiane Santana (orgs). **O manifesto dos pioneiros da Educação: Leituras sobre os 80 anos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- LUSTOSA, F.O. Figueiredo, Padre. **A Presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Giro 1977.
- MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo – Editora brasiliense, 2004. |
- Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores 1959. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2015.
- MARTINS, P.C. M. de. **Conservadorismo, Educação e tomismo no Império brasileiro**. Revista Brasileira de História das Religiões. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. |Ano 1 n. 3, Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf2/texto%2013.pdf>. Acesso em 26.07.2016.
- MONARCHA, Carlos. Lourenço Filho M.B. **Introdução ao estudo da escola Nova**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1930 (Bibliotheca da Educação, v. XI). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200014&script=sci_arttext>. Acesso em 25 nov. 2014.
- MONTENEGRO, J. A. S., **Evolução Do Catolicismo, no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- NORBERTO BOBIO, M. N, P. GUIANFRANCO. **Dicionário de Política**. 11º Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998 (vol. 1).
- PALMA FILHO, J. C. **A educação brasileira no período 1930 a 1960: A Era Vargas**. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em 22.07.2016.
- PARDIM, C. S. SOUZA, L. A, de. **Orientações Pedagógicas na Formação de Professores das Escolas Normais de Campo Grande - MS: um olhar sobre o manual: Metodologia do Ensino Primário** – Disponível em; <http://www2.fc.unesp.br/enaphem/sistema/trabalhos/99.pdf>. Acesso em; 25.08.2014.
- PAUPÉRIO, A. Machado. **José Soriano Souza, o primeiro tomista do direito constitucional**. Rio de Janeiro, 1981, Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/60124/58444>. Acesso em 21.07.2016.
- ROCHA, L.M. F, "A "instrução" Pública na Bahia 1924-1928: Anísio Teixeira. In: MIGUEL, M. E.B, VIDAL, D.G, ARAUJO, J.C.S. (orgs).**Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Uberlândia: Autores Associados, 2011.
- SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZAMAN, Simon (org). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasil, CNPq, 1982, p.97-134. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm>> .Acesso em 24.07.2016.
- SANTO ROSÁRIO, I. M. R. D., **O Cardeal Leme (1822-1942)**. Rio de Janeiro, Editora Livraria José Olympio, 1962.
- SANTOS, Theobaldo M. **Filosofia da Educação: Os grandes problemas da Pedagogia Moderna**. Rio de Janeiro: Bonffoni, 1942.

_____. **O Conceito de educação na pedagogia moderna.** Revista A Ordem, Rio de Janeiro, RJ: Edição n° 00102 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20193&pesq=Theobaldo%20Miranda%20Santos>. Acesso em: 25.07.2016.

_____. **Pio XI e a Pedagogia.** Revista A Ordem. Rio de Janeiro, RJ: Edição n° 0100 – 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20193&pesq=Theobaldo%20Miranda%20Santos>. Acesso em: 25.07.2016.

SAVIANI, Dermerval. **Historia das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2° Ed. Ver. Amp. 2008.

SCHWARTZMAN, S. **A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa** do IV Encontro anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1981, (37), 71-77, Maio (1981).

SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H.M.B, COSTA, V.M. RIBEIRO. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHWARTZMAN, S. **A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa** do IV Encontro anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1981., (37), 71-77, Maio (1981).

SEVERINO, A. J. **A Filosofia Contemporânea no Brasil: Conhecimento, política e educação.** Petrópolis – Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1997.

SRGARBI, A. D. **Igreja, educação e Modernidade na década de 1930.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a Renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928 – 1945).** Curitiba: Editora CRV, 2015.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo Branco (1930 – 1964).** Rio de Janeiro, 1995, Editora Paz e Terra.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento Católico Brasileiro: Influências e tendências.** Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, R. A. De. **O Ensino de História na perspectiva intelectual de Alfredo Miguel Aguiar.** Revista Histedbr on-line, Campinas, S.P.: n° 43, p. 118-131, Set/2011.

_____. **Postulado da Pedagogia Perennis: A concepção de Filosofia da Educação de Theobaldo Miranda Santos (1935-1956).** Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor Educação Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/%20d2015/d2015_Rodrigo%20Augusto%20de%20Souza.pdf Acesso em 21.05.2016.

_____. **Reflexões sobre o discurso pedagógico de Theobaldo Miranda Santos.** X Congresso Nacional de educação – Educere – Curitiba, Nov. 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/comunicacoes_3.html. Acesso em 22.07.2016.

TEIXEIRA, A. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação. A Escola progressiva ou a transformação da escola.** São Paulo, Companhia Editora nacional, 1975.

VALDEMARIN, V.T. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso** – São Paulo, S.P.: Cortez, 2010.

VIDAL, D.G. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate**. Revista Edu. Pesqui. São Paulo, S.P.: V. 39, n° 3 – Jul./Set 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>. Acesso em; 25.607.2016.

VIEIRA, C. E. História Intelectual e História dos Intelectuais: Diálogos acerca da escrita da História da Educação. In: STRANG, B. L. S, OSINSKI, D. R. Baggio (orgs). **História Intelectual e Educação: Trajetórias**

VILLAÇA, C. A. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 2006. , **impressos e Eventos**. Jundiaí: Paaco Editorial, 2015.

XAVIER, L. N., **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da Educação brasileira Colóquio Nacional 70 Anos do Manifesto dos Pioneiros: Um legado educacional em debate**. Belo Horizonte e Pedro Leopoldo, 2002. Disponível em: <http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/Libania_Manifesto.pdf>. Acesso em 22.07.2016.